

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	12
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	13
DMPL - 31/12/2012 à 01/01/2013	14
Demonstração de Valor Adicionado	15
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	17
Notas Explicativas	47
Proposta de Orçamento de Capital	137
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	138

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	139
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	141
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	142
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	143

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/06/2014	Ordinária		0,58436
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/06/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	0,58436
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/06/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	0,64279
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2014	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,62278
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,62278
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,68506

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013
1	Ativo Total	8.622.731	7.844.331	7.050.251
1.01	Ativo Circulante	1.923.061	1.738.641	1.489.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.815	46.936	44.045
1.01.02	Aplicações Financeiras	164.528	548.411	235.160
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	164.528	548.411	235.160
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	164.528	548.411	235.160
1.01.03	Contas a Receber	1.056.561	817.883	987.586
1.01.03.01	Clientes	1.056.561	817.883	987.586
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes e demais Contas a Receber	1.056.561	817.883	987.586
1.01.04	Estoques	13.061	12.462	14.018
1.01.06	Tributos a Recuperar	166.027	172.159	121.871
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	166.027	172.159	121.871
1.01.06.01.01	Imposto de renda - IR	31.858	43.247	35.699
1.01.06.01.02	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	17.203	20.842	11.234
1.01.06.01.03	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	63.882	50.337	55.226
1.01.06.01.04	Programa de integração social - PIS	9.611	43.973	3.012
1.01.06.01.05	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	41.308	11.911	13.901
1.01.06.01.06	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.165	1.849	1.537
1.01.06.01.07	Outros	0	0	1.262
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.370	13.494	1.637
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	463.699	127.296	85.169
1.01.08.03	Outros	463.699	127.296	85.169
1.01.08.03.01	Benefícios pós emprego e outros benefícios	0	6.002	9.952
1.01.08.03.02	Serviços em curso	28.871	32.878	43.826
1.01.08.03.03	Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	350.987	0	0
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	35.990	40.090	0
1.01.08.03.05	Outros ativos circulantes	47.851	48.326	31.391
1.02	Ativo Não Circulante	6.699.670	6.105.690	5.560.765

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.108.639	2.430.895	2.469.823
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.528	213	50.169
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.528	213	50.169
1.02.01.03	Contas a Receber	59.411	85.999	133.441
1.02.01.03.01	Clientes	59.411	85.999	133.441
1.02.01.06	Tributos Diferidos	316.849	282.395	425.719
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	316.849	282.395	425.719
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.728.851	2.062.288	1.860.494
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	56.018	69.742	75.407
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	285.045	203.955	183.748
1.02.01.09.06	Benefícios pós emprego e outros benefícios	13.984	14.983	14.770
1.02.01.09.07	Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	129.377	0	0
1.02.01.09.08	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	2.058.519	1.612.878	1.516.172
1.02.01.09.09	Instrumentos financeiros derivativos	183.583	157.896	67.285
1.02.01.09.10	Partes relacionadas	0	0	257
1.02.01.09.11	Outros Ativos não Circulantes	2.325	2.834	2.855
1.02.02	Investimentos	7.914	8.323	11.432
1.02.04	Intangível	3.583.117	3.666.472	3.079.510

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013
2	Passivo Total	8.622.731	7.844.331	7.050.251
2.01	Passivo Circulante	1.731.909	1.709.458	1.667.189
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.922	50.056	48.395
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.922	50.056	48.395
2.01.01.02.01	Salários e Encargos a Pagar	58.922	50.056	48.395
2.01.02	Fornecedores	706.540	464.292	555.511
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	706.540	464.292	555.511
2.01.03	Obrigações Fiscais	132.889	140.352	221.768
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.513	99.993	168.194
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13	0	109.547
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	17.346	5.325	6.930
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	79.596	24.533	32.191
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.579	3.135	4.002
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.157	1.011	1.053
2.01.03.01.06	Impostos e contribuições retidos na fonte	15.133	64.249	8.795
2.01.03.01.07	Outros	689	1.740	5.676
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	10.794	37.092	49.171
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	10.794	37.092	49.171
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.582	3.267	4.403
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços - ISS	747	615	606
2.01.03.03.02	Impostos e contribuições retidos na fonte	3.835	2.652	3.797
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	354.834	408.554	422.533
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	354.834	321.984	252.914
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	353.748	299.473	236.157
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.086	22.511	16.757
2.01.04.02	Debêntures	0	86.570	169.619
2.01.05	Outras Obrigações	453.179	612.226	395.083
2.01.05.02	Outros	453.179	612.226	395.083

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	221.168	114.778	167.595
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	14.201	30.759	59.199
2.01.05.02.05	Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	16.305	0	0
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	4.382	81.336	54.368
2.01.05.02.07	Outros Passivos Circulantes	197.123	385.353	113.921
2.01.06	Provisões	25.545	33.978	23.899
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.545	33.978	23.899
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	713	5.584	904
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	17.033	16.479	13.140
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	7.799	8.582	7.187
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	0	3.333	2.668
2.02	Passivo Não Circulante	4.128.397	3.632.702	3.367.842
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.456.803	3.135.891	2.762.117
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.456.803	3.135.891	2.677.922
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.854.635	1.931.540	1.886.821
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.602.168	1.204.351	791.101
2.02.01.02	Debêntures	0	0	84.195
2.02.02	Outras Obrigações	478.914	330.122	464.901
2.02.02.02	Outros	478.914	330.122	464.901
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	2.402	2.402
2.02.02.02.03	Fornecedores	43.100	51.177	27.397
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	16.053	2.736	1.078
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições a recolher	4.316	15.860	14.034
2.02.02.02.06	Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	383.918	242.246	358.776
2.02.02.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	11.081	0	15.460
2.02.02.02.08	Partes relacionadas	0	0	89
2.02.02.02.09	Outros Passivos Não Circulantes	18.044	15.701	45.665
2.02.04	Provisões	192.680	166.689	140.824

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	192.680	166.689	140.824
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	14.157	5.791	10.518
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	112.179	93.383	74.460
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	59.851	48.632	40.727
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	6.493	18.883	15.119
2.03	Patrimônio Líquido	2.762.425	2.502.171	2.015.220
2.03.01	Capital Social Realizado	542.163	542.163	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com capital Próprio	18.569	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	340.429	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	1.596.231	1.240.235	851.832
2.03.04.01	Reserva Legal	108.433	108.433	108.433
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	48.065	48.065	48.065
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	621.651	329.563	39.264
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	815.874	753.085	651.802
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	3.391
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucros	2.208	1.089	877
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-74.019	21.723	-76.825

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012 à 01/01/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.616.904	4.982.853	0
3.01.01	Receita Bruta	7.608.582	6.759.695	0
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-1.991.678	-1.776.842	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.104.644	-3.527.444	0
3.02.01	Custos com energia elétrica	-2.899.793	-2.142.142	0
3.02.02	Custos de operação	-652.755	-552.429	0
3.02.03	Custos de construção	-552.096	-832.873	0
3.03	Resultado Bruto	1.512.260	1.455.409	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-623.900	-640.686	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-377.065	-359.517	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-246.835	-281.169	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	888.360	814.723	0
3.06	Resultado Financeiro	-349.789	-211.402	0
3.06.01	Receitas Financeiras	705.984	541.694	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.055.773	-753.096	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	538.571	603.321	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.805	-98.311	0
3.08.01	Corrente	-47.940	-5.753	0
3.08.02	Diferido	-14.865	-92.558	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	475.766	505.010	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	475.766	505.010	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,451	2,6017	0
3.99.01.02	PNA	2,451	2,6017	0
3.99.01.03	PNB	2,6961	2,8619	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012 à 01/01/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	475.766	505.010	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-95.742	98.548	0
4.02.01	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-145.063	149.315	0
4.02.02	Tributos	49.321	-50.767	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	380.024	603.558	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012 à 01/01/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	69.143	949.833	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	772.841	1.132.898	0
6.01.01.01	Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	538.571	603.321	0
6.01.01.02	Amortização	326.551	276.952	0
6.01.01.03	Valores a compensar da parcela A e outros itens	-467.683	0	0
6.01.01.04	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	326.066	220.491	0
6.01.01.05	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-77.029	-88.209	0
6.01.01.06	Valor residual do ativo intangível baixado	39.412	26.628	0
6.01.01.07	Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	14.780	38.810	0
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.909	55.506	0
6.01.01.09	Atualização monetária do Benefício Pós Emprego	26.264	-601	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-703.698	-183.065	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-257.999	161.640	0
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	33.480	41.679	0
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	4.828	-27.468	0
6.01.02.04	Estoques	-599	1.557	0
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-70.585	-12.398	0
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	1.124	-11.857	0
6.01.02.07	Entidade de Previdência Privada	7.440	4.410	0
6.01.02.08	Valores a compensar da parcela A e outros itens	-12.681	0	0
6.01.02.09	Outros ativos	-8.428	-35.626	0
6.01.02.10	Fornecedores	234.171	-67.439	0
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	8.866	1.661	0
6.01.02.12	Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-312.094	-294.442	0
6.01.02.13	Taxas regulamentares	-5.778	-28.780	0
6.01.02.14	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-66.392	-64.448	0
6.01.02.15	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-19.008	-79.730	0
6.01.02.16	Indenizações/contingências pagas	-40.367	-45.916	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012 à 01/01/2013
6.01.02.17	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-13.788	32.710	0
6.01.02.18	Outras passivos	-185.888	241.382	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-485.331	-1.243.369	0
6.02.01	Aquisição de Intangível	-891.786	-999.262	0
6.02.02	Resgate/Aplicação em títulos e valores mobiliários	406.455	-244.107	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	416.067	296.427	0
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	467.733	695.695	0
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-236.176	-229.123	0
6.03.03	Amortização do principal de debêntures	-101.893	-179.184	0
6.03.04	Pagamentos com custos de captação	0	3.731	0
6.03.05	Obrigações vinculadas	299.783	174.733	0
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-13.380	-169.425	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-121	2.891	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	46.936	44.045	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.815	46.936	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.240.235	0	21.723	2.502.171
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.240.235	0	21.723	2.502.171
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.119	0	0	1.119
5.04.08	Reversão de Dividendos/JSCP prescritos	0	0	1.119	0	0	1.119
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	475.766	-95.742	380.024
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	475.766	0	475.766
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-95.742	-95.742
5.05.02.06	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-95.742	-95.742
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	354.877	-475.766	0	-120.889
5.06.04	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	292.088	-292.088	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	0	0	62.789	-62.789	0	0
5.06.06	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-120.889	0	-120.889
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.596.231	0	-74.019	2.762.425

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	851.832	0	-76.825	2.015.220
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	851.832	0	-76.825	2.015.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.179	0	0	-3.179
5.04.08	Reversão de Dividendos/JSCP prescritos	0	0	212	0	0	212
5.04.09	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-3.391	0	0	-3.391
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	505.010	98.548	603.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	505.010	0	505.010
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	98.548	98.548
5.05.02.06	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	98.548	98.548
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	391.582	-505.010	0	-113.428
5.06.04	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	290.299	-290.299	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	0	0	101.283	-101.283	0	0
5.06.06	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-113.428	0	-113.428
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.240.235	0	21.723	2.502.171

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 31/12/2012 à 01/01/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012 à 01/01/2013
7.01	Receitas	7.562.673	6.704.189	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.608.582	6.759.695	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-45.909	-55.506	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.291.362	-3.788.455	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.174.157	-2.392.104	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.117.205	-1.396.351	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.271.311	2.915.734	0
7.04	Retenções	-326.555	-286.128	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-326.555	-286.128	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.944.756	2.629.606	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	705.984	541.693	0
7.06.02	Receitas Financeiras	705.984	541.693	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.650.740	3.171.299	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.650.740	3.171.299	0
7.08.01	Pessoal	287.638	243.025	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	148.208	135.609	0
7.08.01.04	Outros	139.430	107.416	0
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	34.144	34.617	0
7.08.01.04.02	Benefícios pós-emprego	-11.036	9.972	0
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	17.254	15.738	0
7.08.01.04.04	Previdência privada e outros benefícios	20.438	6.102	0
7.08.01.04.05	Despesas com desligamento	12.629	14.286	0
7.08.01.04.06	Provisão para férias e 13º salário	35.906	29.092	0
7.08.01.04.07	Plano de saúde	32.994	11.745	0
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	9.803	17.100	0
7.08.01.04.09	Participação no resultado	35.481	21.104	0
7.08.01.04.10	Administradores	7.338	3.766	0
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	2.013	2.878	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012 à 01/01/2013
7.08.01.04.12	(-) Transferências para ordens	-57.534	-58.984	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.825.192	1.664.410	0
7.08.02.01	Federais	556.007	530.265	0
7.08.02.02	Estaduais	1.269.185	1.134.145	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.062.144	758.854	0
7.08.03.01	Juros	1.055.773	753.096	0
7.08.03.02	Aluguéis	6.371	5.758	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	120.889	113.428	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	120.889	113.428	0
7.08.05	Outros	354.877	391.582	0
7.08.05.01	Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	62.789	100.749	0
7.08.05.02	Reserva de Retenção de Lucro	292.088	290.833	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COELBA

Relatório de Administração – 2014

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

O ano de 2014 foi de desafios e realizações para a Coelba e para o Grupo Neoenergia. Frente a um complexo cenário econômico e de escassez hidrológica, a solidez construída pela Companhia ao longo dos últimos anos nos levou a grandes marcos e importantes conquistas. Reafirmamos nossa essência, a missão de “ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade”. Com 5,5 milhões de clientes, a Coelba contribui para a consolidação da Neoenergia como o maior Grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes, superando a marca de 10 milhões nos três estados em que está presente – Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Tal feito é resultado de um trabalho realizado com eficiência, qualidade, segurança e respeito ao indivíduo. Nosso propósito é continuar atuando fortemente para o crescimento e desenvolvimento do nosso país.

Com inovação e empreendedorismo, implantamos a leitura e o faturamento simultâneos em 100% da nossa base de clientes. Um número inédito de utilização em larga escala dessa tecnologia e que representou investimentos da ordem de R\$ 31 milhões para a Companhia. Para atingirmos essa marca, a perseverança, o compromisso com nossos clientes e a qualidade da gestão fizeram com que um projeto-piloto, iniciado em outubro de 2013, chegasse de forma gradual, ao longo de pouco mais de um ano, a todos os consumidores atendidos pela Coelba.

Em 2014, a Coelba totalizou um volume de 18.509 GWh energia distribuída, o que representou um crescimento de 4,8% em relação a 2013. Nos últimos dez anos, tivemos um crescimento de 73,2% da energia distribuída pela Coelba, enquanto que no mesmo período a distribuição de energia no Nordeste e no Brasil cresceu 49,8% e 43,6%, respectivamente. É a nossa excelência a serviço do desenvolvimento da sociedade, da transformação de uma região e do avanço de um país.

Mesmo com o cenário adverso, a Coelba atingiu um EBITDA de R\$ 1,207 bilhão e lucro líquido de R\$ 476 milhões. Os investimentos em expansão e modernização da rede totalizaram R\$ 937 bilhões em 2014. Pelo quinto ano consecutivo, o rating de crédito corporativo dado a Coelba pela S&P foi de brAAA na Escala Brasil.

Além de contribuir para mover a Bahia a novos patamares de crescimento e levar um bem essencial para a vida das pessoas, temos consciência da nossa responsabilidade em atuar e produzir boas práticas com sustentabilidade. Por isso, ao longo de 2014, demos continuidade às ações do Programa de Eficiência Energética, que tem por objetivo despertar no consumidor comportamentos mais seguros e eficientes no uso da energia elétrica.

Firmamos também, no ano passado, uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de apoiar o “Selo Unicef - Município Aprovado” no Estado da Bahia, além de levar às comunidades do semiárido conhecimento sobre sustentabilidade, segurança e eficiência energética.

Todo esse trabalho não seria possível sem o apoio dos nossos mais de 2.500 colaboradores, que são a força motriz que nos permite alcançar e manter uma posição de destaque no mercado. Estamos entre as maiores empresas do país, resultado do compromisso de um time de profissionais dispostos a criar valor para todos os nossos públicos de relacionamento: clientes, fornecedores, comunidades e acionistas.

Justamente por valorizar as pessoas, 2014 foi o ano de dar protagonismo à segurança e de alinhar nossas ações voltadas para a segurança no trabalho e nas comunidades à nossa missão. “Acima de tudo, a vida!” passou a ser o nosso lema. O rigor com a segurança está presente em todos os projetos e iniciativas abrangendo nossa força de trabalho, empresas parceiras e, sobretudo, a comunidade. A atenção dada à segurança rendeu a conquista do prêmio “Gestão de Saúde e Segurança das Contratadas: A Vida em Primeiro Lugar”. O prêmio foi concedido pela Fundação Coge.

Esperamos que em 2015 nossa experiência, nosso profissionalismo e nosso comprometimento nos deem condições de enfrentar os desafios trazidos pelo cenário econômico e pela crise hidrológica e nos ajudem a sedimentar o caminho que nos levará a um futuro de grandes realizações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

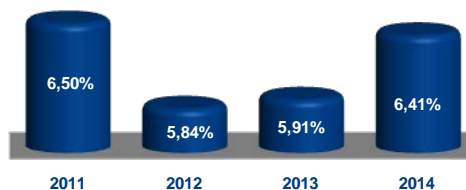
Mesmo com um fraco desempenho econômico, motivado por um cenário geral de incertezas que perduraram todo o ano de 2014, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 2,13%. A queda no preço internacional das commodities refletiu na retração dos setores extrativos e de bens primários. O aumento das taxas básicas de juros afetou o consumo das famílias, com efeitos sobre o setor de serviços e industrial.

O comportamento do cenário econômico brasileiro em 2014 pode ser observado através da trajetória dos indicadores a seguir:

Crescimento real do PIB (% anual)



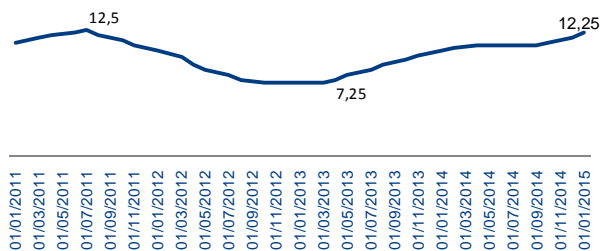
IPCA 2011-2014



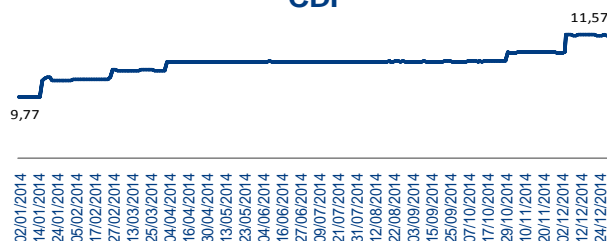
• A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que serve de referência para empréstimos do BNDES ao setor produtivo, de janeiro a dezembro de 2014 foi mantida no patamar de 5% já no período de janeiro a março de 2015 a taxa sofreu acréscimo de 0,5%. A taxa básica de juros (SELIC) sofreu seguidos aumentos em 2014 e terminou o ano em 11,75%. A taxa CDI acompanhou o mesmo comportamento da SELIC com uma trajetória de aumento durante o ano de 2014, atingindo o patamar de 11,57% no final do ano.

Meta SELIC

TJLP	
2015	
Janeiro a Março	5,50%
2014	
Outubro a Dezembro	5,00%
Julho a Setembro	5,00%
Abril a Junho	5,00%
Janeiro a Março	5,00%



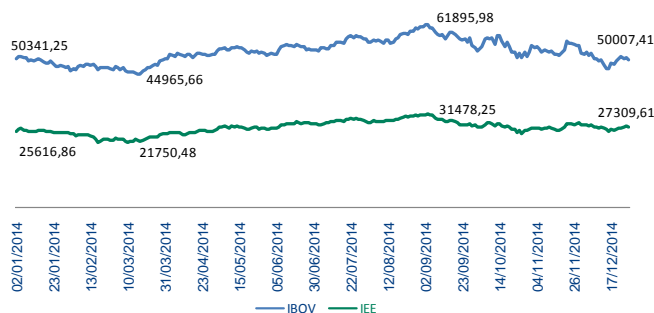
CDI



• A Bovespa refletiu a conjuntura econômica brasileira e o índice IBOVESPA recuou 0,7%, entretanto, o IEE que agrega as ações dos principais players do Setor Elétrico apresentou um aumento de 6,6%. Porém, este aumento não foi capaz de retornar o IEE ao patamar apresentando antes de 2012.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

IBOVESPA vs IEE - Índice de Energia Elétrica



2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

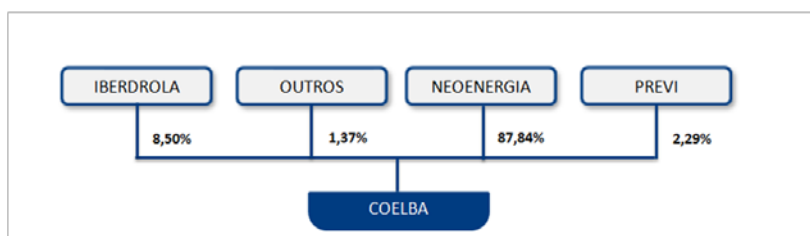
A COELBA foi constituída em 1959, como uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado da Bahia, tendo obtido em 1960, autorização do Governo Federal, por meio do Decreto 48.161/60, para funcionar como concessionária de energia elétrica. A COELBA tem sede na Avenida Edgard Santos, nº 300, Bairro Narandiba, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, e a sede da sua holding Neoenergia ficam na Praia do Flamengo, 78, 2º andar, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

A COELBA detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e aos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgado pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulado pelo Contrato de Concessão nº 010, firmado em 08 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027. Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

Em julho de 1994, a COELBA tornou-se companhia aberta, inscrita sob o Código CVM nº 01452-4. A COELBA foi privatizada, em 31 de julho de 1997, mediante leilão de privatização realizado na bolsa de valores do Rio de Janeiro, tendo sido adquirida pelo consórcio formado pela Neoenergia (nova denominação da Guarani S.A.), Iberdrola, Previ e Fundos de Investimento administrados pelo Banco do Brasil. No dia 08 de agosto de 1997, a COELBA celebrou com a União Federal, por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE (antecessor da ANEEL), o Contrato de Concessão, por meio do qual a Emissora adquiriu o direito de explorar o serviço de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado da Bahia pelo prazo de 30 anos, assumindo a Neoenergia a posição de sua controladora.

Em 2005, a COELBA, em cumprimento a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 306, de 05 de setembro de 2005, deu início ao processo de desverticalização da Companhia, visando concentrar-se exclusivamente em sua atividade fim, que consistiu em: segregar as atividades e transferir os ativos e passivos relacionados à transmissão e geração de energia para a AFLUENTE; e transferir as participações acionárias na COSERN e na “off shore” Garter Properties Inc. para a NEONERGI S/A.

Composição Acionária



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa da COELBA buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas.

A estrutura de governança da Companhia é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, com o apoio de comitês, instalados apenas na *holding*, que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas da NEOENERGIA orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

3.1. Estrutura de Governança

Conselho de Administração

É integrado por cinco representantes dos acionistas e um dos empregados, eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Entre os titulares, um é indicado pela Iberdrola, um pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), um pelo Banco do Brasil – Banco de Investimentos – BBBI, dois pela Neoenergia e um eleito pelos empregados.

As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da companhia, bem como discutir os assuntos que merecem atenção. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Conselho Fiscal

Com função independente o Conselho Fiscal é composto por quatro membros titulares e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral dos Acionistas para mandatos de um ano, sendo três deles representantes dos acionistas controladores e um representante dos acionistas preferencialistas não controladores.

Diretoria

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por seis membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

A Diretoria das empresas Controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os Diretores estatutários da holding também são diretores de todas as controladas da Neoenergia.

Comitês

O Conselho de Administração nas deliberações relativas às atividades tanto da Companhia como de suas Controladas ou Coligadas, é assessorado por três Comitês instalados apenas na holding: Auditoria, Financeiro e Remuneração e Sucessão. Cada Comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais e o Comitê de Remuneração e Sucessão, trimestralmente, podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário.

3.2. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos e JSCP

A COELBA possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido após constituição de 5% de reserva legal. Além disso, no Estatuto Social da Companhia está determinado que as ações preferenciais tenham direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. A distribuição de dividendos intermediários ou intercalares é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Estatuto Social da COELBA menciona também que o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Em 2014 foram declarados R\$ 120,9 milhões referente a juros sobre capital próprio, como remuneração total aos acionistas.

3.3. Relações com Investidores

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a COELBA adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de “rating” e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

A COELBA disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, “e-mail” (ri@coelba.com.br), no “site” www.coelba.com.br – “link” RI e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais arquivados na Bovespa e CVM.

3.4. Auditoria de Controles Internos

A COELBA, alinhada aos princípios básicos de Governança Corporativa, padrões legais e éticos, estabelece e mantém um ambiente de controles internos adequado. Os trabalhos são feitos de forma integrada, e em conjunto com os auditores internos visando à aplicação das boas práticas.

A área desenvolve trabalhos com ênfase nos controles contábeis, mapeia os principais processos, elabora matriz de risco e controles e realiza walkthrough, com o objetivo de certificar a qualidade das informações que constituem as demonstrações financeiras, contribuindo para a eficiência dos processos do departamento.

Controles Internos responde também pela Gestão de Normativos através do Sistema SGN para assistência às áreas de negócios na divulgação dos normativos da companhia, contribuindo para um ambiente seguro, controlado e eficiente dos processos.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

4.1. Cenários e Impactos

4.1.2 Aumento da Exposição Contratual das Distribuidoras

Diversos fatores agravaram gradativamente a cobertura contratual das distribuidoras nos últimos anos. O primeiro impacto para as distribuidoras foi provocado mediante vencimento dos contratos com as geradoras que não aderiam à proposta de renovação, conforme condições estabelecidas na MP 579, pois a energia produzida por estas geradoras não fez parte do sistema de cotas, causando logo de início uma redução da cobertura contratual das distribuidoras

Ao longo de 2013 alguns Leilões de Energia Existente foram promovidos na tentativa de reduzir a descontração das distribuidoras, no entanto, o resultado desses leilões foi aquém do esperado: no primeiro leilão, não houve negociação e no segundo, no final do ano, a contratação representou apenas cerca de 40% da necessidade das distribuidoras.

No início do ano de 2014 a subcontratação das distribuidoras foi ampliada em virtude do vencimento de contratos de energia existente ao final de 2013. Com o intuito de mitigar essa exposição contratual a ANEEL promoveu em abril o 13º Leilão de Energia Existente (Leilão A de 2014), cujo início do período de fornecimento se daria no mesmo ano. O total de energia contratada neste primeiro leilão de 2014 foi de 2.046 MWh médios, a um preço médio de R\$ 268,33/MWh. Em 05.12.2014 foi realizado outro Leilão de Energia Existente (Leilão A-1 de 2014), com entrega para janeiro de 2015, que teve como atendimento prioritário o montante de reposição declarado pelas distribuidoras, tendo como resultado a frustração de 46% do Montante de Reposição declarado.

A COELBA não apresentou grandes volumes de energia descontraada e praticamente não teve contratos vencendo ao final de 2013, mas sofreu os efeitos de exposição decorrentes das postergações e liminares judiciais de algumas usinas e linhas de transmissão, além dos efeitos do risco hidrológico dos contratos de cotas decorrentes da MP 579 (convertida na Lei nº. 12.783/2013) e do custo variável das térmicas contratadas em leilões por disponibilidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.1.3 Conta ACR

Em 02 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 estabelecendo a criação da CONTA-ACR destinada a cobrir total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária e (ii) despacho das usinas termelétricas vinculadas aos contratos no ambiente regulado (CCEAR), na modalidade por disponibilidade.

A partir da competência de jul/14, conforme despacho ANEEL nº 3.998/14, em face ao provimento parcial de recurso administrativo interposto pela Abradee, a ANEEL passou a reconhecer como exposição involuntária os custos incorridos com o risco hidrológico das cotas de energia renovada, nos termos da Lei nº. 12.783/2013.

Em relação a esses itens, foram homologados e repassados recursos da CONTA-ACR, relativos às competências de fev/14 a out/14, para COELBA no valor de R\$ 666,7 milhões. Em relação às competências de nov/14 e dez/14, em função do fim de recursos, a ANEEL decidiu postergar liquidações para 31/03/2015, para buscar solução de novos aportes na CONTA-ACR.

4.1.4 Redução do PLD teto

Com o intuito de mitigar o risco financeiro do mercado de curto prazo enfrentado em virtude da hidrologia desfavorável e conseqüente alta do PLD, e também devido a grande exposição contratual das distribuidoras, exigindo elevados aportes da Conta ACR para evitar a quebra destas empresas, após período de Audiência Pública, a Diretoria da ANEEL, aprovou em 24.11.2014, a redução do PLD Máximo de R\$ 822,23/MWh para R\$ 388,48/MWh, tendo como base o CVU da UTE Mário Lago, com capacidade instalada de 922,62 MW. Já o PLD Mínimo foi alterado de R\$ 15,62/MWh para R\$ 30,26/MWh tendo como referência o custo de geração das usinas comprometidas com os contratos de cotas. Os novos limites estarão vigentes a partir de 2015.

4.2. Reajuste Tarifário

A ANEEL fixou em 14,86% o índice de reajuste das tarifas da Coelba, resultado do Reajuste Tarifário de 2014, com vigência a partir de 22 de abril de 2014, sendo 10,76% relativos ao reajuste tarifário anual e 4,10% aos componentes financeiros. A variação percentual média percebida na conta dos consumidores cativos foi em média de 15,35%, sendo de 15,00% para os consumidores atendidos em baixa tensão, que representam mais de 99% dos clientes e inclui os clientes residenciais. Já os consumidores cativos industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram aumento de 16,04%, em média.

4.3. Aditivo Contrato de Concessão

Cada uma das distribuidoras do grupo Neoenergia assinou com ANEEL um aditivo dos seus respectivos Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em 10 de dezembro de 2014, para inclusão de cláusula específica, de forma a reconhecer que serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Esses aditivos foram assinados para permitir voltar a contabilizar os ativos e passivos financeiros setoriais na contabilidade societária. Ocorre que, a partir de 2001, os ativos e passivos financeiros setoriais passaram a ser contabilizados no Brasil, utilizando prática contábil similar à adotada nos Estados Unidos, em conformidade ao pronunciamento SFAS 71 (contabilidade para certos tipos de regulação), mas em 2010, com a adoção do IRFS (*International Financial Reporting Standards*), o Brasil passou a não mais registrar os saldos dos ativos e passivos financeiros setoriais na contabilidade societária, em função de uma interpretação de que não estariam atendendo a estrutura conceitual do IRFS, pois, esses itens dependeriam de eventos futuros. No entanto, a contabilidade regulatória foi instituída pela ANEEL em 2010, com o pressuposto de que se trata de ativos ou passivos líquidos e certos e determinou a manutenção desses registros. Com base na legislação e regulamentação da ANEEL, para dar eficácia ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro da concessão, a ANEEL resolveu reconhecer, mediante aditivo do contrato de concessão, a incorporação aos valores indenizáveis, dos valores remanescentes ainda não compensados totalmente por meio da tarifa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.4. Bandeiras Tarifárias

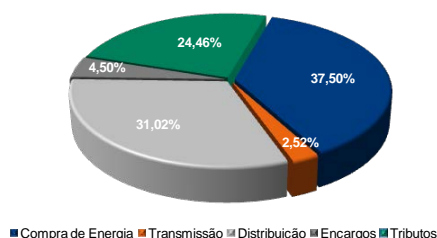
Por força da regulamentação do Setor Elétrico, a partir de 01 de janeiro de 2015 foram estabelecidas as bandeiras tarifárias verde, amarela e vermelha, que constituem sinais tarifários que vão indicar e refletir na conta dos consumidores os atuais custos de geração, de acordo com a variação do Custo Marginal de Operação (CMO) e do Encargo de Serviços de Sistema (ESS).

A ANEEL divulgará mês a mês as bandeiras que estarão em funcionamento.

4.5. Tarifa Média

A tabela abaixo apresenta a tarifa média de fornecimento em R\$/MWh praticada pela COELBA. Ao lado da tabela é possível visualizar, através do gráfico, a porcentagem que cada segmento da cadeia produtiva representa na tarifa média.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh	
Classe	Com Tributo
Residencial	399,45
Industrial	300,90
Comercial	448,06
Rural	203,04
Poder público	357,99
Outros	219,55



4.6. Ouvidoria

A Ouvidoria é mais um canal de relacionamento da Distribuidora criado, especialmente, para registrar e dar tratamento às Sugestões, Elogios e Reclamações de clientes, que não foram solucionadas pelos canais de atendimento. Através dessas manifestações, a Ouvidoria atua junto às áreas para orientar quanto ao fiel cumprimento da regulamentação do setor elétrico, visando eliminar os riscos regulatórios. O principal desafio da Ouvidoria é resgatar a satisfação do cliente.

Em 2014, a Ouvidoria da COELBA recebeu 38.303 manifestações, das quais 6,36% foram reclamações de consumidores insatisfeitos com os serviços prestados pela Distribuidora. Os processos mais reclamados foram: Apresentação e entrega, Extensão de Rede e Ligação (Prazo) com 21%, 19% e 16% do total de reclamações procedentes, respectivamente.

Em agosto de 2014, o processo de Ouvidoria foi integrado ao sistema corporativo SAP, possibilitando a centralização das reclamações dos clientes do Grupo Neoenergia em um único sistema, além de permitir uma melhor navegação, gestão e controle, segurança e confiabilidade dos dados tratados. Esse módulo do SAP/CCS, por sua vez, foi interligado ao Sistema de Gestão da Ouvidoria da ANEEL (SGO), permitindo a troca diária das informações entre a Distribuidora e a Agência Reguladora.

Em dezembro de 2014, a ANEEL comunicou as distribuidoras do País que, após estudos, concluiu que, em média, apenas 7% das reclamações registradas naquela Agência Reguladora seguiram o fluxo adequado, não permitindo, nos demais casos, que a distribuidora tratasse a insatisfação do consumidor antes do conhecimento da ANEEL. Para corrigir esse fluxo, a partir de janeiro de 2015 deverá ser implantado um novo procedimento no tratamento das reclamações encaminhadas, pelos consumidores, para aquela Agência Reguladora, o chamado "Caminho do Entendimento". Esse procedimento visa direcionar o consumidor para o canal adequado de atendimento, ou seja: inicialmente o consumidor deve encaminhar sua reclamação para o atendimento ao consumidor da distribuidora. Não ficando satisfeito com a solução dada encaminhar a reclamação para a ouvidoria da distribuidora e somente após passar por essas instâncias reclamar junto à Ouvidoria da ANEEL. A implantação desse processo será o grande desafio para a Ouvidoria no ano de 2015.

5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A COELBA acompanha também alguns indicadores operacionais que medem a relação de venda de energia, clientes e empregados. O quadro abaixo demonstra a evolução desses indicadores operacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

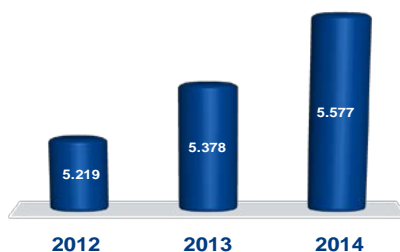
Indicadores Operacionais	2012	2013	2014
Número de Empregados	2.516	2.489	2.517
Número de Clientes por Empregado	2.074	2.161	2.216
Vendas por Clientes (MWh)	2,82	2,91	2,93
Vendas por Empregado (GWh)	5,85	6,28	6,50
Clientes por km ²	9,26	9,50	9,88

5.1. Número de Consumidores Ativos

Em 2014, a COELBA alcançou o patamar de 5.577 mil consumidores ativos, registrando crescimento de 3,70%, representando incremento de 199 mil novos clientes, em relação ao ano anterior

O crescimento apresentado em relação a 2013 foi impulsionado, principalmente, pelo aumento de 182 mil novos clientes na classe residencial (convencional e baixa renda), que representa 88,31% do total de consumidores da companhia e responsável por 45,39% da receita bruta de fornecimento de energia do mercado cativo em 2014.

Número de Consumidores – mil

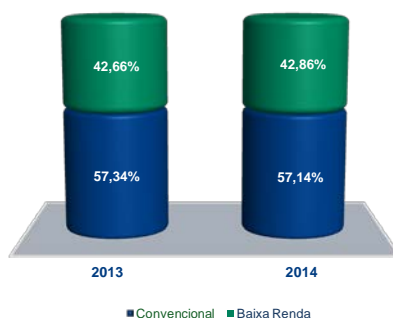


*Excluído consumo próprio e suprimento

5.1.1. Número de Consumidores Baixa Renda

A Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as regras incidentes sobre a tarifa aplicável à Subclasse Residencial Baixa Renda das distribuidoras de energia elétrica. Em função desta Lei, a COELBA alcançou em dezembro de 2014 um total de 2.112 mil clientes cadastrados com a tarifa subsidiada.

O gráfico a seguir, demonstra a participação dos clientes residenciais da COELBA em função da Lei nº 12.212/2010:

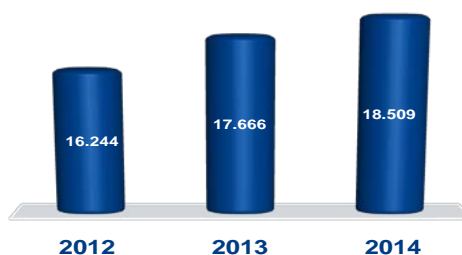


5.2. Energia Entregue

A energia entregue corresponde à energia que transita pelo sistema de distribuição da COELBA, para ser vendida ao mercado próprio, para revenda/suprimento de emergência a outras concessionárias e para atendimento ao mercado livre. Em 2014 totalizou 18.509 GWh, apresentando um aumento de 4,77% em relação a 2013.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Energia Entregue – GWh



5.3. Energia Vendida

A energia vendida pela COELBA em 2014 apresentou crescimento de 4,58% em relação a 2013, equivalente a 717 GWh, influenciado principalmente pelo crescimento de 6,23% na classe residencial, 4,59% na classe comercial, 2,90% na classe rural e 2,63% em outras classes. A classe industrial apresentou avanço de 3,47%.

- O consumo da classe residencial em 2014 foi 6,2% superior ao registrado em 2013. Esta variação seguiu a trajetória dos últimos anos e é explicada pelo incremento de novos clientes, incentivos governamentais para aquisição de eletrodomésticos e pelo aumento da renda das famílias.
- A variação do consumo da classe comercial cativa foi de 4,6% em 2014, acima do ocorrido em 2013. Já a classe comercial total (cativo + livre) cresceu 4,87 % em 2014. O desempenho desta classe esteve em linha com o comércio varejista baiano, cujo volume de vendas cresceu 4,6% em 2014.
- A classe industrial cativa registrou crescimento de 3,5% em 2014 e o consumo industrial total (cativo + livre), atendido pela COELBA, variou 2,00% em relação a 2013. O comportamento desta classe foi afetado pelo baixo nível da atividade industrial da Bahia, cuja produção física recuou 2,8% em 2014.
- A classe rural em 2014 apresentou um crescimento no consumo de energia elétrica de 2,9%. Esta variação ficou abaixo das observadas em anos anteriores, essa redução é resultado de uma menor utilização de equipamentos para irrigação, mesmo com a diminuição das chuvas em todo o Estado da Bahia.

O quadro a seguir demonstra a composição do fornecimento de energia da COELBA por classe.

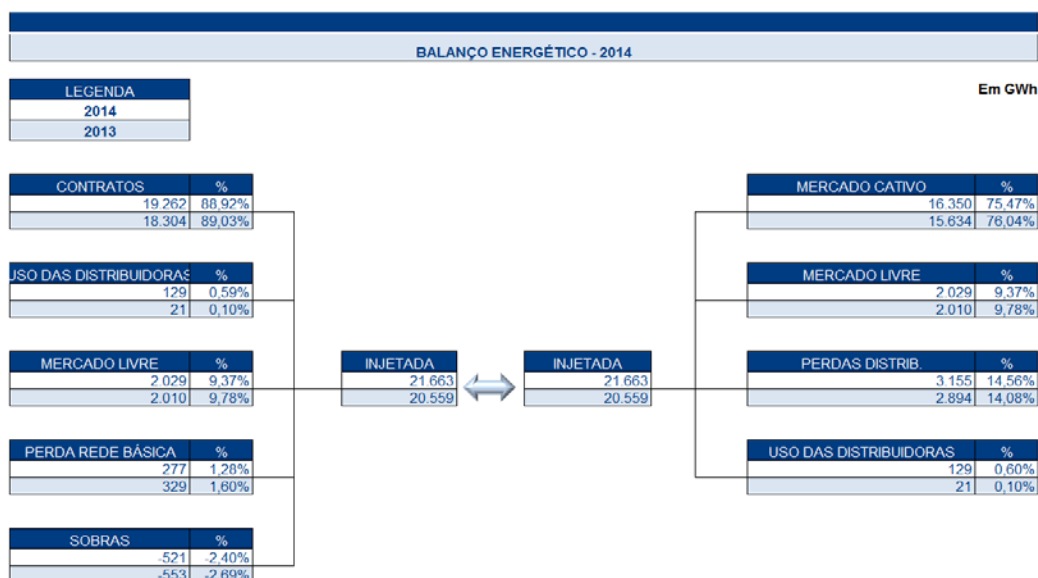
Classe	2012		2013		2014		Variação 14/13 em %		Participação 2014 em %	
	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita	Volume	Receita	Volume
Residencial	2.716	5.493	2.388	6.131	2.602	6.513	8,97	6,23	45,38	39,83
Industrial	928	2.814	676	2.585	788	2.675	16,53	3,45	13,74	16,36
Comercial	1.504	2.827	1.282	3.018	1.409	3.157	9,89	4,60	24,57	19,31
Rural	304	1.351	263	1.470	304	1.513	15,52	2,89	5,31	9,25
Outras Classes ¹	672	2.243	579	2.429	630	2.493	8,84	2,64	10,99	15,25
COELBA	6.122	14.728	5.188	15.634	5.733	16.351	10,50	4,58	100,00	100,00

Nota¹: Corresponde ao Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio

5.4. Balanço Energético

Em 2014 a energia injetada pela COELBA apresentou crescimento de 5,37% equivalente a 1.104 GWh em relação a 2013.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Na Companhia a energia injetada atingiu o patamar de 21.663 GWh em 2014. Do total da energia injetada, 75,47% (16.350 GWh) foi destinada ao consumo do mercado regulado, 9,37 (2.029 GWh) para o consumo do mercado livre, 14,56% (3.155 GWh) representaram perdas na energia injetada e 0,60% uso de outras distribuidoras (129 GWh).

O mercado livre apresentou aumento de 0,93% (19 GWh) em relação a 2013. Esse modesto crescimento foi causado não somente pela migração de nove consumidores do ambiente regulado para a contratação livre (alta base de comparação), ocorrido no período 2013/2012, como também pelo preço da energia de curto prazo no período 2014/2013 e com o retorno de um cliente para o mercado cativo.

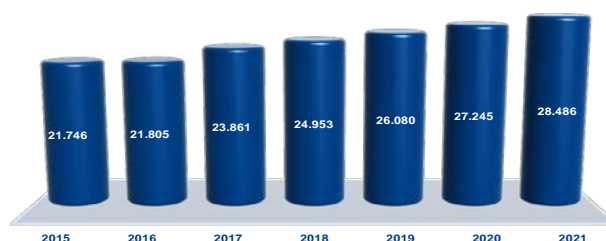
5.5. Energia Contratada

A energia contratada para atender ao mercado da COELBA em 2014, totalizou 19.262 GWh, o que representa um acréscimo de 5,23% em relação a 2013. O acréscimo não foi maior devido à frustração de cotas de garantia física e de contratos, cujos empreendimentos de geração tiveram a concessão cancelada ou não foram concluídos na data prevista. A energia foi adquirida a um custo médio acumulado de R\$ 185,29/MWh, 55,99% acima do realizado no ano anterior que foi de R\$ 118,78/MWh para o mesmo período, levando-se em consideração o Risco Hidrológico e o Condomínio Virtual, valores que não eram incluídos no custo de compra de períodos anteriores. Este custo médio não considera os encargos setoriais e de conexão.

Em 2014 a COELBA teve um déficit contratual de 2,63%, decorrente da frustração de alguns contratos, o que acarretou um lastro regulatório de 10,35%, totalizando o saldo final de 7,72%.

No gráfico a seguir apresentamos a posição em 31/12/2014 da energia contratada para o mercado da COELBA no período de 2015 a 2021, considerando os leilões futuros a partir de 2017.

Energia Contratada de 2015 a 2021 - GWh

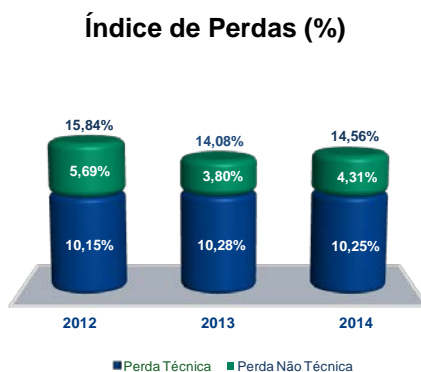


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.6. Índice de Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo.

As perdas de energia são acompanhadas pela COELBA através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos os índices da COELBA:



O Índice de Perdas apresentou elevação em relação ao ano anterior, passando de 14,08% para 14,56%, representando um acréscimo de 0,48 p.p. Este aumento deveu-se a elevação dos novos focos de perda, apesar da execução das ações previstas no Plano de Redução de Perdas.

Foram aplicados cerca de R\$ 59,7 milhões com as ações de combate às perdas não técnicas. As principais ações desenvolvidas em 2014 foram:

- Realização de 74,8 mil inspeções, sendo detectadas 27,3 mil irregularidades, tendo sido recuperados 85,6 GWh, o que corresponde a R\$ 26 milhões;
- Regularização de 19 mil ligações clandestinas com e sem obra, contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto-religados, além da recuperação de créditos;
- Operação de blindagem e implantação de telemedição em 31 mil consumidores do grupo B situados em comunidades populares, minimizando a possibilidade de realização de fraudes;
- Operação de levantamento e atualização de cadastro de iluminação pública em 130 municípios, recuperando e agregando mais de 81 GWh no ano;
- Substituição de 33 mil medidores obsoletos e defeituosos; e
- Negociação de 21,3 mil processos de irregularidade, correspondendo a mais de R\$ 34 milhões.

5.7. Arrecadação

O desempenho da arrecadação é medido pelo Índice de Arrecadação – IAR, definido pelo quociente do valor total arrecadado com energia elétrica e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação aos valores faturados por fornecimento de energia no exercício. O índice acima de 100% representa a recuperação de clientes em débito com a distribuidora.

Em 2014, o IAR da COELBA apresentou queda de 3,45 p.p.. Este desempenho é resultado do cenário econômico brasileiro e do reajuste tarifário da distribuidora. A conjuntura econômica apresentou alta na taxa de juros, inflação elevada principalmente nos itens de consumo das famílias e enfraquecimento gradual do mercado de trabalho que em conjunto com o reajuste tarifário da COELBA de 14,86%, potencializou o efeito da defasagem entre o faturamento e arrecadação, desfavorecendo o IAR.

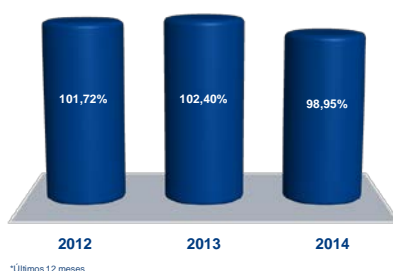
A partir deste cenário, a COELBA implantou novas ações de cobrança voltadas à melhoria da eficiência e redução dos custos operacionais. Revisamos os parâmetros para adoção de ações administrativas como URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Mensagens de Texto para Celular), que possuem menor custo operacional e que são utilizadas na cobrança de dívidas com menor risco de recebimento. .

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Também readequamos as ações de campo (suspensão do fornecimento, acompanhamento de cortados, etc.) que visaram atingir as maiores dívidas e reduzir as reclamações. Reduzimos o prazo de parcelamentos para redução do risco de inadimplência e um aumento na arrecadação das parcelas.

Implementamos um programa de personalização da ação de cobrança, adequando as ações ao perfil do consumidor, levando em consideração o seu histórico de pagamento. Com esse programa foi possível melhorar a efetividade das ações de arrecadação.

Índice de Arrecadação (%)



5.8. Indicadores de Qualidade

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

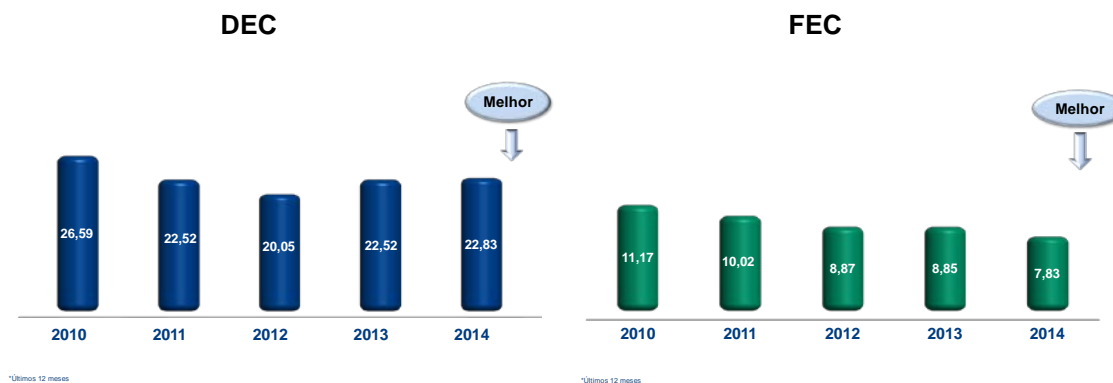
No ano de 2014 o sistema de distribuição registrou para o indicador DEC no valor de 22,83 horas e 22,52 horas em 2013. O FEC no valor de 7,83 interrupções e 8,85 em 2013.

Em 2014, o indicador FEC voltou a evoluir, como reflexo dos investimentos no sistema elétrico e da melhoria das práticas de manutenção. Em contrapartida, impactados pelas intempéries registradas em várias regiões do estado da Bahia no segundo semestre do ano, que sujeitou a rede elétrica a desligamentos simultâneos e territorialmente esparsos, o indicador de qualidade de DEC sofreu uma leve crescimento em relação ao apurado em 2013.

Buscando compensar essas dificuldades e trazer melhores números aos indicadores de qualidade, a COELBA vem investindo regularmente na automação de subestações e equipamentos de rede de distribuição, em 2014 entraram em operação 8 novas subestações, além de 124 equipamentos e 36 subestações que podem ser operadas remotamente.

Com a introdução do novo padrão de construção de redes aéreas compactas isoladas para aplicação em áreas urbanas, vigente desde 2011, a cada dia vem sendo ampliado o número de quilômetros de rede urbana com essa tecnologia, o que melhora significativamente a convivência da arborização com a rede elétrica, reduzindo desligamentos daí decorrentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



5.9. Atendimento aos Clientes

Procurando estar sempre ao lado do cliente, a COELBA mantém uma estrutura de atendimento que facilita o acesso aos serviços disponibilizados pela empresa, tais como:

- **Agências** – Dispomos de uma rede de atendimento com 45 agências, sendo 10 na capital e 35 nas cidades pólo do Estado. Além destas, contamos com 15 agências móveis sendo que três delas na Regional de Salvador. Estas unidades móveis proporcionam um atendimento com mais comodidade aos clientes, pois leva os diversos serviços oferecidos pela COELBA até os bairros, como também reforçam a imagem da empresa estando presentes em diversas feiras, eventos comunitários e de meios de comunicação.
- **Coelba Serviços** - A COELBA está presente em toda sua área de concessão (415 municípios baianos). Nos municípios onde não temos Agências Próprias, contamos com o atendimento através da rede credenciada Coelba Serviços que finalizou o ano com 420 lojas que realizam atendimento comercial. Em 162 destas lojas dispomos de atendimento via internet utilizando o Portal do Credenciado, ferramenta desenvolvida para possibilitar atendimento *online* para os serviços mais procurados, dotando a rede de mais autonomia e facilidade para o atendimento ao cliente.
- **Teleatendimento** – A COELBA dispõe de uma central de teleatendimento com 161 posições. Esta central recebeu, em 2014, mais de 6,5 milhões de chamadas com um tempo médio de atendimento de 216 segundos, se posicionando entre as maiores centrais de teleatendimento de empresas de energia elétrica do país.

“Site” (www.coelba.com.br) – O site COELBA foi novamente reformulado em outubro de 2014, possibilitando ao cliente maior facilidade de acesso ao portal e ampliação do portfólio de serviços oferecidos. Isto gerou uma procura por este canal de atendimento superior a 6,77% em relação a 2013. Foram registrados mais de 17 milhões de acessos. Dentro dos serviços oferecidos citamos o certificado de quitação de débitos, a reclamação de falta de energia, a solicitação de ligação nova, a troca de titularidade e consulta sobre o estágio das obras do Programa Luz para Todos. Foram disponibilizados também novos serviços levando mais comodidade aos nossos clientes como a consulta de dívida por CPF/CNPJ ou conta contrato onde o titular pode verificar todas as dívidas das unidades consumidoras de sua responsabilidade, consulta histórico de consumo onde é possível confirmar a data de pagamento da fatura e imprimir as faturas já pagas, consulta solicitações, e ainda solicitar vistoria ou selagem do medidor.
- **O serviço gratuito de SMS** foi implantado em Outubro/2011, visando facilitar o acesso do cliente para o registro da ocorrência de falta de energia, possibilitando o envio e recebimento do protocolo de sua reclamação, de forma ágil e confiável. Em 2014 registramos uma média mensal de 16.203 registros consolidando a utilização desta ferramenta de atendimento.
- **Atendimento Clientes Corporativos** - Através de especialistas no segmento de energia na capital e no interior é prestado um atendimento diferenciado e personalizado para mais de 17 mil parceiros de negócios, correspondente a cerca de 65,5 mil contas-contratos. Esses clientes representam aproximadamente 37% do consumo e 29% do faturamento total da COELBA. Fazem parte deste grupo os clientes dos poderes públicos (Federal, Estadual e da Prefeitura de Salvador), do mercado livre, e os mais de 8 mil contratos do Grupo A, entre outros.

O resultado da eficiência desta estrutura de serviços pode ser visualizado através do indicador de qualidade do atendimento estabelecido pela ANEEL, a FER – Frequência Equivalente de Reclamação, que, basicamente, mede o número de reclamações procedentes para cada grupo de 1.000 consumidores, o FER para COELBA, estabelecido pela ANEEL para o ano de 2014, foi de 14, enquanto que o alcançado foi de 6,44, representando um resultado 46% menor do que a meta estabelecida

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O crescimento do número de reclamações procedentes a partir de 2011 foi resultante das modificações no processo de apuração com o objetivo da uniformização do procedimento de registro de reclamações em todas as distribuidoras do país, visando à certificação exigida pelo órgão regulador e permitindo a comparação, na mesma base, dos indicadores de duração e frequência das reclamações entre todas as distribuidoras. Em 2014, dando continuidade às ações de melhoria iniciadas em 2012, com foco na qualidade do serviço prestado, pode-se registrar um decréscimo no registro de reclamações procedentes da ordem de 19% em relação ao ano anterior.

Em 2014, a COELBA obteve o índice de 76,4 pontos no ISQP - Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida, avaliado pela ABRADÉE nas distribuidoras com mais de 500 mil clientes, representando uma pequena evolução do indicador que em 2013 registrou 77,8 pontos.

5.10. Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos – PLPT foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público.. Com a publicação do Decreto nº 8.387, de 30 de janeiro de 2014, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos para 2018.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,6 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e do Governo Estadual.

A COELBA, em 2014, através do Programa Luz para Todos, ligou 18.704 novos clientes, atingindo a marca de 548.930 ligações realizadas na Bahia desde a sua implantação em 2004, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

O número de ligações efetuadas pela COELBA até 2014 está demonstrado a seguir:

Programa Luz para Todos	
Ligações Previstas pelo Programa	593.069
Total de ligações executadas	548.930
Até 2009	353.209
2010	75.637
2011	39.888
2012	26.726
2013	34.766
2014	18.704
Em execução	44.139

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Econômicos - R\$ mil	2014	2013	Variação %
Receita Operacional Bruta	7.608.582	6.759.695	12,56
Receita Operacional Líquida	5.616.904	4.982.853	12,72
EBITDA	1.207.180	1.093.221	10,42
Resultado do Serviço	888.360	814.723	9,04
Resultado Financeiro	(349.789)	(211.402)	65,46
Lucro Líquido	475.766	505.010	(5,79)
Margem EBITDA (%)	21,49%	21,94%	(0,45)
Margem Operacional (%)	15,82%	16,35%	(0,53)
Margem Líquida (%)	8,47%	10,13%	(1,66)

Indicadores Financeiros - R\$ mil	dez/14	dez/13	Variação %
Ativo Total	8.622.731	7.844.331	9,92
Dívida Bruta	3.607.527	3.427.795	5,24
Patrimônio Líquido	2.762.425	2.502.171	10,40
Dívida Total Líquida	3.392.656	2.832.235	19,79
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	2,81	2,59	8,48
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + PL)	0,55	0,53	3,82
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,32	0,32	0,43

Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

*EBITDA dos últimos 12 meses

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta - R\$ Mil	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	2014	2013	R\$ Mil	%
Residencial	2.601.885	2.387.749	214.136	8,97
Industrial	787.971	676.179	111.792	16,53
Comercial	1.408.784	1.282.036	126.748	9,89
Rural	304.215	263.333	40.882	15,52
Poder Público	258.275	248.564	9.711	3,91
Iluminação Pública	174.585	154.463	20.122	13,03
Serviço Público	197.493	176.118	21.375	12,14
Receita de Uso de Rede	137.476	137.330	146	0,11
Fornecimento Faturado	5.870.684	5.325.772	544.912	10,23
Fornecimento Não Faturado	35.274	(24.149)	59.423	(246,07)
Fornecimento de energia	5.905.958	5.301.623	604.335	11,40
Subvenção à tarifa social baixa renda	514.559	458.032	56.527	12,34
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	2	(2)	(100,00)
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	479.672	-	479.672	-
Receita de construção da infraestrutura da concessão	552.096	832.873	(280.777)	(33,71)
Outras receitas	156.297	167.165	(10.868)	(6,50)
Receita Operacional Bruta	7.608.582	6.759.695	848.887	12,56

A Receita Operacional Bruta da COELBA alcançou em 2014 R\$ 7.609 milhões, um incremento de 12,56%, equivalente a R\$ 849 milhões em relação ao ano de 2013 que foi de R\$ 6.760 milhões. Esse aumento é o efeito líquido, principalmente, dos seguintes fatores, destacados abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Aumento no Fornecimento de Energia Elétrica no Mercado Cativo**

Este incremento está associado, principalmente ao aumento da tarifa de energia, através da Resolução Homologatória nº 1.714 de 15 de Abril de 2014, em 14,86% dos quais 10,76% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,10% aos componentes financeiros pertinentes. As tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2014 com vigência até 21 de abril de 2015;

- Contabilização dos ativos e passivos setoriais**

Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o V Aditivo ao contrato de concessão de energia elétrica, com a inclusão de cláusula específica que permite o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como instrumentos financeiros e alterando a avaliação quanto à probabilidade de entrada e saída de recursos que incorporem benefícios econômicos, qualificando-os para reconhecimento nas demonstrações financeiras;

Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

As Deduções da Receita Bruta

Deduções da Receita Bruta	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	2014	2013	R\$ Mil	%
IMPOSTOS (ICMS / PIS / COFINS / ISS)	(1.919.219)	(1.704.178)	(215.041)	12,62
ENCARGOS SETORIAIS	(72.459)	(72.664)	205	(0,28)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(17.863)	(10.526)	(7.337)	69,70
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(8.740)	8.740	(100,00)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(21.491)	(19.223)	(2.268)	11,80
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.596)	(8.345)	(251)	3,01
Encargo do consumidor - CCRBT	-	(241)	241	(100,00)
Outros (RGR / FNDCT / EPE / PROINFA / TFSSE)	(24.509)	(25.589)	1.080	(4,22)
(-) Dedução da receita bruta	(1.991.678)	(1.776.842)	(214.836)	12,09
Receita Operacional Líquida	5.616.904	4.982.853	634.051	12,72

- Aumento de ICMS no montante de R\$ 135.040, equivalente a 11,91%, em decorrência, principalmente do:**

(i) aumento da receita bruta de vendas, base do imposto; (ii) contabilização do ICMS CDE no valor de R\$ 24.324, incidente sobre os consumidores irrigantes, aguicultores, serviços públicos de água, esgoto e saneamento, cooperativas de eletrificação rural;

- Redução de 0,28% do grupo de encargos setoriais, equivalente a R\$ 205 mil**

Os principais motivos para a redução mencionada são a não realização do encargo da quota de reserva global de – RGR, em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Despacho Aneel nº 34 de 10 de janeiro de 2013, e a extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 do encargo Conta Consumo de combustível – CCC complementada pela Resolução Homologatória da Aneel nº 1429, de 24 de janeiro de 2013.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Os Custos e Despesas Operacionais**

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	2014	2013	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.796.738)	(1.939.659)	(857.079)	44,19
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(103.055)	(202.483)	99.428	(49,10)
Subtotal	(2.899.793)	(2.142.142)	(757.651)	35,37
Custos e Despesas Gerenciáveis	2014	2013	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	(324.753)	(276.433)	(48.320)	17,48
Material	(22.980)	(28.471)	5.491	(19,29)
Serviços de terceiros	(497.945)	(477.123)	(20.822)	4,36
Indenizações	(30.228)	(30.243)	15	(0,05)
Depreciação e amortização	(318.820)	(278.498)	(40.322)	14,48
Provisões Líquidas - PCLD	(45.909)	(55.506)	9.597	(17,29)
Provisões Líquidas - Contingências	31.500	7.981	23.519	294,69
Custo de Construção	(552.096)	(832.873)	280.777	(33,71)
Outros	(67.520)	(54.822)	(12.698)	23,16
Subtotal	(1.828.751)	(2.025.988)	197.237	(9,74)
Total	(4.728.544)	(4.168.130)	(560.414)	13,45

Em 2014 alcançaram R\$ 4.728 milhões, um incremento de 13,45%, equivalente a R\$ 560 milhões, em relação ao ano de 2013, que foi de R\$ 4.168 milhões. Este aumento é o efeito das seguintes variações:

(i) Aumento e 44,19% correspondente a R\$ 857 milhões na energia elétrica comprada para revenda;

(ii) Redução de 49,10% equivalente a R\$ 99.428 na rubrica encargo de uso/encargo de serviço do sistema de transmissão – ESS. Este efeito positivo ocorreu devido à reclassificação da Receita da CONER do grupo de Energia Elétrica comprada para revenda para encargo de Uso da Rede Elétrica conforme Despacho nº 4.786 de 11/12/2014.

➤ **O aumento acima mencionado se deve aos seguintes fatores:**

- Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA; 75% dos contratos são CCEARs);
- Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada;
- Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais;
- Maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de descontratação involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e/ou por projetos térmicos postergados ou cancelados;

(iii) Redução de 33,71% no montante de R\$ 280.777 mil no custo de construção (constituídas por investimentos em infra-estrutura líquida de recursos de obrigações especiais), impactada pelo recebimento de recursos de subvenções LPT, no montante de no montante de R\$ 227.370 no exercício.

(iv) Incremento de 17,48% equivalente a R\$ 48.320 mil na rubrica Pessoal/Administradores/Entidades de Previdência Privada devido, principalmente, ao reajuste salarial do dissídio coletivo de 6,99% a partir de outubro de 2014, com impacto nas rubricas de remuneração, provisão de 13º, férias e encargos; ao pagamento da Participação nos Resultados (PLR) e Remuneração Variável (RV)/Encargos em Abril/2014, referente ao acordo coletivo de 2013;

(v) Incremento da despesa com amortização em 14,48% equivalente a R\$ 40.322 mil, motivado, basicamente pelo crescimento dos investimentos (volume de encerramento/unitização de obras ocorridas no período (em Dez/14 as unitizações atingiram o patamar de R\$ 242.511 mil);

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(vi) Incremento de Outras despesas em 23,16% equivalente a R\$ 12.698 mil, em função, principalmente, da adesão ao REFIS para pagamento de débitos do COFINS não homologados pela PGFN;

(viii) Incremento de despesas de Contingências em 294,69% equivalente a R\$ 23.519 mil

(ix) Redução da PCLD em 17,29%, correspondente a R\$ 9.597mil, com maior impacto na classe residencial baixa renda;

(x) Redução da TFSEE em 27,00% equivalente a R\$ 2.586, beneficiada pela redução da obrigação mensal de repasse estabelecido através do Despacho ANEEL 676, de 21/03/14.

(xi) Destaca-se, ainda, o recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídios existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783/13. No ano de 2014, as compensações contabilizadas nesta rubrica alcançaram o montante de R\$ 678 milhões.

Geração Operacional de Caixa - EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da COELBA no ano de 2014, atingiu o montante de R\$ 1.207 milhões, o que representa um aumento de 10,42%, equivalente a R\$ 114 milhões em relação ao ano de 2013, cujo montante foi de R\$ 1.093 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2014 foi de 21,49%, o que representa uma redução de 0,45 p.p. em relação a 2013.

De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores que o compõe, constantes das demonstrações financeiras da Companhia.

Conciliação EBITDA	2014	2013	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido	475.766	505.010	(29.244)	(5,79)
Despesas financeiras	1.055.773	753.096	302.677	40,19
Receitas financeiras	(705.984)	(541.694)	(164.290)	30,33
Imposto de renda	46.122	81.363	(35.241)	(43,31)
Amortização	318.820	278.498	40.322	14,48
Amortização de ágio	16.683	16.948	(265)	(1,56)
EBITDA	1.207.180	1.093.221	113.959	10,42

O Resultado Financeiro da COELBA

Descrição	2014	2013	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	30.558	22.390	8.168	36,48
Juros, comissões e acréscimo moratório	31.215	32.027	(812)	(2,54)
Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais	(378.181)	(262.387)	(115.794)	44,13
Instrumentos financeiros derivativos	42.556	64.940	(22.384)	(34,47)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(32.640)	(35.240)	2.600	(7,38)
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	692	-	692	-
Obrigações pós emprego	(26.704)	(33.250)	6.546	(19,69)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(17.285)	118	(17.403)	(14.748,31)
Resultado Financeiro Líquido	(349.789)	(211.402)	(138.387)	65,46

O resultado financeiro da COELBA, em 2014 foi negativo em R\$ 349.789 mil, apresentando uma variação negativa de 65,46%, equivalente a R\$ 138.387 mil em relação ao do ano anterior. Esta evolução é o efeito líquido, basicamente, das seguintes variações:

- Incremento na renda de aplicações financeiras em R\$ 8.168, justificado pelo aumento da taxa de juros (CDI) vinculada às aplicações (CDI 10,77% em 2014 versus CDI 8,02% em 2013) e saldo médio de caixa superior em comparação ao período anterior;

Incremento de encargos, variação cambial, monetária e instrumentos financeiros derivativos (líquidos) em R\$ 138.178 mil, justificado por: (i) aumento dos encargos de dívidas em função do crescimento no nível de endividamento da companhia e aumento do CDI em 34% em relação a 2013; (ii) aumento das despesas de juros em moeda estrangeira impactada por novos ingressos de recursos do Citi, Bofa e JP Morgan em dez/2013, no montante de R\$ 5.344; e (iii) mudança na metodologia de cálculo da Marcação Mercado da dívida e swap.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Redução da atualização monetária de contingências líquidas de depósitos judiciais em R\$ 2.600;

Lucro Líquido

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a COELBA registrou em 2014 um lucro líquido de R\$ 476 milhões, valor 5,79% inferior (em R\$ 29 milhões) ao registrado no ano de 2013, que foi de R\$ 476 milhões. A Margem Líquida em 2014 alcançou 8,47%, uma redução de 1,66 p.p. em relação a 2013, que foi de 10,13%.

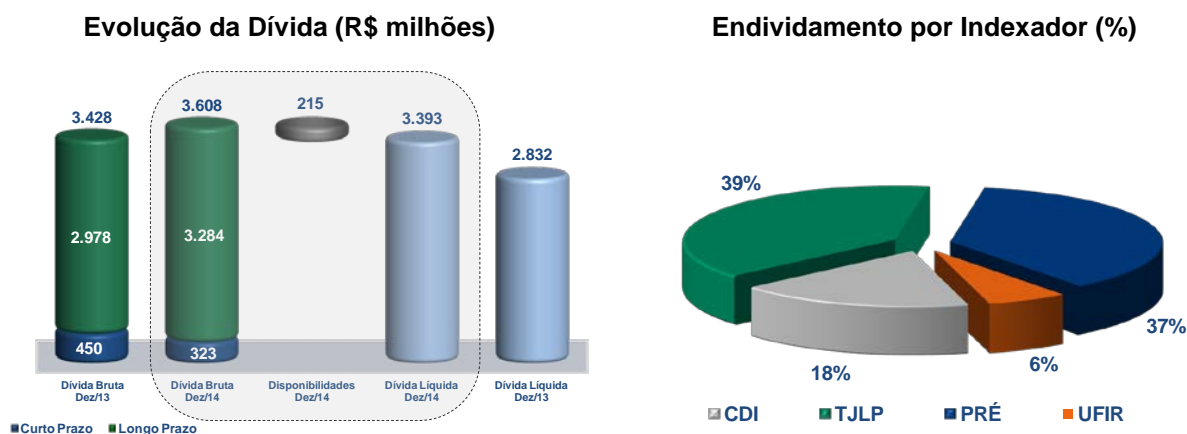
6.1. Perfil da Dívida

De acordo com sua Política Financeira, a COELBA busca permanentemente o alongamento e a redução do custo da sua dívida. Em dezembro de 2014, o Grupo contava com 91,04% da dívida contabilizada no longo prazo e 8,96% no curto prazo.

Em dezembro de 2014 a dívida bruta da COELBA, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi R\$ 3.608 milhões (dívida líquida R\$ 3.393 milhões) apresentando um crescimento de 5,25% equivalente a R\$ 180 milhões em relação a dezembro de 2013.

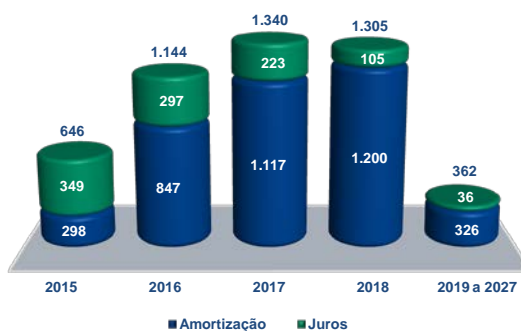
O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 2,59 em dezembro de 2013 para 2,81 em dezembro de 2014, motivado pela à redução do Caixa e de Títulos e valores mobiliários.

Como demonstrado no gráfico abaixo a direita, a COELBA mantém seu endividamento sem concentração em um único indexador. Do total da dívida, 39% estão indexados à TJLP, 37% à taxas pré-fixadas, 18% ao CDI, e 6% a UFIR.



Com base no endividamento da companhia em 31 de dezembro de 2014, o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida se comporta conforme o gráfico abaixo.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ milhões)



7. INVESTIMENTOS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Visando melhorar a qualidade dos serviços e ampliar a eletrificação do Estado da Bahia, foram investidos no exercício R\$ 937 milhões, importe este constituído por recursos próprios, subvenções, benefício fiscal (REIDI) e captações financeiras junto ao BNDES e FINEP.

O quadro abaixo mostra a evolução dos investimentos e a sua composição em 2014:

Descrição	Em R\$ mil
	2014
Distribuição	876.717
Comercialização	929
Administração	59.528
Total	937.174

7.1. Expansão de Rede

Em 2014 a COELBA investiu R\$ 110,3 milhões na expansão dos sistemas de subtransmissão e distribuição, para atender à crescente demanda do mercado de energia elétrica. A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais ativos do sistema elétrico da empresa nos últimos três anos.

Principais Ativos Elétricos	2012	2013	2014	Varição
Linhas de Transmissão (Km)	8.818	9.514	9.313	-2,11% (*)
Subestações (Un)	326	335	331	-1,19% (*)
Transformadores de Força (Un)	440	463	482	4,10%
Potência Instalada (MVA)	4.956	5.273	5.640	6,96%
Linhas de Distribuição (Km)	244.418	253.743	258.850	2,01%
Transformadores de Distribuição (Un)	197.517	210.488	219.187	4,13%

(*) Redução decorrente de atualização cadastral das instalações (reclassificação de nível de tensão LT / desativação SE)

No exercício, foram concluídos vários empreendimentos incluindo a construção de quatro subestações (Coribe, Imbui, Pratudinho e Serrinha II 69-13,8kV). Além de nove ampliações de subestações (Barra, CIA III, Guarajuba, Ibipeba, Itiúba, Mutuípe, Praia do Forte, Santa Bárbara e Taquipe).

Todas essas obras permitiram ampliar a oferta de energia elétrica, contribuindo com o desenvolvimento do Estado da Bahia e para a melhoria da confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica em toda a área de concessão.

7.2. Modernização

Com um investimento aplicado no exercício de 2014 no valor de R\$ 16,0 milhões em modernização, a COELBA deu continuidade ao projeto de digitalização e automação do sistema elétrico, tecnologia que permite a operação remota de subestações e pontos estratégicos da rede de distribuição. Foram automatizadas mais 43 subestações e 120 chaves/religadores da rede de distribuição que tiveram comandos remotos implantados. Atualmente, 299 subestações da COELBA (97,77% da potência total instalada) encontram-se automatizadas e integradas aos seus respectivos Centros de Operação, como também 1.638 chaves/religadores da rede de distribuição possuem telecomando.

O programa de telemedição em 2014 avançou em relação à sua aplicação no combate a perdas e inadimplência com blindagem de rede e implantação de novos pontos telemididos. Agora, já são 54.202 consumidores de baixa tensão localizados em áreas que registraram níveis elevados de perdas comerciais e inadimplência, com medidores inteligentes instalados. A tecnologia permite, remotamente, realizar o gerenciamento do consumo de energia, a correção da programação do medidor, a detecção e localização imediata de perdas comerciais, fraudes e defeitos, a execução de cortes e religações à distância, bem como o faturamento automático desses clientes, reduzindo significativamente o custo do processo. É também um investimento sustentável, pois ao diminuir os deslocamentos de equipes, contribui para reduzir a emissão de gases poluentes dos veículos que as transportam.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.3. Universalização

O “Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica” continuou a figurar como importante foco dos investimentos da COELBA em 2014, sendo destinatário de importante parcela dos recursos orçamentários de investimentos do exercício. Desde dezembro de 2008, quando a ANEEL deu por concluída a Universalização Urbana, o programa passou a compreender apenas a Universalização Rural, vertente denominada de “Programa Luz para Todos”, considerado o maior programa de eletrificação rural do país.

Em 2014 foram ligados 257.883 novos consumidores, sendo 50.370 em área rural, dos quais 18.704 atendidos pelo Programa Luz para Todos (R\$ 150,3 milhões), e 207.513 em área urbana, com aportes respectivos de R\$ 178,0 milhões e R\$ 235,6 milhões, totalizando um investimento em novas ligações de R\$ 413,6 milhões.

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Coelba estando ciente dos reflexos e da influência do seu papel no contexto socioeconômico e ambiental que permeia o desenvolvimento sustentável da região e conseqüentemente do país onde atua, e busca trabalhar continuamente para consolidar práticas sustentáveis em sua estratégia de negócio. Na Coelba a sustentabilidade, além de ser um valor, é um atributo que norteia suas decisões, atitudes e sua missão que é “Ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas”.

A distribuidora firmou compromissos públicos para a promoção do desenvolvimento sustentável. Desde 2007 a empresa é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, o que significa manter uma conduta aderente aos dez princípios nas áreas de direitos humanos e do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção. Pautando ainda a atuação de forma a contribuir para o alcance dos Oito Objetivos do Milênio estabelecidos em 2000 por países-membros da ONU.

A publicação do Relatório de Sustentabilidade segue as diretrizes do GRI - Global Reporting Initiative. Além disso, desde 2012, a companhia aderiu ao Compromisso e Demandas para a Construção do Futuro que Queremos, proposto pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Empresarial, a quem é associada desde 2002.

Fomentar o consumo consciente é uma prática da Coelba e para expandir à comunidade somos parceiros do Instituto Akatu, uma organização não governamental sem fins lucrativos que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o Consumo Consciente.

Educação, Cidadania e Desenvolvimento Social

A Coelba por reconhecer que a educação é o maior instrumento de transformação da sociedade, mantém parcerias na área de educação, cidadania e desenvolvimento social.

Na área de educação a empresa apóia desde 2006 o Instituto Ayrton Senna nos programas educacionais, “Se liga” e “Acelera”. Esses programas buscam corrigir o fluxo escolar do ensino fundamental e combater o analfabetismo e a evasão escolar de estudantes de escolas públicas da cidade de Juazeiro, do 1º ao 5º ano. Os participantes são alfabetizados e/ou têm a oportunidade de corrigir a defasagem entre a idade e a série cursada. Em 2014 foi aportado um total de R\$ 250 mil para esses programas.

A Empresa também apóia o Instituto Bolshoi, patrocinando o projeto, “Adote um aluno”. No ano letivo de 2014 a Coelba manteve apoio a três jovens baianos, com o aporte no valor de R\$ 63 mil, que são destinados para o custeio de todas as despesas dos estudos de dança desses alunos.

No quesito desenvolvimento social a concessionária patrocinou a Flica, pelo quarto ano consecutivo, sendo que, além de apresentar pela 2ª vez a Fliquinha, espaço dedicado à literatura e atividades infantis, a concessionária também levou uma novidade em 2014 que foi a Ecoteca, uma biblioteca ecológica com cinema. Essa estrutura, após as apresentações na Fliquinha, foi doada à Escola Municipal Pedro Paulo Rangel, pertencente à rede pública do município de Cachoeira e localizada no distrito Rural de Iguape, com todo o acervo de 300 livros, 100 filmes e material didático. Além dos 205 alunos da escola, a comunidade, que conta com cerca de mil pessoas, também têm acesso a Ecoteca.

Em 2014 também foi firmado uma parceria entre a Coelba e o Projeto Mundo Afro, onde a distribuidora ministrará nos cursos e oficinas que serão realizados nas 05 instituições que fazem parte do projeto (Filhos de Gandhi, Ilê Aiyê, Malê Debalê, Muzenza e Cortejo Afro) o módulo de segurança com a rede elétrica, bem como orientações de consumo consciente. Nessa parceria foi investido R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em Cidadania a Empresa tem o programa Vale Luz Comunidade, que permite ao consumidor de comunidades de baixa renda a troca de resíduos sólidos recicláveis por desconto na fatura de energia elétrica. De janeiro a dezembro de 2014 foram recolhidos 72.118,56 kg de resíduos e repassados aos clientes o valor de R\$ 16.872,74 em desconto na fatura de energia.

A distribuidora também desenvolve o projeto Vale Luz Empresa, onde as empresas interessadas fazem o cadastro na Coelba e recebem coletores para o lixo reciclável e material para a divulgação da iniciativa entre os seus funcionários. Periodicamente, a unidade móvel do projeto vai até o local, pesa os resíduos e encaminha a cooperativas de catadores. No Vale Luz Empresa, as participantes indicam instituições sem fins lucrativos que serão favorecidas com os descontos. De janeiro a dezembro de 2014 foram recolhidos 83.069,40 kg de resíduos e repassados as Instituições o valor de R\$ 9.343,64 em desconto na fatura de energia.

Eficiência Energética e Educação para o Consumo Consciente da Energia

A Eficiência Energética na Coelba trabalha com o objetivo de promover o uso racional e seguro da energia elétrica, fazendo isso através de projetos inovadores, criativos e com responsabilidade social.

Para reduzir o consumo de energia dos clientes e proporcionar o uso eficiente, a área de Eficiência Energética tem o projeto de doação de geladeiras e lâmpadas para famílias inscritas em programas sociais do Governo Federal. O projeto tem como objetivo a troca de refrigeradores ineficientes por novos equipamentos com Selo Procel, e doação de lâmpadas eficientes para os consumidores residenciais de baixa renda, beneficiados com a tarifa social de energia, cadastrados no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, em Salvador e municípios do interior do estado da Bahia.

O programa de doação de geladeiras e lâmpadas para famílias inscritas em programas sociais do Governo Federal e consumidores residenciais foi gasto de janeiro a novembro de 2014 o valor de R\$ 11.319.202,32.

Além disso, a área de Eficiência Energética investe em projetos voltados para a educação, como o Educação com Energia, uma parceira com a Fundação Roberto Marinho que capacita educadores da rede pública e particular de ensino para orientação sobre o consumo eficiente e seguro da energia elétrica e distribui kits didáticos, beneficiando milhares de alunos. O projeto conta ainda com o atendimento aos alunos na Unidade Móvel Educativa, montada num caminhão-baú customizado para se transformar em sala de aula itinerante, que ministra palestras educativas por todo o estado sobre o uso consciente da energia. Para todos os Projetos Educativos no estado da Bahia, de janeiro a novembro de 2014, foi investido R\$ 1.222.168,64.

Existe também o projeto Energia com Cidadania, que oferece à comunidade local os serviços comerciais da distribuidora (através de agentes realizando visita domiciliar e através de atendimento na unidade móvel), além de uma gama de serviços oferecidos na unidade móvel por parceiros da Coelba: inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e no Programa Bolsa Família pelas prefeituras, inscrição para pesquisa de emprego, emissão de carteira de trabalho e de identidade pelos Governos Estaduais, entre outros.

O Grupo Neoenergia, do qual a Coelba faz parte, no ano de 2014 firmou uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, com o objetivo de apoiar às metodologias do SELO UNICEF Município Aprovado nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte e da Plataforma dos Centros Urbanos em Salvador/Bahia, além de levar às comunidades do semi-árido do nordeste informações sobre Sustentabilidade, Segurança e Eficiência Energética. O SELO UNICEF Município Aprovado é uma iniciativa para melhorar os indicadores sociais que impactam a vida de crianças e adolescentes do semi-árido, em nível municipal, mobilizando e estimulando os municípios em torno de objetivos e metas que devem ser alcançados para melhorar a qualidade de vida da população e a gestão das políticas públicas. A Coelba participa desses fóruns com orientações sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica. Consta em sua proposta de ação a capacitação do adolescente do núcleo de cidadania do adolescente - NUCA, através da parceria com o Selo Município Aprovado UNICEF, com ciclos de encontros com representantes dos NUCAs durante um ano. De janeiro à novembro de 2014 foi investido R\$ 495.036,41.

Meio Ambiente

Em 2014 a Coelba realizou o Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna Silvestre na faixa de servidão da Linha de Distribuição (LD) 138 kV Queimadas – Valente com uma extensão de 61,3 km, localizada nos municípios de Queimadas, Valente e Santa Luz, na região nordeste do Estado da Bahia. Este procedimento objetivou a minimização dos impactos provenientes da abertura de faixa de servidão que implicou na supressão da vegetação para construção da linha. Os animais encontrados na faixa de servidão da linha somaram um total de 887 espécimes. Dentre estes, 467 foram resgatados e 420 indivíduos foram afugentados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além do projeto acima, a distribuidora assinou em 2014 um Convênio com o Instituto Marí, com o objetivo de elaborar e implantar o Projeto Piloto de Arborização Urbana no Município de Juazeiro. Esse projeto visa utilizar espécies nativas na arborização de ruas e praças.

Neste mesmo ano, foi feita uma restauração florestal na Chapada Diamantina, onde existem três linhas de distribuição, duas com tensão de 34,5 kV (SE Mucugê – Andaraí e SE Lençóis – Palmeiras) e uma com 13,8 kV (SE Lençóis – Lençóis). Para uma melhor operação dessas linhas no sistema elétrico, houve a necessidade de realizar a reabertura da faixa de servidão, o que gerou uma supressão de 25,59 hectares de vegetação nativa. Como forma de compensação, a Coelba ficou responsável por revegetar uma área de seis hectares na região. O plantio das mudas foi realizado entre os meses de maio a agosto de 2014. Foram plantadas 9.900 mudas de 14 espécies nativas arbóreas típicas da região da Chapada Diamantina.

Ainda na região da Chapada Diamantina, foi realizado a revegetação de 15 hectares de mata ciliar no município de Barra da Estiva, por meio do plantio de 15.000 mudas na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu. Esta ação é uma compensação exigida pelo INEMA, por meio de condicionante ambiental, para a construção da Linha de Distribuição 138 kV Ibicoara – Porto Alegre, com aproximadamente 87 km de extensão, instalada nos municípios de Ibicoara, Maracás e Iramaia. Espera-se que a recomposição dessa área ocorra num prazo de três anos.

Prêmios e Reconhecimentos

A Coelba foi premiada em 2014 no Prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – Aberje, na Categoria Regional Norte-Nordeste e na Categoria Nacional, com o case “Coelba com Você no Carnaval”. Um conjunto de ações de comunicação integrada desenvolvidas antes e durante a festa com objetivo de conscientizar a sociedade da importância da segurança com a rede elétrica durante o festejo. A concessionária ganhou ainda o 2º lugar na categoria Norte-Nordeste com o projeto “Energia com Cidadania. A Coelba presente na Comunidade”.

A distribuidora também foi premiada no 11º Prêmio da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB de Desempenho Socioambiental, que reconhece as melhores práticas na área de sustentabilidade de pequenas, médias e grandes empresas. A Coelba foi vencedora na modalidade Programas Socioambientais, com o projeto “Energia com Cidadania. A Coelba presente na Comunidade”.

Além dos prêmios acima, a Coelba também foi vencedora do Prêmio Fundação COGE 2014, na categoria “Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho”, com o trabalho “Gestão de Saúde e Segurança das Contratadas: A Vida em Primeiro Lugar”.

9. GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo Neoenergia tem como missão ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade. A organização acredita no Brasil e no potencial da sociedade. A principal responsabilidade de nossas empresas é com a vida das pessoas e, é através da valorização dessas que estimulamos a construção de uma sociedade mais segura, justa e íntegra.

Por isso, para cuidar do nosso principal ativo, o Grupo Neoenergia se baseia em alguns pilares de atuação que buscam acompanhar toda a vida funcional dos colaboradores.

Com uma série de ações, nas áreas de treinamento, comunicação, desenvolvimento e integração, que serão detalhadas adiante, queremos nos posicionar como uma das melhores empresas para se trabalhar.

Todos os dias, buscamos aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento, integração e desenvolvimento de talentos, para que nosso time se dedique a ser mais eficiente e competente, maximizando os resultados operacionais e financeiros para a organização.

Em 2013, o Grupo Neoenergia revisou sua Missão, Visão e Valores e, desde então, vem trabalhando o senso de pertencimento do público interno às novas diretrizes da companhia. Ações de fortalecimento dos novos valores, embasadas em nosso compromisso com as melhores práticas de Gestão de Pessoas, fizeram parte da atuação da área em 2014. Assim, iniciamos uma jornada com a meta de zerar o número de acidentes com a força de trabalho.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, onde a prática do comportamento seguro é um compromisso de todos.

9.1. Valor Segurança

Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossos colaboradores e da comunidade envolve muito mais do que obedecer regras e leis e, por isso, estabelecemos o “Padrinho da Segurança”, ação em que cada colaborador é padrinho de seu colega de trabalho e seu colega de trabalho é seu padrinho. Assim, garantimos uma teia de proteção onde todos são responsáveis por todos.

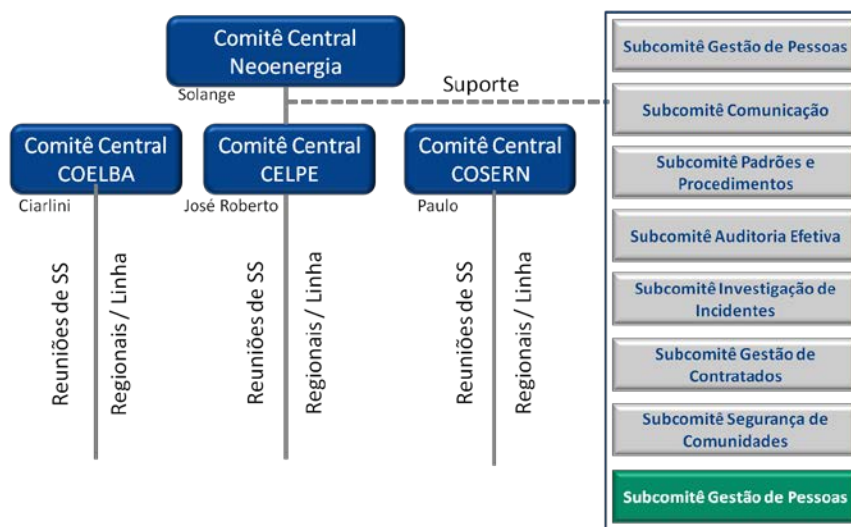
Jornada Comportamento Seguro

A Jornada Comportamento Seguro – nome dado ao processo de fortalecimento da cultura de segurança dentro do Grupo – foi lançada com base em 5 principais pilares/ações: Diálogo de Segurança, Capacitação de Líderes, Inspeções de Segurança pelos Líderes, Padrinho da Segurança e Diagnóstico de Saúde e Segurança.

O fortalecimento dessa cultura voltada para a segurança está se dando por meio de 6 macro blocos de ações, considerando: Preparação da Equipe Corporativa, Contenção, Preparação das Lideranças Locais, Mudança de Cultura, Gestão de Contratadas e Segurança das Comunidades.

Temos a convicção que a execução de nossa estratégia depende de equipes unidas que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com o principal valor do nosso Grupo, a SEGURANÇA.

Foram criados comitês e subcomitês que deliberam, estudam, padronizam e implantam práticas de saúde e segurança nas distribuidoras do Grupo:



Segurança da População

Dentre as principais ações para a população, destacamos: Ações de orientação em Agências de Atendimento; Ações educativas em comunidades no entorno de subestações; Palestras sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica em diversas escolas, com o envolvimento de alunos, professores e familiares; Promoção de Seminários sobre instalações elétricas abordando o uso seguro e eficiente de energia, através de parcerias com entidades do Setor (Abracopel, Procobre etc.); Treinamento para profissionais da construção civil/instalações elétricas; Parcerias educativas com estabelecimentos comerciais de materiais de construção; Divulgação em meios de comunicação por meio de maciças campanhas, entrevistas em rádio/TV/Jornal, Spot de rádio, publicação de mensagens nos sites e nas contas de energia, referente ao uso seguro e eficiente da energia elétrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ações Internas

Dentre as principais ações desenvolvidas em 2014, destacamos:

- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Exames Médicos Ocupacionais, Controle de Absenteísmo e Blitz Ergonômica, direcionados aos colaboradores próprios. Essa mesma prática tem sido monitorada dentro das equipes de prestadores de serviços.
- Incentivo à atividade física e práticas de bem estar por meio da continuação de projetos de incentivo a hábitos saudáveis, tais como as academias de ginástica dentro das instalações de algumas empresas ou convênios com academias locais; clubes de corrida; massagem terapêutica; feiras de saúde e qualidade de vida; jogos estaduais; campanhas e palestras educativas voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Em 2014, realizamos também a etapa estadual dos Jogos Internos Neoenergia com as modalidades de: atletismo, natação, futebol, vôlei e dominó, incentivando a integração através de boas práticas do esporte.
- Segurança do Trabalho (próprios e terceirizados): Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA; Constituição e coordenação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA; Palestras e reuniões de segurança; Inspeções de segurança em imóveis administrativos, subestações e equipes de campo; Formação de brigadas de incêndio e planos de emergência; Controle e acompanhamento dos indicadores de acidentes de trabalho; Treinamentos legais e específicos em saúde e segurança.

Com o objetivo de avaliar o grau de conformidade das práticas de gestão de Saúde e Segurança dos Trabalhos adotados pelas EPS's, as Distribuidoras, conforme planejamento anual - exigências contratuais e Diretrizes de SST para EPS's, realizam auditorias e recepções considerando aspectos Previdenciários, Trabalhistas, Treinamento (Treinamentos mandatórios e legais), Saúde e Segurança nas referidas empresas contratadas. De forma a garantir as exigências contratuais, são realizadas fiscalização de equipes de campo, alojamentos/áreas de vivências, além da realização de Encontros e Seminários para os profissionais de Saúde e Segurança das EPS.

9.2. Comunicação Interna

Entendemos que a comunicação é um dos grandes fatores de sucesso de uma instituição. Neste sentido, nossa área de Comunicação Interna enfatiza quatro grandes diretrizes: contribuir com a solidez do negócio, melhorar o clima organizacional das empresas do Grupo, estimular o comprometimento dos colaboradores com os objetivos corporativos e fortalecer o senso de pertencimento e orgulho de fazer parte do Grupo.

Com o resultado da Pesquisa de Clima do Grupo Neoenergia realizada em 2013, identificamos a necessidade de aprimorarmos as ações relacionadas às competências de liderança, especialmente no que se refere à comunicação e relacionamento com suas equipes. Estabelecemos um novo canal chamado “Canal Aberto Líder-Equipe” no qual o líder é instrumentalizado para transmitir informações estratégicas para suas respectivas equipes. Em 2014, foram provocados seis temas corporativos para cascadeamento de informação. Entre os temas abordados estão: as atualizações do novo código de ética e a situação do setor de energia elétrica em 2014.

9.3. Capacitação e Desenvolvimento

Em 2014, além de implantar plano de ação para tratar os resultados obtidos com a Pesquisa de Clima realizada em 2013, foi dada continuidade a diversos programas de treinamento direcionados para a melhoria de competência funcional dos colaboradores, visando mantê-los num processo permanente de aprendizagem e desenvolvimento e sem perder de vista a integração dessas ações com os objetivos estratégicos da Organização.

Algumas iniciativas de treinamento marcaram o ano de 2014:

- Continuação do programa Liderança em Você, em parceria com a Fundação Dom Cabral, que contribuiu fortemente para o desenvolvimento dos 40 participantes;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Realização de MBA em Fotovoltaica, contemplando 40 colaboradores, e de ciclo de workshops de regulação com foco em perdas, qualidade, aspectos comerciais e revisão tarifária, contemplando mais de 700 colaboradores;
- Realização de Assessment visando identificar profissionais com potencial para ocupar posições de liderança, fortalecendo nosso processo de sucessão e promovendo a retenção desses talentos;
- Realização de mais uma edição do Programa de Preparação para Aposentadoria, denominado “Meu Momento”, destinado a dar suporte a todos os colaboradores em fase de aposentadoria, levando-o a realizar essa transição com menor impacto;
- Continuação do Programa de Estágio, Cultivando Talentos, que tem por objetivo tornar os estagiários a base da cadeia de talentos da Organização, através de ações desenvolvidas especificamente para este público;
- Programa de Gestão de Desempenho – PGD obteve excelente índice de adesão: 98% dos colaboradores tiveram seus objetivos cadastrados no sistema e o acompanhamento feito por seus líderes segundo cronograma estipulado;
- Estruturação de trilha de formação para os coordenadores das áreas operacionais e para os níveis técnicos de geração e distribuição, visando o aperfeiçoamento das competências técnicas e comportamentais do público alvo – serão implantadas em 2015;
- Treinamento sobre conceitos éticos e o novo Código de Ética.

Lançada em 2013, a plataforma de educação a distância do Grupo Neoenergia, a #redeaprender, ofereceu ao longo de 2014 cursos, artigos e ambiente colaborativo aos colaboradores das 04 localidades onde foi implantada.

Obtivemos excelentes índices de utilização (98% dos usuários consideram que os cursos têm aplicabilidade no seu trabalho e 95% tiveram suas expectativas atendidas; 97% navegaram de forma fácil e intuitiva e 83% não tiveram problemas técnicos ou lentidão) e iniciamos a expansão de para mais 06 localidades, representando um incremento de 12% de usuários.

Atualmente a plataforma conta com 23 cursos de catálogo (cobrindo temas como finanças, idiomas, Ética, pacote MSOffice e gestão de pessoas) e uma trilha de Integração para novos colaboradores.

A #redeaprender - liderança é um ambiente de colaboração e aprendizagem que traz conteúdos premium de executivos, especialistas e instituições renomadas, como a Harvard Business Publishing, selecionados de acordo com as competências consideradas mais relevantes pelos líderes do Grupo Neoenergia.

Em 2014 foram trabalhadas as competências Liderança, Comunicação, Excelência Operacional e Inovação.

10. OUTROS DESTAQUES

10.1 Integridade e Ética

No nosso Código de Ética, revisto em 2014, estão expressos os princípios éticos e os compromissos que norteiam a conduta de nossos colaboradores, bem como a interação do Grupo com diferentes públicos.

Em 29 de setembro de 2014, a Neoenergia lançou seu novo Código de Ética, aderente à nova Missão, Visão e Valores, reforçando sua postura ética e de integridade, inclusive com a inclusão de dispositivos que claramente mostram a posição de repúdio do Grupo em relação à corrupção, às práticas discriminatórias, ao trabalho infantil e trabalho escravo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O lançamento envolveu uma ampla campanha de divulgação nas empresas. Todos os acionistas, executivos e colaboradores receberam o novo Código e foram informados acerca dos principais dispositivos. Além disso, foi disponibilizado um treinamento específico na #redeaprender – plataforma de ensino online do Grupo.

O Comitê de Ética do Grupo Neoenergia garante o anonimato de denúncias e está 100% a disposição para consultas, auxiliando na interpretação do código e incentivando e divulgando medidas preventivas de possíveis desvios.

Para aprimorar a gestão ética na Neoenergia foi criada, em 01 de outubro de 2014, uma superintendência de Ética, que tem como atribuições, dentre outras, o reforço da cultura de cumprimento de normas e procedimentos, a identificação de riscos corporativos relacionados à ética e à integridade, a gestão do código de ética e o desenvolvimento de medidas de prevenção de fraudes e de práticas de corrupção.

10.2 Rating

Em 26 de junho de 2014, a Standard & Poor's Ratings Services reafirmou os ratings de crédito corporativo atribuídos à NEOENERGIA S.A. e às suas controladas COELBA, CELPE e COSERN 'BBB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil. A perspectiva é estável. Ao mesmo tempo, reafirmou os ratings de emissão atribuídos à Termopernambuco S.A. e Itapebi S.A. 'brAA+' com base na garantia incondicional e irrevogável da NEOENERGIA, empresa controladora.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings de créditos corporativos atribuídos à NEOENERGIA e às Distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras:

Rating Corporativo	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010		2011		2012		2013		2014	
	NACIONAL						NACIONAL	GLOBAL	NACIONAL	GLOBAL	NACIONAL	GLOBAL	NACIONAL	GLOBAL	NACIONAL	GLOBAL
NEOENERGIA	A-	A	A+	AA-	AA+	AA+	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-
Perspectiva	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável
COELBA	A-	A	A+	AA-	AA+	AA+	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-
Perspectiva	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável
CELPE	BBB+	BBB+	BBB+	A+	AA-	AA-	AA+	BB+	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-
Perspectiva	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável
COSERN	A-	A	A+	AA-	AA+	AA+	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-	AAA	BBB-
Perspectiva	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável	Estável
ITAPEBI (Debêntures)		A-	A+	AA-	AA	AA	AA+		AA+		AA+		AA+		AA+	
Perspectiva		Estável	Estável	Estável	Estável	Positiva	Estável		Estável		Estável		Estável		Estável	
TERMOPE (Debêntures)		A-	A	A+	AA	AA	AA+		AA+		AA+		AA+		AA+	
Perspectiva		Estável	Estável	Estável	Estável	Positiva	Estável		Estável		Estável		Estável		Estável	

Fonte: Standard & Poor's 26/06/2014.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), iniciado em 01/06/2014, com vigência de 18 (dezoito) meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviços	2014	% em relação a auditoria
Auditoria das Demonstrações Contábeis (Inclui revisões trimestrais e tradução)	721.315	100%
Outros serviços de Auditoria:		
Auditoria de Ativos e Passivos Regulatórios (CVA's)	19.794	3%
Auditoria das Demonstrações Regulatórias (DCR)	6.598	1%
Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial (RCP)	6.598	1%
Orientação e análise dos efeitos da Lei 12.973/2014 (MP 627/2013)	37.200	5%
Total Geral	791.505	

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a PwC.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

12. AGRADECIMENTOS

A COELBA agradece aos seus acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor pela confiança depositada no ano de 2014 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

A Administração

13. BALANÇO SOCIAL

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO	2014				2013 (Reclassificado)			
	R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	5.616.904				4.982.853			
Resultado Operacional (RO)	888.360				814.723			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	283.970				246.994			
Valor Adicionado Total (VAT)	3.650.740				3.171.299			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	17.253	6,08%	0,31%	0,47%	15.737	6,37%	0,32%	0,50%
Encargos sociais compulsórios	69.589	24,51%	1,24%	1,91%	62.092	25,14%	1,25%	1,96%
Previdência privada	10.239	3,61%	0,18%	0,28%	9.625	3,90%	0,19%	0,30%
Saúde	33.876	11,93%	0,60%	0,93%	17.718	7,17%	0,36%	0,56%
Segurança e saúde no trabalho	2.775	0,98%	0,05%	0,08%	2.586	1,05%	0,05%	0,08%
Educação	699	0,25%	0,01%	0,02%	594	0,24%	0,01%	0,02%
Cultura	40	0,01%	0,00%	0,00%	4	0,00%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.127	1,10%	0,06%	0,09%	2.545	1,03%	0,05%	0,08%
Creches ou auxílio-creche	1.059	0,37%	0,02%	0,03%	1.148	0,46%	0,02%	0,04%
Esporte	61	0,02%	0,00%	0,00%	186	0,08%	0,00%	0,01%
Transporte	659	0,23%	0,01%	0,02%	685	0,28%	0,01%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	35.481	12,49%	0,63%	0,97%	21.104	8,54%	0,42%	0,67%
Outros	4.862	1,71%	0,09%	0,13%	3.532	1,43%	0,07%	0,11%
Total - Indicadores sociais internos	179.719	63,29%	3,20%	4,92%	137.558	55,69%	2,76%	4,36%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	509	0,06%	0,01%	0,01%	491	0,06%	0,01%	0,02%
Cultura	27.608	3,11%	0,49%	0,76%	22.363	2,74%	0,45%	0,71%
Saúde e Saneamento	1.404	0,16%	0,03%	0,04%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	120	0,01%	0,00%	0,00%	97	0,01%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	307.291	34,59%	5,47%	8,42%	588.828	72,27%	11,82%	18,57%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	34.256	3,86%	0,61%	0,94%	34.256	4,20%	0,69%	1,08%
Outros	649	0,07%	0,01%	0,02%	773	0,09%	0,02%	0,02%
Total das Contribuições para a Sociedade	371.837	41,86%	6,62%	10,19%	648.384	79,58%	13,01%	20,45%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	1.694.469	190,74%	30,17%	46,41%	1.538.813	188,88%	30,88%	48,52%
Total - Indicadores sociais externos	2.066.306	232,60%	36,79%	56,60%	2.187.197	268,46%	43,89%	68,97%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	40.244	4,53%	0,72%	1,10%	139.806	17,16%	2,81%	4,40%
Investimento em programas e/ou projetos externos	27.451	3,09%	0,49%	0,75%	22.260	2,73%	0,45%	0,70%
Total dos investimentos em meio ambiente	67.695	7,62%	1,21%	1,85%	162.066	19,89%	3,25%	5,10%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.		283				24		
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente		245				0		
Passivos e contingências ambientais.		0				0		
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() Não possui Metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 0 a 50% (X) Cumpre de 76 a 100%			() Não possui Metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 0 a 50% (X) Cumpre de 76 a 100%	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2014				2013			
Nº de empregados(as) ao final do período		2.517				2.489		
Nº de admissões durante o período		273				196		
Nº de desligamentos durante o período		233				215		
Nº de empregados(as) terceirizados		11.470				13.566		
Nº de estagiários(as)		196				193		
Nº de empregados acima de 45 anos		910				1.077		
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:								
menores de 18 anos		-				-		
de 18 a 35 anos		1.230				1.096		
de 36 a 60 anos		1.255				1.354		
acima de 60 anos		32				39		
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:								
analfabetos		-				-		
com ensino fundamental		88				29		
com ensino médio		773				115		
com ensino técnico		618				856		
com ensino superior		839				1.309		
pós-graduados		199				180		
Nº de empregados por sexo:								
homens		1.939				1.928		
mulheres		578				561		
% de cargos de chefia por sexo:								
homens		77%				78%		
mulheres		23%				22%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		107				107		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0,65%				1%		
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		114				74		
Remuneração bruta segregada por:								
Empregados		144.883				127.544		
Administradores		4.149				3.341		
Terceirizados		-				-		
Autônomos		-				-		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2014				2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	34				51		
Nº total de acidentes de trabalho	19				19		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerência () todos (as) os empregados (as)				() direção (X) direção e gerência () todos (as) os empregados (as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerência (X) todos(as) + CIPA () todos (as) os empregados (as)				(X) direção e gerência () todos (as) + CIPA () todos (as) os empregados (as)		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT				() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT		
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerência (X) todos (as) os empregados (as)				() direção () direção e gerência (X) todos (as) os empregados (as)		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerência (X) todos (as) os empregados (as)				() direção () direção e gerência (X) todos (as) os empregados (as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos				() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos		
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve (X) apóia () organiza e incentiva				() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as): 87226	Na Empresa 73.216	No Procon 456	Na Justiça 13.554		Na Empresa 92.594	No Procon 486	Na Justiça 9.600
% das reclamações e críticas solucionadas:	Na Empresa 84%	No Procon 1%	Na Justiça 16%		Na Empresa 98%	No Procon 76%	Na Justiça 99%
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	24.986				24.890		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	3				3		
Contingências e passivos trabalhistas:							
Número de processos trabalhistas:	1.557						
movidos contra a entidade	1.088				990		
julgados procedentes	352				450		
julgados improcedentes	117				131		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	15.659				22.740		
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2014: 3.650.740				Em 2013: 3.171.299		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo 49,28% colaboradores(a) 7,83%				governo 52,04% 7,65% colaboradores(a)		
	acionistas 10,77% terceiros 30,40% Reserva SUDENE 1,73%				12,38% acionistas 24,74% terceiros 3,18%		
					Reserva SUDENE		

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 15.139.629/0001-94 setor energético - BA

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Amine Regina Sampaio Darzé, tel:(71) 3370-4140, e-mail: adarze@coelba.com.br

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em milhares de reais

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>01/01/13</u>
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	7	46.815	46.936	44.045
Contas a receber de clientes e outros	8	1.056.561	817.883	987.586
Títulos e valores mobiliários	9	164.528	548.411	235.160
Instrumentos financeiros derivativos	21	35.990	40.090	-
Impostos e contribuições a recuperar	11	166.027	172.159	121.871
Estoques		13.061	12.462	14.018
Despesas pagas antecipadamente	12	12.370	13.494	1.637
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	14	350.987	-	-
Benefícios pós emprego e outros benefícios		-	6.002	9.952
Serviços em curso	13	28.871	32.878	43.826
Outros ativos circulantes	16	47.851	48.326	31.391
TOTAL DO CIRCULANTE		1.923.061	1.738.641	1.489.486
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes e outros	8	59.411	85.999	133.441
Títulos e valores mobiliários	9	3.528	213	50.169
Instrumentos financeiros derivativos	21	183.583	157.896	67.285
Impostos e contribuições a recuperar	11	56.018	69.742	75.407
Partes relacionadas		-	-	257
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	14	129.377	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	15	316.849	282.395	425.719
Depósitos judiciais	17	285.045	203.955	183.748
Benefícios pós emprego e outros benefícios		13.984	14.983	14.770
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	18	2.058.519	1.612.878	1.516.172
Outros ativos não circulantes	16	2.325	2.834	2.855
Investimentos		7.914	8.323	11.432
Intangível	19	3.583.117	3.666.472	3.079.510
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.699.670	6.105.690	5.560.765
ATIVO TOTAL		8.622.731	7.844.331	7.050.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em milhares de reais

<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>01/01/13</u>
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores	20	706.540	464.292	555.511
Empréstimos e financiamentos	21	354.834	321.984	252.914
Debêntures	21	-	86.570	169.619
Instrumentos financeiros derivativos	21	4.382	81.336	54.368
Salários e encargos a pagar	22	58.922	50.056	48.395
Taxas regulamentares	23	14.201	30.759	59.199
Impostos e contribuições a recolher	24	132.889	140.352	221.768
Dividendos e juros sobre capital próprio	26	221.168	114.778	167.595
Provisões	25	25.545	33.978	23.899
Benefícios pós emprego e outros benefícios		16.305	-	-
Outros passivos circulantes	26	197.123	385.353	113.921
TOTAL DO CIRCULANTE		1.731.909	1.709.458	1.667.189
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	20	43.100	51.177	27.397
Empréstimos e financiamentos	21	3.456.803	3.135.891	2.677.922
Debêntures	21	-	-	84.195
Instrumentos financeiros derivativos	21	11.081	-	15.460
Taxas regulamentares	23	16.053	2.736	1.078
Impostos e contribuições a recolher	24	4.316	15.860	14.034
Provisões	25	192.680	166.689	140.824
Benefícios pós emprego e outros benefícios		383.918	242.246	358.776
Partes relacionadas		-	-	89
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	26	18.044	15.701	45.665
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.128.397	3.632.702	3.367.842
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	27			
Capital social		542.163	542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050	698.050
Reservas de lucros		1.596.231	1.240.235	851.832
Outros resultados abrangentes		(74.019)	21.723	(76.825)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.762.425	2.502.171	2.015.220
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		8.622.731	7.844.331	7.050.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
		Reapresentado	Reapresentado
RECEITA BRUTA		7.608.582	6.759.695
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	28.f	(1.991.678)	(1.776.842)
RECEITA LÍQUIDA	28	5.616.904	4.982.853
CUSTO DO SERVIÇO		<u>(4.104.644)</u>	<u>(3.527.444)</u>
Custos com energia elétrica	29.a	(2.899.793)	(2.142.142)
Custos de operação	29.b	(652.755)	(552.429)
Custos de construção		(552.096)	(832.873)
LUCRO BRUTO		<u>1.512.260</u>	<u>1.455.409</u>
Despesas com vendas	29.b	(377.065)	(359.517)
Despesas gerais e administrativas	29.b	(246.835)	(281.169)
LUCRO OPERACIONAL		<u>888.360</u>	<u>814.723</u>
Receitas financeiras	30	705.984	541.694
Despesas financeiras	30	(1.055.773)	(753.096)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO		<u>538.571</u>	<u>603.321</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(62.805)</u>	<u>(98.311)</u>
Corrente		(110.729)	(106.502)
Diferido		1.818	(75.610)
Imposto de renda - incentivo fiscal da SUDENE		62.789	100.749
Amortização fiscal do ágio		(16.683)	(16.948)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>475.766</u>	<u>505.010</u>
Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$			
Ordinária		2,4510	2,6017
Preferencial A		2,4510	2,6017
Preferencial B		2,6961	2,8619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	Reapresentado	Reapresentado
Lucro do período	475.766	505.010
Outros resultados abrangentes		
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	(145.063)	149.315
Tributos s/ resultados abrangentes	49.321	(50.767)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(95.742)	98.548
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	<u>380.024</u>	<u>603.558</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
Notas Explicativas DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros					Outros Resultados Abrangentes	Lucros / Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros				
Saldo em 01 de janeiro de 2013	542.163	18.569	339.052	340.429	651.802	108.433	39.264	48.065	877	(76.825)	-	3.391	2.015.220
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	212	-	-	-	212
Aprovação de proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.391)	(3.391)
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.548	-	-	98.548
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	505.010	-	505.010
Destinações:													
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	290.299	-	-	-	(290.299)	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	101.283	-	-	-	-	-	(101.283)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.428)	-	(113.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	753.085	108.433	329.563	48.065	1.089	21.723	-	-	2.502.171
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.742)	-	-	(95.742)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	475.766	-	475.766
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.119	-	-	-	1.119
Destinações:													
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	292.088	-	-	-	(292.088)	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	62.789	-	-	-	-	-	(62.789)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.889)	-	(120.889)
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	815.874	108.433	621.651	48.065	2.208	(74.019)	-	-	2.762.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	Reapresentado	Reapresentado
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	538.571	603.321
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização (*)	326.551	276.952
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(467.683)	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais, derivativos e outras receitas e despesas financeiras	326.066	220.491
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(77.029)	(88.209)
Valor residual do ativo intangível baixado	39.412	26.628
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	14.780	38.810
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.909	55.506
Atualização monetária dos planos de benefício pós emprego	26.264	(601)
	<u>772.841</u>	<u>1.132.898</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(257.999)	161.640
IR e CSLL a Recuperar	33.480	41.679
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	4.828	(27.468)
Estoques	(599)	1.557
Depósitos judiciais	(70.585)	(12.398)
Despesas pagas antecipadamente	1.124	(11.857)
Entidade de Previdência Privada	7.440	4.410
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(12.681)	-
Outros ativos	(8.428)	(35.626)
	<u>(303.420)</u>	<u>121.937</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	234.171	(67.439)
Salários e encargos a pagar	8.866	1.661
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(312.094)	(294.442)
Taxas regulamentares	(5.778)	(28.780)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(66.392)	(64.448)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(19.008)	(79.730)
Indenizações/contingências pagas	(40.367)	(45.916)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(13.788)	32.710
Outros passivos	(185.888)	241.382
	<u>(400.278)</u>	<u>(305.002)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>69.143</u>	<u>949.833</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(891.786)	(999.262)
Resgate/ Aplicação em títulos e valores mobiliários	406.455	(244.107)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(485.331)</u>	<u>(1.243.369)</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	467.733	695.695
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(236.176)	(229.123)
Amortização do principal de debêntures	(101.893)	(179.184)
Pagamentos com custos de captação	-	3.731
Obrigações vinculadas	299.783	174.733
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(13.380)	(169.425)
GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>416.067</u>	<u>296.427</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(121)</u>	<u>2.891</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	46.936	44.045
Caixa e equivalentes no final do exercício	46.815	46.936
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(121)</u>	<u>2.891</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	Reapresentado	Reapresentado
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	7.608.582	6.759.695
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.909)	(55.506)
	<u>7.562.673</u>	<u>6.704.189</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (3.054.316)	(2.164.601)
Encargos de uso da rede básica	(*) (119.841)	(227.503)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) (1.117.205)	(1.396.351)
	<u>(4.291.362)</u>	<u>(3.788.455)</u>
Valor adicionado bruto	<u>3.271.311</u>	<u>2.915.734</u>
Amortização	(*) (326.555)	(286.128)
Valor adicionado líquido	<u>2.944.756</u>	<u>2.629.606</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) 705.984	541.693
	<u>705.984</u>	<u>541.693</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>3.650.740</u>	<u>3.171.299</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	148.208	135.609
Encargos sociais (exceto INSS)	34.144	34.617
Benefícios pós-emprego	(11.036)	9.972
Auxílio alimentação	17.254	15.738
Previdência privada e outros benefícios	20.438	6.102
Despesas com desligamento	12.629	14.286
Provisão para férias e 13º salário	35.906	29.092
Plano de saúde	32.994	11.745
Indenizações trabalhistas	9.803	17.100
Participação no resultado	35.481	21.104
Administradores	7.338	3.766
Encerramento de ordem em curso	2.013	2.878
(-) Transferência para ordens	(57.534)	(58.984)
Subtotal	<u>287.638</u>	<u>243.025</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	37.111	33.406
ICMS	1.269.185	1.134.145
PIS/COFINS sobre faturamento	360.994	307.107
Imposto de renda e contribuição social	62.805	98.311
Obrigações intra-setoriais	79.450	82.241
Outros	15.647	9.200
Subtotal	<u>1.825.192</u>	<u>1.664.410</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	1.055.773	753.096
Aluguéis	(*) 6.371	5.758
Subtotal	<u>1.062.144</u>	<u>758.854</u>
Remuneração da Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	120.889	113.428
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	62.789	100.749
Retenção de lucros	292.088	290.833
Subtotal	<u>475.766</u>	<u>505.010</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>3.650.740</u>	<u>3.171.299</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão nº 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou junto à ANEEL, o V Aditivo ao contrato de concessão de energia elétrica, com a inclusão de cláusula específica que alterou a natureza dos ativos e passivos regulatórios, tornando-os instrumentos financeiros. Desta forma, passou a ser requerido o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros setoriais e alterando a avaliação quanto à probabilidade de entrada e saída de recursos que incorporem benefícios econômicos, qualificando-os para reconhecimento nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil do exercício em 25 de julho de 2017 para reapresentação das demonstrações contábeis, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 – Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, o detalhamento das premissas e estimativas consideradas significativas consideradas para as demonstrações financeiras está divulgado na nota 5.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos sobre vendas.

a) Receita faturada

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 – Impostos e Contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da COFINS relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos sobre o Lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente são de 25% e 9%, respectivamente.

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal SUDENE), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 25).

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido passivo é integralmente reconhecido para todas as diferenças tributárias temporárias. O imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

A Lei nº. 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

A Companhia optou por não aderir antecipadamente à adoção das novas regras, o fazendo somente a partir do ano calendário de 2015.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 – Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício SUDENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2020. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros setoriais e concessão do serviço público.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

d) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

2.8 – Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.9 – Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber de fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência, sendo demonstradas pelo valor de realização. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

2.10 – Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras.

2.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 – Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 – Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes e consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 (“OCPC08”) que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

2.14 – Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A atualização monetária do ativo financeiro, incidente sobre os investimentos realizados até o 3º. Ciclo de Revisão Tarifária Periódica “3CRTP” (base blindada) é reconhecida mensalmente no resultado, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes.

Na data da próxima revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada cinco anos, o ativo financeiro (base incremental) poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório da Companhia, está classificado como “disponível para venda”.

2.15 – Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, a ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide explicativa nº 18).

2.16 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.17 – Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC's 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.18 – Taxas regulamentares

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 reduziu em 75% a arrecadação da CDE.

b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

c) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.19 - Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.20 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos, a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.21 – Benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na nota explicativa nº 33.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e assistência saúde são calculados anualmente utilizando o método da unidade de crédito projetada, por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 e CPC 33 (R1).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. O objetivo desse método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. Para os aposentados ou já elegíveis ao benefício esse custo equivale ao valor presente total dos benefícios atuais.

Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais e financeiras tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 26, de 29/09/2008 e aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Os ganhos e prejuízos atuariais são reconhecidos como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos.

2.22 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a reclamações cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.23 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.24 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.25 – Questões ambientais

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG’s e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.26 – Segmento de negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – *Operating segments*, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.27 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

3.1 Normas e interpretações de normas que estão em vigor

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral - divulgado pela Deliberação CVM nº 696, de 11 de novembro de 2014 (Aprovação do CFC em 26 de setembro de 2014). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade. Os impactos desta orientação foram reconhecidos nos saldos apresentados em 31/12/2014, prospectivamente.

REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS Nº 04 - Documento de revisão apresenta alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas decorrentes de alterações procedidas no que se refere à consolidação de controladas, específicas para Entidades de Investimento, bem como aos Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2), CPC 05 (R1), CPC 15 (R1), CPC 21 (R1), CPC 31, CPC 32, CPC 35 (R2), CPC 37 (R1), CPC 38, CPC 39, CPC 40 (R1) e CPC 45. A revisão destes pronunciamentos não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS Nº 05 - Documento de revisão apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) e CPC 38, decorrentes de alterações nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB em maio (Recoverable Amount Disclosures for Non-Financial Assets) e junho de 2013 (Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting). (i) Altera o item 130 e a alínea (c) do item 134 do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e (ii) Altera os itens 91 e 101 e inclui o item AG113A no Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A revisão destes não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
Alteração IFRS 11 Acordos conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes societárias (Vigência a partir de 01/01/2016)	A contabilização da aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016.)	As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizado pelos seus investimentos.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.
IFRS 5 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (Vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarece as circunstâncias em que uma entidade muda um dos seus métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mais sim uma continuação do plano original. Sendo que a entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição a titulares (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição a titulares não atendem mais o critério para manterem esta classificação.
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações	Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).
Alteração IAS 1 Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de esclarecer: (i) as exigências de materialidade; (ii) itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; (iii) flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras; (iv) parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método patrimonial.

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologar, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

Adicionalmente o Decreto nº 8.221/2014 também estabelece que deverá ser mantido na CONTA-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Em 16 de abril de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. Tendo em vista que tal montante se mostrou insuficiente para a finalidade desejada, em 15 de agosto de 2014 foi assinado novo Contrato de Financiamento, no valor adicional de R\$ 6,6 bilhões. A CCEE liquida esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas são estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE.

5. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

- a) Bifurcação dos Bens da Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro Indenizável e Ativo Intangível.

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor novo de reposição) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação esta condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor novo de reposição contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteados pela ICPC-01(IFRIC-12).

- b) Contratos de Construção

Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

- c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

g) Benefícios pós-emprego

O custo dos planos de aposentadoria e assistência saúde com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões e contribuições dos empregados. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

h) Instrumentos Financeiros Derivativos (swap)

A Administração da Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu pela alteração na apresentação de Instrumentos Financeiros Derivativos. A partir de dezembro de 2016, o Grupo Neoenergia passou a apresentar esses Instrumentos Financeiros Derivativos separadamente dos Empréstimos e Financiamentos em seus balanços patrimoniais. As notas explicativas de 2015 e 2014 foram ajustadas para este novo formato de apresentação.

i) Valor Justo do Ativo Indenizável

A Administração da Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu pela alteração no reconhecimento do ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão. Anteriormente, esse ajuste era reconhecido como resultado financeiro. Contudo, pelo fato de se tratar de um efeito intrínseco à atividade fim do negócio de distribuição de energia e para proporcionar uma melhor apresentação de seu desempenho, a Companhia passou a apresentar o ajuste a valor justo do ativo indenizável da concessão como receita operacional. O valor justo do ativo indenizável da concessão abrange parte da remuneração da infraestrutura do negócio de distribuição, sendo que integra a base de remuneração regulatória e é devidamente atualizado com base nos índices determinados pela Aneel. Dessa forma, o valor justo indenizável da concessão passa a ser reconhecido no mesmo grupo de receita operacional onde já são reconhecidas as demais receitas da atividade de distribuição.

j) Receita Acréscimo Moratório (Multa inadimplência do Consumidor)

A Administração da Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu pela alteração de sua política contábil quanto à classificação de multas cobradas por inadimplência dos consumidores, com o objetivo de refletir de forma mais fidedigna o desempenho operacional da Companhia e melhor a divulgação das informações financeiras.

A inadimplência dos consumidores de energia elétrica da área de concessão gera custos significativos que são reconhecidos pela Companhia em seu resultado operacional. Para contrapor ao registro destes gastos operacionais, a Companhia passou a apresentar a multa compensatória incidente sobre as faturas pagas após a data de vencimento, prevista como penalidade e de caráter punitivo pelo descumprimento da obrigação dos consumidores, como resultado operacional, reconhecido contabilmente como Outras Receitas Operacionais.

6. REAPRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, no âmbito dos trabalhos preparatórios realizados com vistas a uma potencial oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da sua acionista Controladora Neoenergia S.A., conforme Fato Relevante por ela divulgado em 18 de julho de 2017, objetivando uma melhor apresentação da posição patrimonial e do desempenho operacional e econômico da Companhia, e em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2014 e 2013 e de 01 de janeiro de 2013, e às demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, cujas demonstrações financeiras de 2014 foram originalmente arquivadas na Comissão de valores mobiliários (CVM) em 25 de fevereiro de 2015, e as demonstrações financeiras de 2013 em 24 de março de 2014, estão sendo reapresentadas, de forma a demonstrar os ajustes e reclassificações decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Segregação dos valores de Instrumentos Financeiros Derivativos (swap), dos valores de empréstimos e financiamentos e das debêntures.
- (b) Impactos em função do aumento do lucro resultante dos ajustes realizados.
- (c) Reclassificação de Recursos CDE a devolver no ativo para o grupo de "Outros passivos circulantes".
- (d) Saldos com Partes Relacionadas passaram a ser apresentados como "Outros ativos/passivos circulantes".
- (e) Contabilização da atualização do valor justo da base incremental do ativo financeiro indenizável.
- (f) Reclassificação de valores pagos com cartão de crédito de "Fornecedores" para "Outros passivos circulantes".
- (g) Recálculo dos Encargos setoriais em função da alteração da ROL.
- (h) Destinação do novo lucro apurado após realização dos ajustes que impactaram o resultado do exercício de 2013.
- (i) Reclassificação do valor justo do ativo indenizável, da receita financeira para o grupo de receitas operacionais. A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, poderia ser melhor classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho.
- (j) Reclassificações de valores, referente a ressarcimento de energia elétrica de "outras receitas" para "energia elétrica comprada para revenda", conforme Despacho de Encerramento de Exercício de 2014, nº 4.786, divulgado pela ANEEL.
- (k) Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico MCSE, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, foram realizadas reclassificações nas demonstrações do resultado relativas aos exercícios de 2013 e 2014, para fins da manutenção da comparabilidade entre o resultado financeiro e operacional relativas a despesas com multas/perdas regulatórias / inadimplência do consumidor.
- (l) Reclassificação de saldo comparativo PCLD_ Perdas levadas a reserva.
- (m) Reclassificação de saldo comparativo de Seguro garantia (contencioso trabalhista e cível).
- (n) Saldo composto por: (i) Reclassificações de saldo comparativo de valor justo do ativo indenizável e Reclassificação de saldo comparativo de receita acréscimo moratório.
- (o) Saldos reclassificados para melhor apresentação e impactados pelos ajustes realizados no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado.
- (p) Ajuste do superávit atuarial ocasionado pela revisão das premissas das taxas de desconto aplicadas pela Mercer para fins dos cálculos atuariais dos planos de pensão.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (q) Ajuste do passivo atuarial do Plano de Saúde.
- (r) Juros incidentes sobre as novas apurações de PIS/COFINS.
- (s) Reclassificação de títulos e valores mobiliários originalmente classificados como caixa e equivalentes de caixa.

6.1. Reapresentação dos saldos de abertura em 01 de janeiro de 2013:

Balço Patrimonial	Ref	01/01/2013		
		Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(s)	252.479	(208.434)	44.045
Títulos e valores mobiliários	(s)	26.726	208.434	235.160
Outros ativos circulantes não ajustados		1.210.281	-	1.210.281
Ativo Não Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	67.285	67.285
Outros ativos não circulantes não ajustados		5.493.480	-	5.493.480
Total do Ativo		6.982.966	67.285	7.050.251
Passivo Circulante				
Empréstimos e financiamentos	(a)	290.934	(38.020)	252.914
Debêntures	(a)	185.967	(16.348)	169.619
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	54.368	54.368
Outros passivos circulantes não ajustados		1.190.287	-	1.190.287
Passivo Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	(a)	2.611.726	66.196	2.677.922
Debêntures	(a)	98.566	(14.371)	84.195
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	15.460	15.460
Outros passivos não circulantes não ajustados		590.265	-	590.265
Patrimônio líquido				
Outras contas do patrimônio líquido não ajustados		2.015.221	-	2.015.221
Total do Passivo		6.982.966	67.285	7.050.251

6.2. Reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2013:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balança Patrimonial	Ref	31/12/13		
		Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(s)	573.253	(526.317)	46.936
Títulos e valores mobiliários	(s)	22.094	526.317	548.411
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	40.090	40.090
Impostos e Contribuições a recuperar	(b)	171.603	556	172.159
Outros ativos circulantes	(c)	42.267	6.060	48.327
Outros ativos circulantes não ajustados		882.719	-	882.719
Ativo Não Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	157.896	157.896
Coligadas e controladas	(d)	310	(310)	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(b)	288.852	(6.457)	282.395
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	(e)	1.593.886	18.992	1.612.878
Outros ativos circulantes	(d)	2.524	310	2.834
Outros ativos não circulantes não ajustados		4.049.686	-	4.049.686
Total do Ativo		7.627.194	217.137	7.844.331
Passivo Circulante				
Fornecedores	(f)	500.450	(36.158)	464.292
Empréstimos e financiamentos	(a)	346.583	(24.599)	321.984
Debêntures	(a)	103.218	(16.648)	86.570
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	81.336	81.336
Taxas regulamentares	(g)	31.599	(840)	30.759
Impostos e Contribuições a recolher	(b)	136.303	4.049	140.352
Outros passivos circulantes	(c)/(f)	343.135	42.218	385.353
Outros passivos circulantes não ajustados		198.812	-	198.812
Passivo Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	(a)	2.977.995	157.896	3.135.891
Coligadas e controladas	(d)	94	(94)	-
Outros passivos circulantes	(d)	15.607	94	15.701
Outros passivos não circulantes não ajustados		481.110	-	481.110
Patrimônio Líquido				
Reservas de Lucro	(h)	1.230.353	9.883	1.240.236
Outras contas do patrimônio líquido não ajustados		1.261.935	-	1.261.935
Total do Passivo		7.627.194	217.137	7.844.331
Demonstração do Resultado	Ref	31/12/13		
		Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Receita bruta	(i) / (j)	6.758.270	1.425	6.759.695
Deduções da receita	/ (k)	(1.773.633)	(3.209)	(1.776.842)
Custo dos serviços	(j)	(3.626.802)	99.358	(3.527.444)
Despesas com vendas	(l)	(356.390)	(3.127)	(359.517)
Despesas gerais e administrativas	(m)	(281.479)	310	(281.169)
Receitas financeiras	(n)	648.734	(107.040)	541.694
Despesas financeiras	(j)/ (l)/ (m)	(781.162)	28.066	(753.096)
Imposto de renda e contribuição social		(92.410)	(5.901)	(98.311)
Lucro líquido do exercício		495.128	9.882	505.010
Demonstração do fluxo de caixa	Ref	31/12/13		
		Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Caixa oriundo da atividades operacionais	(o)/(s)	1.010.642	(60.809)	949.833
Utilização de caixa em atividades de investimento	(o)/(s)	(982.564)	(260.805)	(1.243.369)
Geração de caixa em atividades de financiamento	(o)	292.696	3.731	296.427
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		320.774	(317.883)	2.891

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado	Ref	31/12/13		
		Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Receitas		6.683.729	20.460	6.704.189
Insumos adquiridos de terceiros		(3.865.734)	77.279	(3.788.455)
Valor adicionado bruto	(o)	2.817.995	97.739	2.915.734
Amortização		(286.128)	-	(286.128)
Valor adicionado líquido	(o)	2.531.867	97.739	2.629.606
Valor adicionado recebido em transferência	(o)	648.734	(107.041)	541.693
Valor adicionado total a distribuir		3.180.601	(9.302)	3.171.299
Pessoal	(o)	243.252	(227)	243.025
Impostos, Taxas e Contribuições	(o)	1.655.300	9.110	1.664.410
Remuneração de Capitais de Terceiros	(o)	786.920	(28.066)	758.854
Remuneração da Capitais Próprios	(o)	495.129	9.881	505.010
Valor adicionado total distribuído		3.180.601	(9.302)	3.171.299

6.3. Reapresentação dos saldos em 31 de dezembro de 2014:

Balanco Patrimonial	Ref	31/12/14		
		Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(s)	206.588	(159.773)	46.815
Títulos e valores mobiliários	(s)	4.755	159.773	164.528
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	35.990	35.990
Impostos e contribuições a recuperar	(b)	164.700	1.327	166.027
Outros ativos circulantes		1.509.701	-	1.509.701
Não Circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	183.583	183.583
Impostos e contribuições sociais diferidos	(b)	307.440	9.409	316.849
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(p)	6.440	7.544	13.984
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(e)	2.008.433	50.086	2.058.519
Outros ativos não circulantes		4.126.735	-	4.126.735
Total do Ativo		8.334.792	287.939	8.622.731
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	(a)	323.226	31.608	354.834
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	4.382	4.382
Taxas regulamentares	(g)	15.085	(884)	14.201
Impostos e contribuições a recolher	(b)	124.000	8.889	132.889
Outros passivos circulantes		1.225.603	-	1.225.603
Não Circulantes				
Empréstimos e financiamentos	(a)	3.284.301	172.502	3.456.803
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	11.081	11.081
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(q)	298.617	85.301	383.918
Outros passivos não circulantes		276.595	-	276.595
Patrimônio Líquido				
Reservas de lucros	(h)	1.569.851	26.380	1.596.231
Outros resultados abrangentes	(p)/(q)	(22.699)	(51.320)	(74.019)
Outras contas de patrimônio líquido não ajustadas		1.240.213	-	1.240.213
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.334.792	287.939	8.622.731

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado	Ref	31/12/14		
		Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Receita bruta	(i) / (j)	7.531.551	77.031	7.608.582
(-) Deduções da receita	/ (k)	(1.987.360)	(4.318)	(1.991.678)
Custo do serviço	(k)	(4.101.088)	(3.556)	(4.104.644)
Despesas com vendas	(l)	(372.000)	(5.065)	(377.065)
Despesas gerais e administrativas	(m)	(247.169)	334	(246.835)
Receitas financeiras	(j) / (l) / (m)	799.078	(93.094)	705.984
Despesas financeiras	(r)	(1.110.741)	54.968	(1.055.773)
Imposto de renda e contribuição social		(53.004)	(9.801)	(62.805)
Lucro líquido do exercício		459.267	16.499	475.766

Demonstração do fluxo de caixa	Ref	31/12/14		
		Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Caixa oriundo da atividades operacionais	(o)/(s)	139.947	(70.804)	69.143
Utilização de caixa em atividades de investimento	(o)/(s)	(922.479)	437.148	(485.331)
Geração de caixa em atividades de financiamento		416.067	-	416.067
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(366.465)	366.344	(121)

Demonstração do Valor Adicionado	Ref	31/12/14		
		Apresentado	Reapresentação	Reapresentado
Receitas	(o)	7.490.707	71.966	7.562.673
Insumos adquiridos de terceiros	(o)	(4.287.933)	(3.429)	(4.291.362)
Valor adicionado bruto		3.202.774	68.537	3.271.311
Amortização	(o)	(326.555)	-	(326.555)
Valor adicionado líquido		2.876.219	68.537	2.944.756
Valor adicionado recebido em transferência	(o)	799.078	(93.094)	705.984
Valor adicionado total a distribuir		3.675.297	(24.557)	3.650.740
Pessoal	(o)	287.845	(207)	287.638
Impostos, Taxas e Contribuições	(o)	1.811.073	14.119	1.825.192
Remuneração de Capitais de Terceiros	(o)	1.117.112	(54.968)	1.062.144
Remuneração da Capitais Próprios	(o)	459.267	16.499	475.766
Valor adicionado total distribuído		3.675.297	(24.557)	3.650.740

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e Depósitos bancários à vista	45.817	40.314
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	998	6.622
	<u>46.815</u>	<u>46.936</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Consumidores	(a)	1.136.874	1.041.899
Terceiros		1.136.866	1.041.880
Partes relacionadas		8	19
Títulos a receber		6.040	1.995
Terceiros		6.040	1.995
Comercialização de energia na CCEE	(b)	14.830	14.829
Disponibilização do sistema de distribuição		17.114	14.442
Terceiros		16.536	14.151
Partes relacionadas		578	291
Serviços prestados a terceiros		10.797	11.491
Serviços taxados e administrativos		8.675	10.279
Subvenções / Subsídios Governamentais	(c)	205.513	84.105
Outros créditos		42.868	36.058
Terceiros		42.868	36.058
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(326.739)	(311.216)
Total		1.115.972	903.882
Circulante		1.056.561	817.883
Não circulante		59.411	85.999

a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Setor privado							
Residencial	153.736	119.464	199.195	472.395	462.423	(199.195)	(191.606)
Industrial	78.580	7.201	16.134	101.915	84.735	(12.776)	(12.232)
Comercial, serviços e outras	110.284	30.302	44.821	185.407	166.229	(40.950)	(38.133)
Rural	31.696	9.428	26.733	67.857	59.062	(22.946)	(21.831)
	374.296	166.395	286.883	827.574	772.449	(275.867)	(263.802)
Setor público							
Poder público							
Federal	4.766	3.220	1.306	9.292	7.819	(686)	(652)
Estadual	8.099	5.613	879	14.591	11.830	(470)	(495)
Municipal	11.753	6.158	1.304	19.215	19.867	(949)	(896)
	24.618	14.991	3.489	43.098	39.516	(2.105)	(2.043)
Iluminação pública	29.687	2.813	1.535	34.035	36.009	(906)	(36)
Serviço público	33.385	4.561	3.065	41.011	38.042	(2.099)	(102)
Fornecimento não faturado	191.156	-	-	191.156	155.883	-	-
Total	653.142	188.760	294.972	1.136.874	1.041.899	(280.977)	(265.983)
Circulante				1.085.018	962.070	(280.977)	(265.983)
Não circulante				51.856	79.829	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 14.830 (R\$ 14.829 em 31 de dezembro de 2013).

c) Subvenções

(c.1) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 55.246 (R\$ 45.969 em 31 de dezembro de 2013) referente aos meses de novembro e dezembro de 2014.

(c.2) O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 15 de abril de 2014, foi emitida a resolução homologatória nº 1.714/2014 aprovando o valor mensal de R\$ 19.123 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2014 a fevereiro de 2015.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 150.267 (R\$ 38.136 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 24.861, referente ao período tarifário anterior e R\$ 125.405 referente aos meses de junho a dezembro de 2014.

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na		Total
			CCEE	Outros créditos	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(265.983)	(1.443)	(14.829)	(28.961)	(311.216)
Adições	(139.509)	(205)	-	(3.910)	(143.624)
Reversões	99.194	148	-	3.438	102.780
Baixados a reserva	25.321	-	-	-	25.321
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(280.977)</u>	<u>(1.500)</u>	<u>(14.829)</u>	<u>(29.433)</u>	<u>(326.739)</u>

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Agente Financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/14	31/12/13
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	143.568	530.781
Banco Itaú	Fundo de Investimento	(*)	CDI	965	268
Banco Itaú	CDB	jul-14	CDI	-	766
Banco Nordeste do Brasil	LFT	mar-18	CDI	18.694	11.661
Bradesco	Fundo Recife	(*)	CDI	2	5
Bradesco	LFT	mar-15	CDI	26	867
Bradesco	CDB	abr-14	CDI	-	11
Caixa Econômica Federal	CDB	jan-15 / fev-15 / set-15/dez-15/fev-17	CDI	1.871	1.614
Votorantim	CDB	jan-15	CDI	2.930	2.651
Total				<u>168.056</u>	<u>548.624</u>
Circulante				164.528	548.411
Não circulante				3.528	213

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

10. RECURSOS CDE – CONTA ACR

O Decreto 8.221/14 definiu a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica, e normatizando o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A contabilização dos recursos cobertos por esses repasses de CDE/Conta ACR no resultado da Companhia são em contrapartida da conta de “Energia comprada para revenda”, como redutor de custos de energia e ocorrem de acordo com a competência (mesmo momento em que os custos são incorridos) e totalizam R\$ 666.706 em 31 de dezembro de 2014 (relativo aos meses de fevereiro a outubro de 2014), recebidos no decorrer deste ano.

Tendo em vista que nenhum outro contrato foi firmado pela CCEE, os valores de competência novembro e dezembro de 2014 foram registrados na rubrica de valores a receber de ativos financeiros setoriais.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/14	31/12/13
		Reapresentado	Reapresentado
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	31.858	43.247
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	17.203	20.841
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	63.882	50.337
Programa de integração social - PIS	(c)	9.611	43.973
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	41.308	11.911
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		2.166	1.849
		<u>166.027</u>	<u>172.159</u>
Não circulante			
Imposto de renda - IR		-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	53.605	67.329
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.413
		<u>56.018</u>	<u>69.742</u>
Total		<u>222.045</u>	<u>241.901</u>

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:
 b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 100.754 (R\$ 117.023 em 31 de dezembro de 2013).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 16.732 (R\$ 643 em 31 de dezembro de 2013).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente de:

c.1) Regime de apuração não cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, nos montantes de R\$ 49.735 em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 14.503 em 31 de dezembro de 2013;

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c.2) Decisão favorável à Companhia para o Mandato de Segurança impetrado em 1998 com relação ao PIS recolhido à maior, em razão da majoração realizada pelos Decretos nos. 2.445 e 2.249, no período de setembro/88 a outubro/95, quanto à semestralidade da base de cálculo. O reconhecimento do crédito no montante de R\$ 41.382 ocorreu após a emissão do trânsito em julgado, em 29/10/2013. A Companhia entrou com o pedido de compensação junto à Receita Federal, que foi homologado em julho/2014. Este valor foi integralmente compensado em agosto e setembro de 2014.

- (d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. (Vide nota explicativa nº. 23 – Provisões).

12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Prêmio seguro	1.732	1.342
PROINFA	8.085	8.296
Vale transporte	104	82
Vale refeição/alimentação	2.388	3.609
Outros	61	165
Total	<u>12.370</u>	<u>13.494</u>
Circulante	<u>12.370</u>	<u>13.494</u>

13. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Serviço próprio	502	6.900
Serviços prestados a terceiros	<u>28.369</u>	<u>25.978</u>
Total	<u>28.871</u>	<u>32.878</u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que é utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos são transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 24 – Outros Passivos).

14. VALORES A COMPENSAR DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos prospectivamente, os seguintes ativos e passivos setoriais:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref	Ativo		Passivo (-)		Total
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Parcela "A"	(a)					
Revisão Tarifária		-	-	(39.687)	-	(39.687)
CVA e Neutralidade	(b)					
Energia		558.029	170.684	-	-	728.713
Encargo de Serviço do Sistema - ESS		-	-	(159.460)	(51.345)	(210.805)
Neutralidade dos encargos setoriais		-	-	(8.831)	(1.351)	(10.182)
Sobrecontratação		10.786	-	(66.304)	(22.101)	(77.619)
Outras CVA's		46.032	13.148	-	-	59.180
Componentes Financeiros e Subsídios	(c)					
Desconto Tarifa Autoprodutores		148	-	-	-	148
Energia Eletronuclear		4.154	16.187	-	-	20.341
Exposição Financeira		12.688	4.229	(3.374)	-	13.543
Outros componentes financeiros		1.546	143	(4.740)	(217)	(3.268)
		<u>633.383</u>	<u>204.391</u>	<u>(282.396)</u>	<u>(75.014)</u>	<u>480.364</u>

Segue composição dos ativos e passivos por período de Reajuste Tarifário – IRT:

	Ref	31/12/14		Total
		IRT 2015	IRT Anos Anteriores	
Parcela "A"	(a)			
Revisão Tarifária		-	(39.687)	(39.687)
CVA e Neutralidade	(b)			
Energia		682.735	45.978	728.713
Encargo de Serviço do Sistema - ESS		(205.381)	(5.424)	(210.805)
Neutralidade dos encargos setoriais		(5.404)	(4.778)	(10.182)
Sobrecontratação		(88.405)	10.786	(77.619)
Outras CVA's		52.594	6.586	59.180
Componentes Financeiros e Subsídios	(c)			
Desconto Tarifa Autoprodutores		-	148	148
Energia Eletronuclear		-	20.341	20.341
Exposição Financeira		16.918	(3.374)	13.544
Outros componentes financeiros		(300)	(2.969)	(3.269)
		<u>452.757</u>	<u>27.607</u>	<u>480.364</u>

(a) Parcela "A"✓ Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº. 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) CVA e neutralidade

✓ Neutralidade dos encargos sociais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.

✓ Sobrecontratação

O Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% (cento e cinco por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(c) Componentes financeiros Subsídios

✓ Descontos Tarifa Irrigação e Aqüicultura

A Resolução Normativa nº 207, de 09 de janeiro de 2006 estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e aqüicultura e configura o direito da concessionária a ser compensado pelo valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração. Essa classe passou a ser subsidiada, via CDE, conforme Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

✓ Subsídio baixa renda

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

✓ Programa Social Luz para Todos

A Resolução Normativa ANEEL nº 294, de 11 de dezembro de 2007 estabeleceu a metodologia aplicável e os procedimentos de repasse tarifário dos déficits incorridos pelas concessionárias de energia elétrica em função da execução do Programa Luz Para Todos.

✓ Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente à exposição CCEAR, garantias financeiras de leilão, parcela de ajuste conexão e rede básica e concatenação CUSDs.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2013	-
Constituição	466.991
Amortização	12.681
Remuneração financeira setorial	692
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>480.364</u>

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	31/12/14 Reapresentado	31/12/13 Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social	(a)	160.113	108.976
Diferido ativo		245.249	211.130
Diferido passivo		(85.136)	(102.154)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	156.736	173.419
Total		<u>316.849</u>	<u>282.395</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	31/12/14		31/12/13	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	475.965	119.050	308.617	77.214
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	456.238	41.063	352.908	31.762
Total		<u>160.113</u>		<u>108.976</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31/12/14		31/12/13	
	Reapresentado		Reapresentado	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.538	44.538	36.701	36.701
Provisão para passivo atuarial	397.995	397.995	241.116	241.116
Provisão para contingências	200.746	200.746	183.188	183.188
Incentivo fiscal Sudene	89.800	-	25.781	-
Ajustes Base Regulatória	(69.432)	-	(69.432)	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	67.059	67.059	28.598	28.598
Ativos e passivos regulatórios	-	-	112.113	112.113
Outros	81.878	81.878	51.850	51.850
Total Ativo	812.584	792.216	609.915	653.566
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(250.655)	(250.014)	(22.000)	(22.000)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	-	-	(173.624)	(172.983)
Ajuste da quota anual de amortização	-	-	(13.944)	(13.944)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(64.403)	(64.403)	(63.536)	(63.536)
Outros	(21.561)	(21.561)	(28.194)	(28.195)
Total Passivo	(336.619)	(335.978)	(301.298)	(300.658)
Total Líquido	475.965	456.238	308.617	352.908

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	31/12/14		31/12/13	
	Reapresentado		Reapresentado	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	538.571	538.571	603.321	603.321
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(16.683)	(16.683)	(16.948)	(16.948)
Ajustes decorrentes do RTT	(116.968)	(116.968)	29.844	29.844
Juros sobre capital próprio	(120.889)	(120.889)	(113.429)	(113.429)
Base de cálculo	284.031	284.031	502.788	502.788
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	71.008	25.563	125.697	45.251
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	17	-	17
Contribuições e doações	3	1	91	33
Multas indedutíveis	766	276	183	66
Depreciação veículos executivos	46	17	42	15
Outras adições	1.325	(425)	16.596	8.250
	2.140	(114)	16.912	8.381
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(8.096)	(2.915)	(8.226)	(2.961)
Incentivo fiscal SUDENE	(62.789)	-	(100.289)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(2.524)	-	(2.424)	-
	(73.409)	(2.915)	(110.939)	(2.961)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(261)	22.534	31.670	50.671
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	-	-	-	-
Diferido de diferença temporária de RTT	13.300	10.549	1.684	(2.662)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	13.039	33.083	33.354	48.009
Corrente	18.612	29.328	(24.639)	30.392
Recolhidos e Pagos	27.944	38.448	25.899	38.549
À pagar	-	-	67	72
Compensados e deduzidos	2.709	3.819	2.604	-
Impostos antecipados a recuperar	(12.041)	(12.939)	(53.209)	(8.229)
Diferido	(5.573)	3.755	57.993	17.617
	13.039	33.083	33.354	48.009

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Lei nº. 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

A opção poderia ser antecipada para o exercício de 2014, conforme IN 1.499 de 14/10/2014. Porém a Companhia optou por não aderir antecipadamente à adoção das novas regras, o fazendo somente a partir do ano calendário de 2015.

As novas regras não geram impactos relevantes para a Companhia, tendo em vista que os itens tratados atualmente como RTT permanecerão tendo o mesmo efeito tributário.

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n.ºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

Benefício fiscal	383.135
Amortização acumulada	(616.811)
Reversão acumulada	407.095
Saldos em 31 de dezembro de 2013	173.419
Amortização	(49.068)
Reversão	32.384
Saldos em 31 de dezembro de 2014	156.735
Ativo Não Circulante	156.735

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 e o Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005 conforme curva abaixo:

Curvas de amortização de ágio					
Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2015	0,04340	2019	0,03680	2023	0,02970
2016	0,04180	2020	0,03480	2024	0,02820
2017	0,04010	2021	0,03280	2025	0,02680
2018	0,03790	2022	0,03130	2026	0,02540

16. OUTROS ATIVOS

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
		Reapresentado	Reapresentado
Adiantamentos a empregados		6.129	1.537
Adiantamentos a fornecedores	(a)	25.199	18.808
Serviços prestados a terceiros		740	3.621
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	11.643	13.667
Cobrança extra judicial		700	770
Uso mútuo de postes		2.056	6.106
Sub-rogação CCC		1.081	1.457
Outros créditos a receber		<u>2.628</u>	<u>5.194</u>
Total		<u><u>50.176</u></u>	<u><u>51.160</u></u>
Circulante		47.851	48.326
Não circulante		2.325	2.834

- (a) Valores concedidos antecipadamente aos fornecedores, contra prestação futura de um serviço ou entrega de material.
- (b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Trabalhistas		137.293	115.230
Cíveis		85.226	62.227
Fiscais:		<u>55.500</u>	<u>21.576</u>
PIS / COFINS		2.342	2.220
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	9.271	8.508
Impostos municipais	(b)	2.243	2.373
ICMS	(c)	25.018	6.258
INSS		730	694
IRPJ	(d)	13.871	-
Outros		2.025	1.523
Outros		<u>7.026</u>	<u>4.922</u>
Total		<u><u>285.045</u></u>	<u><u>203.955</u></u>

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

- (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes à substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Depósito judicial no montante de R\$ 6.673 realizado com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados e depósito judicial no montante de R\$ 17.818 realizado com a finalidade de suspender o débito do auto de infração referente a redução base de cálculo ICMS, processo ajuizado em agosto de 2014.
- (d) Depósito judicial referente à IRPJ, realizado com a finalidade de suspender a exigibilidade do saldo devedor no débito consolidado do REFIS previsto na Lei 9.964/2000.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

18. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infra-estrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível (Vide nota explicativa 17 - Intangível) e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Lei 12.783/2013, dentre outras deliberações, estabeleceu que o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2014 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	Reapresentado	Reapresentado
Saldos iniciais em 01 de janeiro	1.612.878	1.516.172
Baixas	(2.333)	(3.068)
Amortização/reversão	-	8.466
Transferências	370.945	3.099
Atualização monetária / valor justo	<u>77.029</u>	<u>88.209</u>
Saldos finais em 31 de dezembro	<u><u>2.058.519</u></u>	<u><u>1.612.878</u></u>

- (a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

Notas ExplicativasCOMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Ativo financeiro da concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota explicativa 26 – Receita Líquida) e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes (conforme valor novo de reposição) é registrada como contrapartida na conta de receita ou despesa financeira no resultado do período.

19. INTANGÍVEL

O ativo intangível é constituído pela parcela da infra-estrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, composta pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Em 2014 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 45.387 (R\$ 41.483 em 31 de dezembro de 2013) cuja taxa média de capitalização foi de 0,74% no ano.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/14			31/12/13	
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4%	8.190.176	(3.692.447)	(1.548.572)	2.949.157	2.773.815
Em curso						
Direito de uso da concessão		914.084	-	(280.124)	633.960	892.657
Total		<u>9.104.260</u>	<u>(3.692.447)</u>	<u>(1.828.696)</u>	<u>3.583.117</u>	<u>3.666.472</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.662.069	(3.353.642)	(1.534.612)	2.773.815	1.075.720	(183.063)	892.657	3.666.472
Adições	-	-	-	-	937.173	(299.783)	637.390	637.390
Baixas	(90.863)	76.482	-	(14.381)	(22.698)	-	(22.698)	(37.079)
Amortizações	-	(415.287)	101.842	(313.445)	-	-	-	(313.445)
Transferências - Intangíveis	580.010	-	(120.516)	459.494	(580.010)	120.516	(459.494)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	889	-	-	889	(478.139)	106.306	(371.834)	(370.945)
Transferências - Outros (b)	38.071	-	4.714	42.785	(17.962)	(24.100)	(42.061)	724
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>8.190.176</u>	<u>(3.692.447)</u>	<u>(1.548.572)</u>	<u>2.949.157</u>	<u>914.084</u>	<u>(280.124)</u>	<u>633.960</u>	<u>3.583.117</u>

- (a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.
- (b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

20. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	31/12/14	31/12/13
	Reapresentado	Reapresentado
Energia elétrica:	<u>534.286</u>	<u>351.565</u>
Terceiros	481.207	263.627
Partes relacionadas	53.079	87.938
Encargos de uso da rede	<u>20.970</u>	<u>13.953</u>
Terceiros	18.802	12.034
Partes relacionadas	2.168	1.919
Materiais e serviços	<u>162.077</u>	<u>120.357</u>
Terceiros	161.584	119.937
Partes relacionadas	493	420
Energia livre	<u>32.307</u>	<u>29.594</u>
Total	<u><u>749.640</u></u>	<u><u>515.469</u></u>
Circulante	706.540	464.292
Não circulante	43.100	51.177

Os montantes classificados no não circulante referem-se basicamente a:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Valores remanescentes de energia livre no montante R\$ 32.308, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 25 de agosto de 2013 houve deferimento de medida liminar, atribuindo efeito suspensivo até o julgamento; e
- O valor de R\$ 10.792 refere-se ao reconhecimento do diferencial de energia da Eletronuclear, resultado da Lei nº 12.111/2009, que alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras. A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e Financiamentos	Ref:	31/12/14	31/12/13
		Reapresentado	Reapresentado
Moeda Nacional	21.1	2.250.317	2.269.153
Circulante		353.748	299.473
Não Circulante		1.896.569	1.969.680
Custos de transação - Moeda Nacional		(5.860)	(8.290)
Moeda Estrangeira		1.603.254	1.226.862
Circulante		1.086	22.511
Não Circulante		1.602.168	1.204.351
Custos de transação - Moeda Estrangeira		-	-
(-) Depósitos em Garantia		(41.934)	(38.140)
Circulante		-	-
Não Circulante		(41.934)	(38.140)
Total Empréstimos e Financiamentos		3.811.637	3.457.875
Circulante		354.834	321.984
Não Circulante		3.456.803	3.135.891
Debêntures	21.2		
Total Debêntures		-	86.570
Circulante		-	86.570
Não Circulante		-	-
Custos de transação - Debêntures		-	(93)
Instrumentos Financeiros e Derivativos			
Ativo		(219.573)	(197.986)
Passivo		15.463	81.336
Total Instrumentos Financeiros e Derivativos		(204.110)	(116.650)
Instrumentos financeiros derivativos ativo			
Circulante		(35.990)	(40.090)
Não Circulante		(183.583)	(157.896)
Instrumentos financeiros derivativos passivo			
Circulante		4.382	81.336
Não Circulante		11.081	-
Endividamento Financeiro Total		3.607.527	3.427.795
Circulante		323.226	449.800
Não Circulante		3.284.301	2.977.995

21.1. Empréstimos e financiamentos

As mutações dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	236.160	1.872.064	54.774	739.662	2.902.660
Ingressos	-	388.697	-	306.997	695.694
Encargos	178.219	5.208	17.936	-	201.363
Variação monetária e cambial	-	-	6.837	116.453	123.290
Swap	(4.373)	(2.305)	38.481	(112.704)	(80.901)
Efeito cumulativo marcação a mercado	80	(51)	(5.335)	(7.288)	(12.594)
Transferências	329.157	(329.158)	(3.334)	3.335	-
Amortizações e pagamentos de juros	(443.264)	-	(62.249)	-	(505.513)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(1.397)	-	-	(1.397)
(-) Custos de transação	3.494	(1.518)	-	-	1.976
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>299.473</u>	<u>1.931.540</u>	<u>47.110</u>	<u>1.046.455</u>	<u>3.324.578</u>
Ingressos	-	267.733	-	200.000	467.733
Encargos	189.175	-	22.294	-	211.469
Variação monetária e cambial	-	-	397	161.200	161.597
Swap	-	-	63.299	(128.355)	(65.056)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(5.740)	55.130	49.390
Transferências	340.633	(340.633)	(95.236)	95.236	-
Amortizações e pagamentos de juros	(478.173)	-	(62.646)	-	(540.819)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(3.794)	-	-	(3.794)
(-) Custos de transação	2.640	(211)	-	-	2.429
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>353.748</u>	<u>1.854.635</u>	<u>(30.522)</u>	<u>1.429.666</u>	<u>3.607.527</u>

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício:

Empresa	Financiadores	Vencimento	31/12/13		Valor Captado
			Encargos	Financiamentos Anuais - %	
COELBA	BANK OF AMERICA	20/12/2018	USD + Libor + 1,70%		23.532
COELBA	BNDES	2017 a 2023	TJLP + 1,70% a TJLP + 2,82% / 3,00% a 5,50%		365.525
COELBA	CITIBANK	03/12/2018	USD + Libor + 0,97%		225.400
COELBA	ELETOBRÁS	31/01/2024	6,00%		12.206
COELBA	FINEP	15/02/2019	5,00%		10.966
COELBA	JP MORGAN	17/12/2018	USD + 2,94%		58.065
Total					695.694

Empresa	Financiadores	Vencimento	31/12/14		Valor Captado
			Encargos	Financiamentos Anuais - %	
COELBA	BNDES	2021 até 2023	TJLP + 1,70% a TJLP + 2,70% / 3,00%		249.534
COELBA	FINEP	15/02/2019	5,00%		18.199
COELBA	ITAÚ	18/12/2017	USD + 3,1025%		200.000
Total					467.733

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/14			31/12/13		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2015	-	-	-	286.707	(2.432)	284.275
2016	847.164	(1.683)	845.481	805.432	(1.633)	803.799
2017	1.067.031	540	1.067.571	811.366	(887)	810.479
2018	1.087.788	(458)	1.087.330	908.109	(443)	907.666
2019	116.162	(127)	116.035	77.692	(124)	77.568
2020	109.729	(87)	109.642	71.911	(85)	71.826
Após 2020	100.263	(87)	100.176	60.609	(87)	60.522
Total obrigações	<u>3.328.137</u>	<u>(1.902)</u>	<u>3.326.235</u>	<u>3.021.826</u>	<u>(5.691)</u>	<u>3.016.135</u>
(-) Depósitos em garantias			(41.934)			(38.140)
Total			<u>3.284.301</u>			<u>2.977.995</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de Principal	Saldo em 31/12/2014
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro	108,00% a 111,60% do CDI	2018 a 2021	Clean	400.000	400.139
Banco do Nordeste	Real	Investimentos / Programa Nacional de Universalização Luz	10,0000%	2016 a 2018	Aval da Neoenergia / Recebíveis / Fundo	376.676	163.708
Bank of América	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,7000%	2018	Clean	439.032	447.905
BNDES	Real	Investimentos	3,0000% a 5,5000% / TJLP + 1,7000% a TJLP + 3,1200%	2015 a 2023	Aval da Neoenergia	1.672.772	1.043.696
BNP Paribas	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,5000%	2018	Clean	71.400	69.425
Bond's Holders	Real	Reestruturação da Dívida	11,7500%	2016	Clean	400.000	407.079
Citibank	Dólar	Capital de Giro	Libor + 0,9700%	2018	Clean	225.400	231.125
Eletrobrás	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,0000%	2015 a 2024	Nota Promissória / Recebíveis	382.044	138.128
FINEP	Real	Pesquisa e Desenvolvimento	5,0000%	2018 a 2019	Aval da Neoenergia	99.731	55.632
Itaú	Dólar	Capital de Giro	3,1025%	2017	Clean	200.000	207.468
JP Morgan	Dólar	Capital de Giro	2,9400%	2018	Clean	58.065	59.418
Mizuho	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,5000%	2018	Clean	95.200	92.566
Sumitomo	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,5000%	2018	Clean	101.150	98.351
Tokyo-Mitsubishi	Dólar	Capital de Giro	Libor + 0,8000% a Libor + 1,5000%	2018	Clean	193.255	192.887
Total						4.714.726	3.607.527

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os empréstimos em moeda estrangeira com base na Lei 4.131: Títulos Externos, Bank of América, N.A. 2012, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012, Citibank N.A. 2013, Bank of América, N.A. 2013, JP Morgan, N.A. 2013 contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- Títulos Externos, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012, Citibank N.A. 2013 e JP Morgan, N.A. 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2;
- Bank of América, N.A. 2012 e 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor que 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para alguns financiamentos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador e aplicações financeiras vinculadas (contas reservas).

O total devido em moeda nacional e em moeda estrangeira da Companhia desdobra-se, da seguinte forma:

Moeda Nacional	31/12/14		31/12/13	
	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	973.120	43,2%	994.657	43,8%
TJLP	877.058	39,0%	876.461	38,6%
CDI	400.139	17,8%	398.035	17,5%
Total	2.250.317	100,0%	2.269.153	100,0%
Principal	2.235.356		2.255.845	
Encargos	14.961		13.308	

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Moeda Estrangeira	31/12/14			31/12/13		
	Moeda de Origem	R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%
Dólar norte americano	605.935	1.399.144	100%	532.719	1.093.565	100%
Total		1.399.144			1.093.565	
Principal		1.398.058			1.092.817	
Encargos		1.086			748	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Moeda / Indexador	Variação %	
	31/12/14	31/12/13
Dólar norte-americano	13,39	14,64
TJLP	5,00	5,00
CDI	10,81	8,05

21.2. Debêntures

As mutações das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros vinculados é a seguinte:

	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	185.967	98.566	-	-	284.533
Ingressos	-	-	-	-	-
Encargos	11.867	-	-	-	11.867
Variação monetária e cambial	924	(45)	-	-	879
Swap	2.691	483	-	-	3.174
Efeito cumulativo marcação a mercado	(232)	(3)	-	-	(235)
Transferências	99.001	(99.001)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(197.236)	-	-	-	(197.236)
(-) Custos de transação	235	-	-	-	235
Saldo em 31 de dezembro de 2013	103.217	-	-	-	103.217
Ingressos	-	-	-	-	-
Encargos	5.654	-	-	-	5.654
Variação monetária e cambial	221	-	-	-	221
Swap	105	-	-	-	105
Efeito cumulativo marcação a mercado	53	-	-	-	53
Transferências	-	-	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(109.344)	-	-	-	(109.344)
(-) Custos de transação	94	-	-	-	94
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-

Não houve emissão de debêntures no exercício.

As debêntures são garantidas com o aval da controladora Neoenergia S.A.

22. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Salários		2.223	4.087
Encargos sociais		8.685	7.687
Provisões férias e 13° salário		18.034	21.092
Encargos sobre provisões de férias e 13° salário		3.065	2.601
Provisão PLR	(a)	26.728	14.427
Outros		187	162
Total		58.922	50.056

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 190 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 26.728 (R\$ 14.427 em 31 de dezembro de 2013).

23. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.611	877
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(a)	1.628	1.442
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		167	206
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	23.198	24.694
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	3.143	5.466
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		507	810
Total		<u>30.254</u>	<u>33.495</u>
Circulante		14.201	30.759
Não circulante		16.053	2.736

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s 300/2008, 316/2008, 504/2012 e 556/2013.

24. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/14	31/12/13
	Reapresentado	Reapresentado
Circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	10.794	37.092
Programa de integração social - PIS	17.346	5.325
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	79.596	24.533
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.579	3.135
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.157	1.011
Imposto sobre serviços - ISS	747	615
Impostos e contribuições retidos na fonte	18.968	66.902
Outros	702	1.740
	<u>132.889</u>	<u>140.352</u>
Não circulante		
Imposto de renda - IR	-	1.378
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	4.243	5.245
Programa de integração social - PIS	-	2.018
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	7.146
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	73	73
	<u>4.316</u>	<u>15.860</u>
Total	<u>137.205</u>	<u>156.212</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 25.545, classificada no passivo circulante (R\$ 33.978 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 192.680 no não circulante (R\$ 166.689 em 31 de dezembro de 2013) estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	109.862	57.214	11.376	22.215	200.667
Constituição	22.448	29.315	8.142	6.836	66.741
Baixas/reversão	(25.815)	(32.695)	(6.574)	(28.501)	(93.585)
Atualização	22.718	13.816	1.925	5.943	44.402
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>129.213</u>	<u>67.650</u>	<u>14.869</u>	<u>6.493</u>	<u>218.225</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/12/14	31/12/13
Ex-empregados da Companhia		86.320	1ª, 2ª e 3ª	Provável	86.320	66.686
		193.367	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		59.738	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras		35.358	1ª, 2ª e 3ª	Provável	35.358	34.613
		235.593	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		47.915	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		7.535	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.535	8.563
		9.641	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		7.405	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>682.872</u>			<u>129.213</u>	<u>109.862</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Cíveis	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/12/14	31/12/13
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	12.279	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.279	11.991
Indenização por perdas	(b)	47.177	1ª, 2ª e 3ª	Provável	47.177	42.586
		845.130	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		35.952	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		4.015	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.015	-
		22.143	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.002	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(c)	515	1ª, 2ª e 3ª	Provável	515	300
		42.350	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		23.309	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(c)	3.169	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.169	2.157
		73.968	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.295	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(c)	495	1ª, 2ª e 3ª	Provável	495	180
		32.978	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.905	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>1.149.682</u>			<u>67.650</u>	<u>57.214</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

- (a) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27/01 e de 04/03, ambas de 1986, pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (b) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.
- (c) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Fiscais	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/12/14	31/12/13
ICMS	(a)	154.335	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	2.445	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.445	2.293
		21.846	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		5.536	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	12.669	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(d)	6	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6	4
		2.080	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
REFIS	(e)	20.713	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(f)	35.907	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(g)	12.509	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		14.284	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ / CSLL / IRRF	(h)	492.627	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(i)	3.808	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.808	3.499
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	5.617	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CIDE	(k)	6.313	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		2.139	Administrativa	Possível	-	-
		1.573	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(l)	5.653	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(m)	8.610	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.610	5.580
		705	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		432	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		810.433			14.869	11.376

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA - 2011. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.2) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº 115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.3) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA aplicando multa por erro na aplicação da alíquota cabível nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, e em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis. A Coelba está elaborando defesa administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.4) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA aplicando multa por utilização indevida de crédito fiscal referente a compras do ativo imobilizado. A Companhia entende que a atuação não procede no que concerne aos equipamentos de informática, móveis e outros materiais, pois se trata de bens que foram registrados no ativo imobilizado e são utilizados na atividade operacional da empresa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.5) Auto de infração lavrado, contra a Companhia em decorrência do não recolhimento da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e consumo de empresas do Simples Nacional. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL.

(d) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Serrinha, Candeias e Jequié. A Companhia optou por constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(e) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f) PIS/COFINS

(f.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desses processos foi classificada como possível.

(g) COFINS

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(h) IRPJ / CSLL / IRRF

(h.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

(h.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(j) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(k) CIDE - Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(l) INCENTIVO FISCAL SUDENE - Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(m) FAP - Ação ordinária ajuizada contra a União Federal questionando o aumento do fator acidentário em 2010. Foi deferida liminar a favor da Companhia para depositarmos o valor em juízo, até decisão final. Processo encontra-se com recurso pendente de julgamento no Tribunal.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Regulatórias

Contingência Regulatórias	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/12/14	31/12/13
Auto de Infração ANEEL	(a) / (b)	6.493	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.493	22.215
		50.951	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>57.444</u>			<u>6.493</u>	<u>22.215</u>

(a) Auto de infração referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos por oscilações no sistema de distribuição de energia. O processo já foi julgado pela ANEEL. A Coelba impetrou ação judicial contra a decisão, em maio/2012, sendo obtida antecipação de tutela com efetivação de depósito judicial. Em Julho/2014 foi prolatada sentença procedente em parte, sendo provisionado o processo em razão da sentença. Valor atualizado do processo até dezembro/2014 é de R\$ 5.130. A Coelba apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento.

(b) Ação ordinária interposta pela Coelba em 12/09/2011, com o objetivo de desconstituir despacho da Aneel de n. 3.421/11 e visando afastar qualquer sanção ou penalidade, em razão da utilização de faturamento por média, quando da troca do sistema SAP/CCS. Valor atualizado até dezembro/14 é de R\$ 1.363.

26. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/12/14	31/12/13
		Reapresentado	Reapresentado
Consumidores	(a)	57.613	40.049
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		3.642	2.550
Caução em garantia	(b)	119.402	103.166
Adiantamentos recebidos	(c)	16.760	194.954
Fatura Cartão de Crédito	(d)	-	36.158
Devolução CDE		-	6.061
Outras		<u>17.750</u>	<u>18.117</u>
Total		<u>215.167</u>	<u>401.055</u>
Circulante		197.123	385.353
Não circulante		18.044	15.701

- (a)** Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b)** Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c)** Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 13 – Serviços em Curso).
- (d)** Pagamentos diversos efetuados via cartão de crédito, liquidados na data de vencimento da obrigação.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital Social

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.083	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.890	87,8
Iberdrola Energia S.A	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	282.702.413	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.245	87,8
Iberdrola Energia S.A	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.728	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.680	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 62.789 (R\$ 100.749 em 31 de dezembro 2013) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

c) Reserva de Retenção de Lucros

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia constituiu reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$ 274.760. A retenção referente ao exercício de 2014 está fundamentada em orçamento de capital, que será submetido à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 17 de abril de 2015.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, decorrente da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada. A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2014 o montante líquido negativo de R\$ 95.742 (R\$ 98.548 positivo em 2013).

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2014</u>					
RCA de 30 de dezembro 2014	JSCP	120.887	0,6227815374	0,6227815374	0,6850596911
		<u>120.887</u>			
<u>2013</u>					
AGOE de 29 de abril de 2013	Dividendos	3.391	0,0174727487	0,0174727487	0,0192200236
RCA de 30 de dezembro de 2013	JSCP	113.429	0,5843593290	0,5843593290	0,6427952619
		<u>116.820</u>			

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório. O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício reapresentado	475.766	495.129
Ajustes	(16.499)	(9.881)
Lucro líquido do exercício	459.267	505.010
Incentivo fiscal SUDENE	(63.621)	(101.284)
Amortização do ágio incorporado	16.683	16.948
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(49.068)	(32.902)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	32.385	(16.947)
Base de cálculo do dividendo	<u>395.646</u>	<u>370.825</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u>98.912</u>	<u>92.706</u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u>		
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,583006059 por ação ON, R\$ 0,583006059 por ação PNA e R\$ 0,641306665 por ação PNB	120.889	113.429
Total Bruto	<u>120.889</u>	<u>113.429</u>
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	<u>(1.654)</u>	<u>(1.552)</u>

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2013	167.595
Declarados	116.821
Propostos	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.552)
Pagos no período	(167.873)
Prescritos	(213)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>114.778</u>
Declarados	120.887
Propostos	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.654)
Pagos no período	(11.726)
Prescritos	(1.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>221.168</u>

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. RECEITA LÍQUIDA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

Ref.	31/12/14	31/12/13
	Reapresentado	Reapresentado
Fornecimento de energia	(a) 2.917.964	2.169.314
Receita de distribuição	2.501.250	1.882.022
Remuneração financeira WACC	416.714	287.292
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	2
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(b) 3.502.553	3.590.341
Receita de distribuição	3.493.699	3.583.136
Remuneração financeira WACC	8.854	7.205
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(c) 479.672	-
Receita de construção da infraestrutura da concessão	552.095	832.873
Outras receitas	(d) 156.298	167.165
Total receita bruta	<u>7.608.582</u>	<u>6.759.695</u>
(-) Deduções da receita bruta	(e) (1.991.678)	(1.776.842)
Total receita operacional líquida	<u>5.616.904</u>	<u>4.982.853</u>

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Consumidores:						
Residencial	4.913.546	4.731.623	6.513.109	6.131.219	2.601.885	2.387.749
Industrial	16.468	19.407	2.674.664	2.585.376	787.971	676.179
Comercial	345.167	330.556	3.157.257	3.018.352	1.408.784	1.282.036
Rural	211.495	208.241	1.512.946	1.470.380	304.215	263.333
Poder público	47.886	47.049	677.691	674.279	258.275	248.564
Iluminação pública	16.618	16.399	925.363	879.791	174.585	154.463
Serviço público	11.034	10.360	874.455	859.553	197.493	176.118
Consumo próprio	446	437	15.677	15.437	-	-
Suprimento	2	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	35.274	(24.149)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor	(1)	-	-	-	(3.365.077)	(3.453.011)
	<u>5.562.662</u>	<u>5.364.072</u>	<u>16.351.162</u>	<u>15.634.387</u>	<u>2.403.405</u>	<u>1.711.282</u>
Subvenções	-	-	-	-	514.559	458.032
Total	<u>5.562.662</u>	<u>5.364.072</u>	<u>16.351.162</u>	<u>15.634.387</u>	<u>2.917.964</u>	<u>2.169.314</u>

(*) Informações não revisadas

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.714 de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 14,86%, dos quais 10,76% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,10% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 15,35%*.

<u>Revisão Tarifária</u>	<u>Ref.</u>	
Receita Verificada (RV)	(1)	<u>4.204.166</u>
Encargos Setoriais		277.253
Compra de Energia Elétrica		2.311.901
Transporte de Energia		155.307
Parcela A		<u>2.744.461</u>
Parcela B (com ajustes 2º CRTP e Mercado)		<u>1.912.126</u>
Receita Requerida - RR (Parcela A +B)	(2)	<u>4.656.587</u>
Outras Receitas (OR)	(3)	<u>150.006</u>
CVA e Neutralidade		<u>37.020</u>
Subsídios Tarifários		<u>518</u>
Total Comp. Financeiros e Subsídios		<u>187.544</u>
Reposicionamento Tarifário [(2) - (3)] / (1)]	(4)	10,76%
Componentes Financeiros e Subsídios	(5)	4,10%
Reposicionamento Tarifário Total [(4) + (5)]		<u>14,86%</u>
Efeito Médio Percebido pelo Consumidor (*)		<u>15,35%</u>

(*) Informações não revisadas

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2014 com vigência até 21 de abril de 2015.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		137.476	137.330
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	3.365.077	3.453.011
		<u>3.502.553</u>	<u>3.590.341</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/14
Parcela "A"	
Revisão Tarifária	(39.793)
CVA e Neutralidade	
Energia	727.103
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(209.912)
Neutralidade dos encargos setoriais	(10.197)
Sobrecontratação	(77.184)
Outras CVA's	59.015
Componentes Financeiros e Subsídios	
Desconto Tarifa Autoprodutores	150
Energia Eletronuclear	20.341
Exposição Financeira	13.426
Outros componentes financeiros	(3.277)
Total	<u>479.672</u>

(e) Outras Receitas

	31/12/14	31/12/13
	Reapresentado	Reapresentado
Renda da prestação de serviços	37.113	34.197
Arrendamentos e aluguéis	27.227	26.667
Serviço taxado	12.121	12.154
Administração de faturas de fraudes	574	1.077
Comissão serviços de terceiros	946	8.632
Valor justo ativo indenizável da concessão	77.030	82.258
Outras receitas	1.287	2.180
	<u>156.298</u>	<u>167.165</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Deduções da Receita Bruta

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	Reapresentado	Reapresentado
IMPOSTOS:		
ICMS	(1.269.185)	(1.134.145)
PIS	(114.689)	(90.457)
COFINS	(528.846)	(474.371)
ISS	(6.499)	(5.205)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	(5.378)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(17.863)	(10.526)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(8.740)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(21.491)	(19.223)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(8.596)	(8.345)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(4.299)	(4.173)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.596)	(8.345)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(11.614)	(7.693)
Encargo do consumidor - CCRBT	-	(241)
Total	<u>(1.991.678)</u>	<u>(1.776.842)</u>

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO**a) Custo de Energia Elétrica**

	<u>MWh (*)</u>		<u>R\$</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
<u>Energia comparada para revenda</u>				
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	5.901.851	4.961.531	(2.150.120)	(1.011.349)
Energia adquirida contrato bilateral	4.071.571	4.466.118	(721.949)	(661.897)
Contratos por cotas de garantia física	8.230.940	8.203.790	(249.897)	(255.647)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	669.287	672.909	(100.213)	(91.292)
Energia curto prazo - PLD	520.542	552.972	(512.728)	(264.424)
PROINFA	-	-	(87.944)	(85.323)
Ressarcimento de energia	-	-	93.513	80.833
Aporte CDE/ Conta ACR -CCEE	-	-	678.222	124.499
Créditos de PIS e COFINS	-	-	257.580	236.284
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	(3.202)	(11.343)
Total	<u>19.394.191</u>	<u>18.857.320</u>	<u>(2.796.738)</u>	<u>(1.939.659)</u>
<u>Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos de rede básica			(181.894)	(119.702)
Encargos de conexão			(20.140)	(19.813)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(6.861)	(11.680)
Encargo de serviço do sistema - ESS			(86.786)	(64.964)
Encargos de energia de reserva - EER			175.838	-
Créditos de PIS e COFINS			16.788	13.676
			<u>(103.055)</u>	<u>(202.483)</u>
			<u>(2.899.793)</u>	<u>(2.142.142)</u>

(*) informações não auditadas.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Custo de operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	Ref.	31/12/14			31/12/13
		Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(i)	(157.610)	(64.595)	(106.241)	(328.446)
Administradores		-	-	(7.341)	(7.341)
Benefício pós emprego		-	-	11.034	11.034
Material		(17.628)	(4.023)	(1.329)	(22.980)
Serviços de terceiros		(188.370)	(221.013)	(88.562)	(497.945)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE		(6.991)	-	-	(6.991)
Indenizações		-	-	(30.228)	(30.228)
Amortização	(ii)	(271.315)	(36.110)	(11.395)	(318.820)
Arrendamentos e aluguéis		(1.242)	(155)	(4.531)	(5.928)
Tributos		(52)	(57)	(9.040)	(9.149)
Provisões líquidas - PCLD		-	(15.523)	-	(15.523)
Perdas conta a receber/consumidores		-	(30.386)	-	(30.386)
Provisões líquidas - contingências		-	-	31.500	31.500
Outras despesas (receitas) operacionais: (iii)		(9.547)	(5.203)	(30.702)	(45.452)
Total custos / despesas		<u>(652.755)</u>	<u>(377.065)</u>	<u>(246.835)</u>	<u>(1.276.655)</u>

i. Custo e despesa de pessoal

	31/12/14	31/12/13
Remunerações	(148.208)	(135.609)
Encargos sociais	(71.254)	(68.025)
Auxílio alimentação	(17.254)	(15.738)
Previdência privada e outros benefícios	(20.438)	(6.102)
Rescisões	(12.629)	(14.286)
Férias e 13º salário	(35.906)	(29.092)
Plano de saúde	(32.994)	(11.745)
Contencioso trabalhista	(9.803)	(17.100)
Participação nos resultados	(35.481)	(21.104)
Encerramento de ordem em curso	(2.013)	(2.878)
(-) Transferências para ordens	57.534	58.984
Total	<u>(328.446)</u>	<u>(262.695)</u>

ii. Amortização

	31/12/14	31/12/13
Quota de amortização no exercício	(326.345)	(285.919)
(-) Amortização transferida para ordens em curso	(209)	(209)
(-) Crédito PIS/COFINS	7.734	7.630
	<u>(318.820)</u>	<u>(278.498)</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii. Outros custos e despesas operacionais

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	Reapresentado	Reapresentado
Despesas de viagem	(6.684)	(5.131)
Consumo próprio e energia elétrica	(6.212)	(5.900)
Propaganda e publicidade	(5.660)	(4.362)
Multa regulatória ANEEL	(49.460)	(24.794)
Multa recebida por inadimplência	47.157	43.774
Violação de prazo	(1.255)	(455)
Perda/ alienação/ cancelamento/ desativação	(16.900)	(31.635)
Indenização danos elétricos	(3.183)	(3.397)
Estagiário/ bolsista	(2.444)	(2.371)
Outros	(811)	(1.605)
Total	<u>(45.452)</u>	<u>(35.876)</u>

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

<u>Receita Financeira</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	Reapresentado	Reapresentado
Renda de aplicações financeiras	30.558	22.390
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	31.215	32.027
Variações monetárias e cambiais	313.832	241.055
Instrumentos financeiros derivativos	307.481	230.811
Atualização de Depósitos Judiciais	10.505	7.810
Atualização do ativo financeiro setorial	692	-
Outras receitas financeiras	<u>11.701</u>	<u>7.601</u>
Total	705.984	541.694
<u>Despesa Financeira</u>		
Encargos de dívida	(185.593)	(185.528)
Variações monetárias e cambiais	(506.420)	(317.914)
Instrumentos financeiros derivativos	(264.925)	(165.871)
Obrigações Pós Emprego	(26.704)	(33.250)
Atualização contingências	(43.145)	(43.050)
Outras despesas financeiras	<u>(28.986)</u>	<u>(7.483)</u>
Total	<u>(1.055.773)</u>	<u>(753.096)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(349.789)</u>	<u>(211.402)</u>

31. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2014 é de R\$ 35.481 (R\$ 21.104 em 2013).

32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/14	31/12/14						31/12/13	31/12/13								
		Ref.	Resultado	Ativo			Passivo			Resultado	Ativo			Passivo			
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante		Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total	
NEOENERGIA S.A	(e) / (j)	(1.153)	-	-	-	206.800	6.236	213.036	(1.066)	-	-	-	-	-	102.557	102.557	
CELPE	(b) / (h)	4.435	486	1.344	1.830	86	-	86	(2.612)	-	-	-	-	-	149	149	
COSEERN	(h)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.1) / (g) / (h)	(370.381)	-	2.110	2.110	32.142	-	32.142	(344.437)	13	-	13	58.944	-	58.944	-	
TERMOPERNAMBUCO S/A	(a.1)	(104.195)	-	-	-	15.124	-	15.124	(91.473)	-	-	-	-	-	21.234	21.234	
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.2)	(3.938)	-	-	-	445	-	445	(3.709)	-	-	-	-	-	442	442	
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.2)	(2.427)	-	-	-	280	-	280	(2.285)	-	-	-	-	-	272	272	
RIO PCH I S.A.	(a.2)	(1.328)	-	-	-	152	-	152	(1.251)	-	-	-	-	-	151	151	
BAHIA PCH I S.A.	(b)	737	-	-	-	-	-	-	652	119	-	119	-	-	-	-	
SE NARANDIBA S.A.	(c) / (d)	(5.179)	-	-	-	557	-	557	(3.386)	-	-	-	-	-	398	398	
NC ENERGIA S.A.	(a.1)	(9.324)	-	-	-	379	-	379	(10.041)	-	-	-	-	-	2.151	2.151	
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA EL	(a.1) / (b)	(25.264)	92	-	92	2.298	-	2.298	(23.417)	172	-	172	2.121	-	2.121	-	
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(c) / (d) / (e) / (g)	(13.873)	8	-	8	1.525	-	1.525	(12.060)	6	-	6	1.372	-	1.372	-	
		(531.890)	586	3.454	4.040	259.788	6.236	266.024	(495.084)	310	-	310	189.791	-	189.791	-	
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	(16.689)	-	-	-	1.457	-	1.457	(12.079)	-	-	-	-	-	1.871	1.871	
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1.138)	-	-	-	100	-	100	(365)	-	-	-	-	-	94	94	
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1.021)	-	-	-	86	-	86	(312)	-	-	-	-	-	80	80	
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1.610)	-	-	-	100	-	100	(365)	-	-	-	-	-	94	94	
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1.056)	-	-	-	93	-	93	(339)	-	-	-	-	-	87	87	
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1.122)	-	-	-	99	-	99	(272)	-	-	-	-	-	92	92	
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1.300)	-	-	-	67	-	67	(589)	-	-	-	-	-	63	63	
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1.468)	-	-	-	90	-	90	(466)	-	-	-	-	-	85	85	
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(1.375)	-	-	-	83	-	83	(716)	-	-	-	-	-	78	78	
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	-	-	-	-	84	-	84	(723)	-	-	-	-	-	78	78	
oligadas		(27.806)	-	-	-	2.259	-	2.259	(16.226)	-	-	-	-	-	2.622	2.622	
AMARA BRASIL	(f)	(4.815)	-	-	-	493	-	493	-	-	-	-	-	-	420	420	
controladores		(4.815)	-	-	-	493	-	493	-	-	-	-	-	-	420	420	
Previ - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil		-	-	-	-	2.686	-	2.686	-	-	-	-	-	-	2.520	2.520	
Iberdrola Energia S.A.		-	-	-	-	8.466	-	8.466	-	-	-	-	-	-	7.943	7.943	
BB - Banco de Investimentos S.A.	(i)	(336)	-	-	-	1.056	-	1.056	(228)	-	-	-	-	-	1.392	1.392	
Fundo Mútuo Inv. em Ações Cart. Liv. - BB Carteira Livre I		-	-	-	-	-	-	-	2.597	1.784	4.381	-	-	-	-	-	
Outros minoritários		-	-	-	-	3.315	-	3.315	-	-	-	-	-	-	4.254	4.254	
		(336)	-	-	-	15.523	-	15.523	(228)	2.597	1.784	4.381	16.109	-	16.109	-	
		(564.847)	586	3.454	4.040	278.063	6.236	284.299	(511.539)	2.907	1.784	4.691	208.942	-	208.942	-	

	31/12/14	31/12/14						31/12/13	31/12/13							
		Resultado	Ativo			Passivo			Resultado	Ativo			Passivo			
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante			Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total	
Receita		7.948	-	-	-	-	-	2.037	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimento de energia elétrica		1.458	-	-	-	-	-	1.384	-	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		6.490	-	-	-	-	-	652	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa		(572.795)	-	-	-	-	-	(513.576)	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda		(546.056)	-	-	-	-	-	(494.150)	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão		(20.409)	-	-	-	-	-	(18.110)	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros		(5.995)	-	-	-	-	-	(1.087)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras		(335)	-	-	-	-	-	(228)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo		-	586	3.454	4.040	-	-	-	2.907	1.784	4.691	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	-	-	2.597	1.784	4.381	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros		-	586	3.454	4.040	-	-	-	310	-	310	-	-	-	-	-
Passivo		-	-	-	-	278.063	6.236	284.299	-	-	-	-	208.942	208.942	-	-
Fornecedores		-	-	-	-	55.837	-	55.837	-	-	-	-	192.833	192.833	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	221.168	-	221.168	-	-	-	-	16.109	16.109	-	-
Outros passivos circulantes		-	-	-	-	1.058	-	1.058	-	-	-	-	-	-	-	-
		(564.847)	586	3.454	4.040	278.063	6.236	284.299	(511.539)	2.907	1.784	4.691	208.942	-	208.942	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados**a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL**

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluente Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nºs 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº 4600026047 com vigência até 01 de janeiro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 - Contrato nº 4600026039 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 2 - Contrato nº 4600026040 com vigência até 01 de janeiro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 3 - Contrato nº 4600026041 com vigência até 01 de janeiro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026042 com vigência até 31 de agosto de 2033, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026043 com vigência até 31 de agosto de 2033, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026044 com vigência até 31 de agosto de 2033, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026045 com vigência até 31 de agosto de 2033, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026046 com vigência até 31 de agosto de 2033, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL com vigência até dezembro de 2029.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Celpe - Contrato de nº 15536355, com vigência até julho de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600032352 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2015, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600032485, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2018.

(g) Contratos de fornecimento de energia

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Afluentes Transmissão – Contratos nº 7008092790 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Custo de Captação

Referente ao contrato Banco do Brasil nº 342.901.039/2010 e emissão de BONDS no exterior.

(j) Cessão de Crédito

Contrato de Cessão de Crédito firmado entre a Neoenergia e a Coelba em 25/11/2014, no valor de R\$ 3.791, tendo como objeto a cessão e transferência de créditos fiscais da Neoenergia, obtidos pela aplicação do percentual de 25% sobre o prejuízo fiscal, conforme art. 33, §5º, inciso I, da Lei nº 13.043/2014. Os referidos créditos foram utilizados pela Coelba para liquidar antecipadamente, de forma mais benéfica, parte dos débitos objeto do parcelamento da Lei nº 11.941/2009, nos termos da reabertura promovida pelo art. 2º da Lei nº 12.996/2014, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 638/2014 (“REFIS da COPA”). O valor nominal do crédito cedido será liquidado em 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, atualizadas pela variação positiva do IGPM/FGV.

32.1. Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 7.341 (R\$ 3.764 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

33. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 (R1) e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40 (R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira da NEOENERGIA que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. A Companhia ainda monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houveram alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – valores considerados como mantido para negociação e por isso, classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; (b) Títulos e valores mobiliários representados por fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) – está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro ao final do período da concessão no resultado do período.
- Ativos Financeiros Setoriais – decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, são classificados como empréstimos e recebíveis.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures
O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados ao CDI.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado conforme previsto no item 9 do CPC 38, que trata das definições das categorias de instrumentos financeiros. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Efeito acumulado			
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		2014	Valor a receber / recebido - a pagar/pago
					31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13		
Contratos de swaps:												
Swap	Bancos Citibank	22/06/2010										
Ativa		/	26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a. / USD	USD 150.006	USD 150.000	R\$ 339.402	R\$ 284.912	393.477	355.194		
Passiva	Bank of America Merrill Lynch / BNP Paribas / ID Marsson	26/08/2010 / / 10/12/2010	26/12/2018	6M LIBOR + 1,50 %a.a./103,27% / 100,40% / 102,87% / 102,60% do CDI					342.149	285.233		
									51.328	69.961	12.481	
Swap	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a. IGPM + 13,95% a.a	USD 0	USD 1.373	R\$ 0	R\$ 4.150	-	7.366		
Ativa									-	24.014		
Passiva									-	(16.648)	(178)	
Swap	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a) CDI + 0,60% a.a.	USD 50.000	USD 50.000	R\$ 104.005	R\$ 104.005	128.840	113.514		
Ativa									106.115	104.416		
Passiva									22.725	9.098	3.714	
Swap	Bank of America Merrill Lynch	11/12 / 19/11/2018 / 20/12		117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a) CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI	USD 209.900	USD 209.900	R\$ 439.032	R\$ 439.032	559.354	498.233		
Ativa									447.988	440.727		
Passiva									111.366	57.507	17.518	
Swap	Citibank	22/11/13	03/12/18	117,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a) 104,5% do CDI	USD 98.000	USD 98.000	R\$ 225.400	R\$ 225.400	255.602	225.090		
Ativa									231.168	227.063		
Passiva									24.434	(1.973)	5.500	
Swap	JP Morgan	03/12/13	17/12/18	3,4588% a.a. 105% do CDI	USD 24.500	USD 24.500	R\$ 58.065	R\$ 58.065	65.250	56.995		
Ativa									59.432	58.291		
Passiva									5.818	(1.296)	2.866	
Swap	Itaú	16/12/14	18/12/17	111% do CDI 3,65% a.a.	USD 73.127	USD 0	R\$ 200.000	R\$ 0	195.945	-		
Ativa									207.505	-		
Passiva									(11.560)	-	(11.560)	
									204.111	116.650	30.341	

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflète as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. Ao final de cada período, a companhia utiliza as taxas referenciais de mercado disponíveis na BM&F como taxa de desconto para precificação dos ativos e passivos após a interpolação exponencial para obtenção das taxas estimadas durante todo o período dos contratos respeitando as características de cada um deles. As taxas de desconto para cada tipo de operação são:

- a) Para empréstimos indexados ao Dólar e Ponta Ativa do SWAP em Dólar - DI x Dólar
- b) Para a Ponta Passiva do SWAP indexado ao CDI - DI X Pré

A companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, conforme orientação do CPC 46.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.596.336	1.596.336	903.882	903.882
Contas a receber de clientes e outros	1.115.972	1.115.972	903.882	903.882
Ativos Financeiros Setoriais	480.364	480.364	-	-
Mantidos até o vencimento	4.827	4.827	20.960	20.960
Títulos e valores mobiliários	4.827	4.827	20.960	20.960
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	429.617	429.617	772.586	772.586
Caixa e equivalentes de caixa	46.815	46.815	46.936	46.936
Títulos e valores mobiliários	163.229	163.229	527.664	527.664
Swap cambial e de taxa de juros	219.573	219.573	197.986	197.986
Disponível para venda	2.058.519	2.058.519	1.612.878	1.612.878
Concessão do Serviço Público - Indenização	2.058.519	2.058.519	1.612.878	1.612.878
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	2.958.023	2.958.023	2.825.687	2.825.687
Fornecedores	749.640	749.640	515.469	515.469
Empréstimos e financiamentos	2.208.383	2.208.383	2.231.013	2.231.013
Debêntures *	-	-	79.205	79.205
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.618.717	1.618.717	1.315.563	1.315.563
Empréstimos e financiamentos	1.603.254	1.603.254	1.226.862	1.226.862
Debêntures *	-	-	7.365	7.365
Swap cambial e de taxa de juros	15.463	15.463	81.336	81.336

* Valor de mercado é meramente informativo

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Fatores de Risco

- Riscos financeiros

	31/12/14			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	46.815	-	-	46.815
Títulos e valores mobiliários	-	163.229	-	163.229
Mensurados pelo valor justo por meio de resultado				
Swap cambial e de taxa de juros	-	219.573	-	219.573
Passivos				
Passivos financeiros				
Mensurados pelo valor justo por meio de resultado				
Empréstimos e Financiamentos	-	1.603.254	-	1.603.254
Outros passivos financeiros				
Swap cambial e de taxa de juros	-	15.463	-	15.463

- ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2014, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 30.341 (R\$ 71.581, resultado positivo em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

							R\$ Mil	
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
Dívida em Dólar			2,6562	1.609.486	(30.701)	(38.376)	(46.051)	
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2,6562	1.608.415	36.235	45.294	54.353	
Exposição Líquida					5.534	6.918	8.302	

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 973.119 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							R\$ Mil	
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS								
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	10,8%	160.771	17.532	13.149	8.766	
PASSIVOS FINANCEIROS								
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures								
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	10,8%	402.270	48.121	60.151	72.181	
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	10,8%	1.371.990	156.224	194.504	232.784	
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,0%	877.301	63.731	74.697	85.663	

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 160.771 sendo R\$ 141.079 em fundos exclusivos e R\$ 19.692 em outros ativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	31/12/14							Acima de 5 anos
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	2015	2016	2017	2018	2019	
Passivos financeiros não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	3.811.637	5.109.432	581.038	1.052.721	1.520.110	1.593.411	135.480	226.672
Fornecedores	749.640	749.640	749.640	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos								
Não designados como hedge accounting:								
Swap cambial e de taxa de juros	(204.110)	(224.539)	152.596	91.252	(180.383)	(288.004)	-	-

- **Riscos operacionais**

- ✓ **Risco de crédito**

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

	31/12/14	31/12/13
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	46.815	46.936
Títulos e valores mobiliários	163.229	527.664
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.442.711	1.215.098
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	480.364	-
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	4.827	20.960
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	2.058.519	1.612.878

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 20.1).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica apesar de ser um sistema hidrotérmico. Nos últimos anos houve um incremento significativo sua base de geração com outras fontes de energia renováveis. Contudo, um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidráulicas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo, mesmo considerando a recente redução do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), além da elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, em função da necessidade de ajustes nos montantes dos contratos de compra e venda de energia.

O acompanhamento do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país tem indicado uma considerável redução do volume de armazenamento, em relação aos anos anteriores. Essa redução associada ao aumento do consumo de energia observado aumenta a probabilidade de racionamento de energia. Visando mitigar o risco de racionamento, o governo tem acionado uma quantidade maior de usinas termelétricas para atender a demanda de energia elétrica no país.

34. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2030	2.868.059	2.749.891	2.995.038	3.320.055	3.732.964	84.114.645

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I e II) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. No entanto, além da poupança individual, o FAELFLEX confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Essa peculiaridade insere o FAELFLEX nas disposições contidas no CPC 33 (R1), no que tange à realização de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas para os exercícios de 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Custo do Intangível em Curso	(1.505)	(1.735)
Despesas Operacionais	(8.572)	(8.237)
Total	<u>(10.077)</u>	<u>(9.972)</u>

Plano de Benefício Assistencial

A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial de Reembolso de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar da Bradesco Saúde e de Assistência Odontológica da Bradesco Dental para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. Há continuidade no oferecimento do plano após a aposentadoria, falecimento ou desligamento dos atuais funcionários ativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Bradesco Seguros multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice.

As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustados pela inflação (INPC).

Avaliação atuarial dos planos previdenciários e assistencial

A Companhia registra as parcelas de custos, déficits e superávits desses planos de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes com base nas regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 e CPC 33 (R1).

A Deliberação CVM nº. 695/12, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD		31/12/14	31/12/13
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,97%	9,20%	11,97%	9,20%	11,97%	11,72%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,97%	9,20%	11,97%	9,20%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,10%	7,10%	7,10%	7,10%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	N/A	5,50%	5,00%	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,50%	5,00%	5,50%	5,00%	5,50%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)
Fator de capacidade	0,98 AT-2000	0,98 AT-2000	0,98 AT-2000	0,98 AT-2000	Não aplicável AT-2000	Não aplicável AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade geral	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 masculina	N/A	AT-83 masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculino	AT-83 masculino
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média 100% na data da aposentadoria normal	Ligth-média 100% na data da aposentadoria normal	Ligth-média 56 anos, conforme experiência COELBA	Ligth-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	N/A	N/A				-

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1-2 anos</u>	<u>Entre 2-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014					
Benefícios de aposentadoria - BD	24.676	25.657	83.039	157.495	290.867
Benefícios de saúde pós-emprego	16.305	17.538	60.789	133.214	227.846

Número de participantes dos planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	<u>Planos de Previdência Complementar</u>				<u>Plano de Saúde Pós Emprego</u>	
	<u>CD</u>		<u>BD</u>		<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>		
Número de Participantes:						
Ativos	2.453	2.480	7	9	2.526	2.453
Inativos	-	-	965	975	2.603	2.451
Total incluído nos custos de pessoal	<u>2.453</u>	<u>2.480</u>	<u>972</u>	<u>984</u>	<u>5.129</u>	<u>4.904</u>

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionados aos planos previdenciários e assistencial em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Valor Reconhecido no Balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência - CD	(2.227)	(1.130)
Benefícios de previdência - BD	13.984	14.983
Benefícios de saúde pós-emprego	(397.996)	241.116
Destinação de reserva especial com reversão de valores ao patrocinador	<u>(386.239)</u>	<u>254.969</u>
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com		
Benefícios de previdência - CD	(715)	(888)
Benefícios de previdência - BD	1.703	672
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>30.932</u>	<u>38.522</u>
	<u>31.920</u>	<u>38.306</u>
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	1.264	(1.788)
Benefícios de previdência - BD	(5.266)	6.210
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>(141.061)</u>	<u>(142.358)</u>
	<u>(145.063)</u>	<u>(137.936)</u>

A mutação das obrigações de benefício pós emprego em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Em 31 de dezembro de 2012	6.257	305.126	356.974
Custo do serviço corrente	662	72	6.322
Custo dos juros	576	27.010	32.200
Contribuições dos participantes do plano	9	-	-
Benefício pago pelo plano	-	(27.851)	(12.022)
Premissas financeiras	(628)	(60.513)	(91.297)
Experiência do plano	(1.512)	7.646	(51.061)
Em 31 de dezembro de 2013	5.364	251.490	241.116
Custo do serviço corrente	633	53	3.429
Custo dos juros	629	28.072	27.504
Benefício pago pelo plano	-	(24.023)	(15.150)
Premissas financeiras	(7)	13.121	94.285
Experiência do plano	(227)	2.957	46.812
Em 31 de dezembro de 2014	6.392	271.670	397.996

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Em 31 de dezembro de 2012	3.411	490.756	-
Receita de juros sobre os ativos do plano	(352)	(108.805)	
Contribuições do empregador	816	-	12.022
Contribuições de empregados	9	-	
Benefícios pagos	-	(27.850)	(12.022)
Juros sobre valor justo	350	44.088	
Em 31 de dezembro de 2013	4.234	398.189	-
Receita de juros sobre os ativos do plano	548	45.265	
Contribuições do empregador	882	(24.024)	15.150
Benefícios pagos	16	-	(15.150)
Juros sobre valor justo	(1.515)	(60.730)	
Em 31 de dezembro de 2014	4.165	358.700	-

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela Faelba.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar			
	CD		BD	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Renda fixa	78,97%	76,88%	96,29%	95,51%
Renda variável	15,77%	17,69%	0,45%	1,13%
Empréstimos	1,36%	3,99%	1,81%	1,84%
Imóveis	3,90%	1,43%	1,45%	1,52%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Notas ExplicativasCOMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 58.481 (R\$ 38.019 em 2013).

36. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Segurada</u>	<u>Prêmio (R\$ mil)</u>
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2014 a 08/10/2015	341.493	613
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2014 a 08/10/2015	86.796	156
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2014 a 08/10/2015	131.500	236
Transporte Nacional	08/10/2014 a 08/10/2015	10.000	1.250.494
Multirisco Almoarifado	08/10/2014 a 08/10/2015	-	53.584

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 10.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela presente apólice de Responsabilidade Civil em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$ 15.000.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a “Tabela FIPE”, não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37. QUESTÕES AMBIENTAIS*

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Diretriz Integrada de Gestão (Qualidade e Meio Ambiente).

Em 2014, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

Manejo da Vegetação – Gestão voltada para a melhoria da arborização urbana e rural, por meio de cursos de qualificação para profissionais que praticam a poda em árvores. O curso possui foco em técnicas de corte, uso de ferramental adequado e a manutenção dos mesmos, como operar a motosserra e motopoda, questões de segurança dos equipamentos e do trabalhador, planejamento da arborização urbana, incentivo ao plantio de espécies adequadas e legislação ambiental. Os cursos são ministrados em parceria com o SENAI Cimatec.

Rede Compacta / Linha Verde - Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

Projeto de Meliponicultura em uma Unidade de Conservação - Parceria firmada em maio de 2012 com a Fundação Terra Mirim, a fim de incrementar a meliponicultura com a criação racional da abelha urucu (*Melipona scutellaris*) no Vale do Itamboá, região remanescente da Mata Atlântica, dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes Ipitanga. Em 2014, o projeto realizou cursos de capacitação em meliponicultura; oficinas de educação ambiental com alunos das escolas municipais; distribuição de 1.500 mudas de plantas polinizadas pelas abelhas, com o objetivo de enriquecer a pastagem das colônias; e incorporação de 90 colônias ao processo produtivo da meliponicultura na região. Este projeto é fruto de um condicionante ambiental dos empreendimentos LD 69 kV CIA III LFR – Shopping Salvador Norte, LD 69 kV UTE Solvi (ATERRO) – CIA III e LD 69 kV CIA III – ENGEPACK.

Projeto de Arborização Urbana – Parceria firmada em janeiro de 2013 com o Instituto Marí, para elaborar e implantar um Projeto Piloto de Arborização Urbana no município de Juazeiro. Em 2014, foi iniciado a produção das mudas nativas do bioma Caatinga no viveiro construído na área verde da Coelba de Juazeiro e o diagnóstico da arborização do bairro Cajueiro, o qual será contemplado pelo projeto. Esta parceria atende o cumprimento do condicionante ambiental da linha de distribuição de 69 kV Juazeiro II/Salitre III.

Gestão de Resíduos – Ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, a exemplo de:

- **Projeto Logisverde** - reutilização de carretéis de madeira proveniente da aquisição de condutores usados nas redes e linhas da Coelba.
- **Reforma de Equipamentos do Sistema Elétrico** – Este processo evita o descarte de equipamentos e materiais utilizados no sistema elétrico da Coelba, pois são reformados por uma empresa qualificada e retornam como equipamentos novos para o sistema, a exemplo de transformadores de distribuição de várias potências, reguladores monofásicos, chaves seccionadoras de operação sobrecarga. Os insumos gerados neste processo são destinados de maneira adequada por meio de empresas especializadas no tratamento de resíduos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que tem por motivadores os “condicionantes ambientais”, que se originam do processo de licenciamento ambiental. Tais projetos visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Recursos aplicados	25.976	99.937	15.739	18.631

* Informações não auditadas

38. EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Bandeiras tarifárias**

A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias.

Atualmente temos quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 2, vermelha – patamar 1, amarela e verde.

Em 2015, vigorou a bandeira vermelha – patamar 1 nos meses de janeiro e fevereiro e patamar 2 a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha – patamar 2 em janeiro, vermelha – patamar 1 em fevereiro, amarela em março, verde de abril a outubro, amarela em novembro e verde em dezembro. Em 2017, nos meses de janeiro e fevereiro vigorou a bandeira verde, em março a bandeira amarela, abril e maio bandeira vermelha e junho bandeira verde.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias são revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente. Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma. Para os exercícios de 2015 e 2016 e até junho/2017, a Coelba reconheceu o montante de R\$ 736.041, R\$ 168.930 e R\$ 103.032, respectivamente de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 61.009 (2015), R\$ 20.792 (2016) e R\$ 47.635 (até junho/2017) repassados para a conta CCRBT.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Aumento de capital

Em 25 de abril de 2016 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou aumento de capital no valor correspondente ao excesso das reservas de lucros em relação ao capital social no montante de R\$ 167.709, em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76).

Em 22 de fevereiro de 2017, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 340.429, dentro do limite do capital social autorizado através da capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal, constituída até dezembro de 2007, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas. Conforme mencionado na nota 24, o aumento do capital social foi ratificado em 11 de abril de 2017 pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

c) Compra de Participação Adicional

Em 27 de fevereiro de 2015, a Neoenergia adquiriu da Iberdrola Energia S.A.U., a participação de 8,50% das ações da Coelba pela contraprestação de R\$ 532.101 atualizados por uma taxa anual de 12,19%, com pagamento em parcela única cujo vencimento será em 26 de fevereiro de 2018. Dessa forma a Neoenergia passou a deter 96,34% do capital social da Coelba.

d) Reorganização Societária

Em 07 de junho de 2017, o BB Banco de Investimento S/A (BB-BI), a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e a Iberdrola Energia S/A (Iberdrola) acionistas representando a totalidade do capital social da controladora Neoenergia S.A (“Neoenergia”), celebraram acordo de associação para regular a incorporação, pela controladora, da Elektro Holding S.A (“Elektro Holding” e “Operação”), bem como um novo acordo de acionistas que substituirá o acordo de acionistas existente.

A operação será estruturada mediante a incorporação, pela Neoenergia, da Elektro Holding, com conseqüente aumento do capital social da Neoenergia, na forma do artigo 227 da Lei das Sociedades por ações (“Incorporação”). A operação não resultará em alienação do controle da Neoenergia ou de qualquer uma das controladas, incluindo a Companhia.

A consumação da Operação está condicionada à verificação de algumas condições suspensivas usuais nesse tipo de operação, dentre as quais a obtenção da aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Neoenergia S.A. Em 30 de junho de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Neoenergia aprovou a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia e em 04 de julho de 2017 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE se posicionou como favorável a realização da operação.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A participação da Neoenergia na Coelba, quando concluída a operação, permanecerá inalterada.

A empresa Elektro Holding S.A. é uma controlada integral da Iberdrola e mantém operações de distribuição de energia elétrica nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de possuir ativos de geração de energia renovável, através de suas controladas.

Proposta de Orçamento de Capital**PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL
COELBA****Proposta de Orçamento de Capital**

	R\$ MM
ORÇAMENTO DE CAPITAL	2015
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Distribuição de Alta Tensão Expansão)	55.623
Linhas	13.285
Subestações / Automação	42.338
Distribuição em Média Tensão	600.312
Renovação / Expansão de Rede	350.658
Novas Ligações	249.654
Instalações Gerais	9.158
Projetos Especiais	374.462
Luz para Todos	230.968
Outros	143.494
TOTAL	1.039.555
FONTES DE RECURSOS	
Retenção de Lucros	292.088
Geração de caixa e recursos de terceiros	747.467
TOTAL	1.039.555

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da **Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras reapresentadas relativas aos Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 (em conjunto Demonstrações Financeiras), compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, PwC em relação às Demonstrações Financeiras reapresentadas do exercício 2014, EY em relação às Demonstrações Financeiras reapresentadas dos exercícios 2015 e 2016, e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017.

Marcus Moreira de Almeida - Presidente

Mário José Ruiz-Tagle Larrain

Aguinaldo Barbieri

Francisco de Almeida Soares Júnior

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

Solange Maria Pinto Ribeiro

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA

Examinamos as demonstrações financeira da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Chamamos a atenção para a Nota 6 às demonstrações financeiras, que descreve o refazimento e a reemissão das demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2014, para refletir correções de erro e mudanças de práticas contábeis. Em 12 de fevereiro de 2015 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre aquelas demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, que ora estão sendo reapresentadas. Devido à reemissão das demonstrações financeiras referidas na Nota 4, nós fornecemos esse novo relatório de auditoria. Nossa opinião é sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 25 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/ O-o "S" BA

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras reapresentadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 (em conjunto Demonstrações Financeiras), compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017.

Nélio Henriques Lima - Presidente

Leonardo Loyola

Luiz Carlos F. Ribeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Edgard Santos nº 300, Nanduba, CEP: 41181-900, Salvador-BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nos relatórios da PWC e EY, relativamente à reapresentação das demonstrações financeiras da COELBA, alusivas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da COELBA, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017.

Fernando Arronte Villegas
Diretor Presidente

Sandro Kohler Marcondes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eunice Rios Guimarães Batista
Diretora de Gestão de Pessoas

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Edgard Santos nº 300, Nanduba, CEP: 41181-900, Salvador-BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nos relatórios da PWC e EY, relativamente à reapresentação das demonstrações financeiras da COELBA, alusivas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da COELBA, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017.

Fernando Arronte Villegas
Diretor Presidente

Sandro Kohler Marcondes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eunice Rios Guimarães Batista
Diretora de Gestão de Pessoas

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação